

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Celita Maria Paes de Sousa

**TRAÇOS DE COMPAIXÃO E MISERICÓRDIA NA HISTÓRIA DO
PARÁ: INSTITUIÇÕES PARA MENINOS E MENINAS
DESVALIDAS NO SÉCULO XIX ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XX**

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

**SÃO PAULO
2010**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Celita Maria Paes de Sousa

TRAÇOS DE COMPAIXÃO E MISERICÓRDIA NA HISTÓRIA DO
PARÁ: INSTITUIÇÕES PARA MENINOS E MENINAS
DESVALIDAS NO SÉCULO XIX ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XX

Tese apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Educação: Currículo
pela Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, sob a orientação do Prof.
Doutor Antonio Chizzotti.

SÃO PAULO

2010

Ficha Catalográfica
TD SOUSA, Celita Maria Paes de
Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX São Paulo, p. 196, 2010. Tese (Doutorado) – PUCSP Programa: Educação: Currículo Orientador: CHIZZOTTI, Antonio Palavras-chave: História das instituições. Infância desvalida. Pará. História da educação.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Chizzotti – Orientador

Profa. Dra. Maria Machado Malta Campos (PUC-SP)

Profa. Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga (PUC-SP)

Profa. Dra. Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho (UFPA)

Prof. Dr. Luiz Cavalieri Bazílio (UERJ)

Prof. Dr. Décio Gatti Júnior (UFU) – Suplente

Profa. Dra. Branca Jurema Ponce (PUC-SP) - Suplente

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses anos compartilhei com algumas pessoas momentos de alegria e superação na elaboração deste trabalho, às quais tenho grande prazer de agradecer neste momento.

Ao professor Antonio Chizzotti, pela orientação dedicada e o apoio em diversas atividades exercidas durante a pesquisa.

À Capes, pela ajuda financeira.

À UFPA e ao ICED, que me liberaram temporariamente das atividades docentes, para a realização do doutorado.

Às professoras Maria Malta e Estefânia Fraga, pelas sugestões valiosas feitas na banca de qualificação.

Aos funcionários do Arquivo Público do Pará e Biblioteca Arthur Vianna, pela gentileza e paciência em atender as minhas solicitações.

Ao meu pai Suenon (*in memoriam*), que me ensinou o valor pelo conhecimento.

À minha mãe, em especial, pelo calor humano e espiritual que nunca economizou nas orações para que eu atingisse meus projetos de vida.

Ao meu querido irmão Rômulo, presença constante nessa trajetória, com afeto, generosidade e incentivo.

Às queridíssimas irmãs, Nércia e Nelita, laços que nos fortalecem na amizade, confiança e solidariedade.

Ao Januário, meu companheiro, que me fortalece e ensina novas formas de reinventar a vida e o amor

Aos grandes amores da minha vida, Pedro Henrique e João Gabriel, filhos que me dão alegria e orgulho.

Ao Alexandre Cals, pelas boas conversas e solicitude em resolver os meus contratempos em São Paulo.

Aos sobrinhos Alexandre, Karoline e Giovana, pelo apoio em busca das fontes de pesquisa.

À Lucélia, pela amizade e disponibilidade em vários momentos.

À Maria José Aviz, amiga para muitas horas.

À Isabele, pela atenção e amizade.

À Lourdinha, prima querida, que trouxe alegria em vários momentos.

Ao Márcio Paschoal, pela grande força no final da tese.

Ao Cylis, meu primo preferido, pelo calor humano sempre presente, apesar da distância.

À querida tia Iracy, exemplo de força e coragem, que sempre desejou o melhor para mim.

À querida Maria, que cuidou tão bem de mim e dos meus filhos.

Aos amigos da PUC, Socorro, José Luis, Ronaldo, Glória, Aristides e Fernanda pelo apoio e conversas descontraídas.

À Karin, amiga especial, que dividiu comigo muitas inquietações ao longo do curso.

Aos amigos da UFPA, Wilson, Sônia Regina, Dalva e Salomão, pela atenção e solidariedade.

À queridíssima Hena, prima especial, amizade em compartilhar longas histórias.

Ao Márcio, meu primo, que sempre me recebeu em sua casa com um largo sorriso.

E, relaciono por último, para guardar no meu coração e na memória, os meus queridos Cristina e Praça, que estiveram por um longo tempo me dando força, e acolhendo na sua casa em São Paulo.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a história das instituições de meninos e meninas desvalidas no Pará, tendo para isso delimitado o período que vai do início do século XIX até os primeiros anos do século XX, mais precisamente até 1912. A opção pelo limite temporal inicial nos oitocentos se justifica pelo momento da criação, em 1804, da primeira instituição para o acolhimento meninas desvalidas, conhecida como Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas. O limite final foi escolhido por coincidir com o encerramento do ciclo da borracha (1870 a 1912). Este ciclo promoveu grandes mudanças urbanas, culturais e políticas em toda a Amazônia, em decorrência dos excedentes da economia da borracha. Os reflexos deste excepcional ciclo de acumulação na capital do estado, Belém, configuram o período conhecido como *Belle Époque*. É quando surgem instituições mais bem estruturadas para atendimento de meninas e meninos desvalidos. Entre as principais, a primeira a ser criada para atender meninos, foi o Instituto de Educandos Artífices do Pará, em 1872, que, mais tarde, em 1897, passou a se chamar Instituto Lauro Sodré. A segunda, destinada às meninas, o Instituto Gentil Bittencourt, foi criada em 1897. A pesquisa, embora abranja as instituições para meninos e meninas desvalidas, dá maior ênfase ao gênero feminino. Do mesmo modo é dada menor atenção à origem do atendimento à infância, antes de seu acolhimento e ingresso nas instituições. A metodologia de pesquisa consistiu, num primeiro momento, de levantamento de material bibliográfico relativo ao período delimitado que abordasse a história da infância desvalida e também às instituições para meninos e meninas desvalidas no Pará e no Brasil. Fontes de estudo, primárias e secundárias, foram pesquisadas na Biblioteca Arthur Vianna no Setor de Obras Raras e no Arquivo Público do Pará, assim como na Biblioteca da Santa Casa Paraense. Foram levantados também livros, revistas e alguns periódicos, mas o foco principal da pesquisa e, portanto, o maior tempo de trabalho de consulta foi dedicado à leitura e análise dos documentos oficiais, priorizando relatórios, mensagens, discursos, falas e exposições do governo provincial, e posteriormente Estado, do Pará. Esse material consultado foi fotografado, ou digitado, ou mesmo copiado à mão. O estudo revela, antes de tudo, que as ordens religiosas tiveram um papel preponderante na criação e manutenção das instituições para meninas desvalidas. E que as ações do poder público, relacionadas ao atendimento das necessidades de acolhimento tanto de meninas como de meninos desvalidos, só começaram a se fazer mais presentes no final do século XIX, impulsionadas pelas mudanças econômicas e sociais fruto de um novo modelo de Estado republicano que postulavam o progresso da nação através da educação e pela instrução.

Palavras-chave: História das instituições educacionais. Infância desvalida. Pará. História da educação.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX.** São Paulo, 2010. 196 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2010.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the history of the institutions for disfavored boys and girls from the current State of Pará (Brazil), considering the period starting in the beginning of the XIX century up to 1912, in the beginning of the XX century. The temporal limits can be justified by the foundation of the first institution for caring disfavored girls, named Casa das Educandas [House of Students] or Recolhimento das Educandas [Shelter of Students], in 1884, and the ending of an economic period, named Rubber Cycle (1870 to 1912). This cycle promoted great urban, cultural, and political changes in the Amazon region due to the surplus derived by the rubber economy. The outcomes from that amazing cycle of economic accumulation in the capital of the State, Belém, draw a period known as *Belle Époque*. That time appear the most structured institutions for caring disfavored girls and boys. Among the more important, the first opened for attending boys, in 1872, was Instituto de Educandos Artífices do Pará [The Craftsman Student Institute of Pará]. In 1897, it became The Lauro Sodré Institute. In the same year, came the second institution, this time for girls, the Gentil Bittencourt Institute. The research covers institutions whose attended girls and boys, but the emphasis was placed on institutions for disfavored girls. In the same way, the research focus on the period during the institution enrollment and engagement, placing less attention to the period that precedes that. The methodology encompassed, initially, bibliography review, related to the period considered, referred to the history of disfavored childhood, and institutions for disfavored boys and girls in the State of Pará, and other states of Brazil. Primary and secondary sources were studied in the Sector of Rare Books and Documents of Arthur Vianna Library, and in the Public Archives of Pará, and also in the Biblioteca da Santa Casa Paraense [Holy House of Pará Library]. All of them placed in Belém (Brazil). The study considered books, journals, newspapers, but the emphasis (and therefore the time consumed) was placed on reading and analyzing official documents, prioritizing: reports, messages, speeches, and other types of communications from the provincial government, and later State, do Pará. The studied material was photographed, or digitized or even hand copied. The study shows that, in the beginning, the religious orders were dominant on founding and maintaining the institutions for disfavored girls. The state public actions related to attending disfavored girls and boys only started in the end of XIX century, driven from the economic and social changes that emerged as a consequence of the new republican state. That new model postulated that the progress of the nation derived from education and instruction.

Key words: History of the educational institutions. Disfavored childhood. Pará. History of education.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traces of compassion and mercy in the history of Pará: institutions for disfavored boys and girls from XIX century up to the beginning of the XX century.** São Paulo, 2010. 196 f. Thesis (Doctorate in Education: Curriculum). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [Pontifical Catholic University of São Paulo], PUC-SP, São Paulo, 2010.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fachada do prédio do Instituto Gentil Bittencourt.....	117
Figura 02 – Monumento do Instituto Gentil Bittencourt.....	120
Figura 03 – Aula de flores.....	127
Figura 04 – Aula de prendas.....	128
Figura 05 – Aula de costura.....	129
Figura 06 – Atividade na cozinha.....	131
Figura 07 – Sala de banho.....	134
Figura 08 – Refeitório.....	135
Figura 09 – Dormitório das alunas.....	137
Figura 10 – As alunas do Instituto Gentil Bittencourt.....	140
Figura 11 – Fachada do prédio do Instituto Lauro Sodré.....	152
Figura 12 – Área de recreação (Instituto Lauro Sodré).....	153
Figura 13 – Dormitório (Instituto Lauro Sodré).....	154
Figura 14 – Oficina de alfaiate (Instituto Lauro Sodré).....	161
Figura 15 – Oficina de tipógrafo e encadernação (Instituto Lauro Sodré).....	162
Figura 16 – Oficina de marceneiro (Instituto Lauro Sodré).....	163
Figura 17 – Oficina de funileiro (Instituto Lauro Sodré).....	164
Figura 18 – Oficina de sapateiro (Instituto Lauro Sodré).....	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – A composição étnica paraense segundo os dados dos censos nacionais do século XIX.....	39
Tabela 02 - Mapa da população da Freguesia da Sé da Capitania do Pará (1787).....	61
Tabela 03 - Evolução da matrícula no Recolhimento das Educandas (1834-1849).....	77
Tabela 04 - O número de educandas atendidas no Colégio do Amparo (1852 a 1868).....	90
Tabela 05 - O número de educandas atendidas no Colégio do Amparo (1873 a 1897).....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Documentos oficiais da Província do Pará analisados (1830-1912).....	17
Quadro 02 – Horário das atividades no Instituto Gentil Bittencourt.....	133
Quadro 03 – Cardápio do Instituto Gentil Bittencourt.....	136
Quadro 04 – Horário de atividades no Instituto Gentil Bittencourt (domingo).....	137

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 Belém: Início de uma História.....	26
1.1 Belém: a origem da cidade e seu desenvolvimento urbano e humano	27
1.2 A população indígena e negra	34
1.3 O conflito: a Cabangem.....	39
Capítulo 2 A infância desvalida: a origem do atendimento.....	42
2.1 O abandono de bebês	43
2.2 A caridade da Santa Casa de Misericórdia	49
2.3 A infância desvalida: a experiência de perfilhação e tutela.....	58
Capítulo 3 As Primeiras Instituições Para Meninas Desvalidas	66
3.1 Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas	68
3.1.1 O cotidiano na instituição após seu Regulamento	71
3.1.2 O dote	75
3.2 O Colégio do Amparo	78
3.2.1 O colégio: em busca de soluções	81
3.2.2 O colégio: novas avaliações sobre os pequenos avanços	88
3.3 Asilo Santo Antônio e Orfanato Antônio Lemos: em busca de identidade	95
3.3.1 Asilo Santo Antônio: a organização e a separação das categorias de meninas	96
3.3.2 Orfanato Antônio Lemos: um projeto agrícola para as desvalidas	104
Capítulo 4 Instituto Gentil Bittencourt: formando boas mães e esposas	113
4.1 O prédio: marcas simbólicas da formação	117
4.2 A organização e a administração	122
4.3 O ensino e o programa curricular	124
4.4 A rotina: formação moral, religiosa e para vida doméstica.....	133
4.5 As educandas	140
Capítulo 5 Instituto Lauro Sodré: formando bons trabalhadores	143
5.1 Instituições para meninos desvalidos: um breve histórico	144
5.2 A origem do Instituto Lauro Sodré	147
5.2.1 Perfil do Instituto Lauro Sodré	151
5.2.2 A reorganização pedagógica e administrativa	155
5.2.3 O ensino: cursos, oficinas e atividades	158
Considerações Finais	168
Referências	175
Anexos	191

INTRODUÇÃO

Na história do atendimento de meninos e meninas desvalidas sejam elas pobres, órfãs ou abandonadas, desde o período do Brasil Colônia até o início do século XX, poucos foram os avanços e ações que puderam se transformar em projetos onde eles fossem vistos como sujeitos de direito.

A Igreja, o Estado e outros segmentos amparados em discursos e práticas diversas viabilizaram mudanças nos campos da caridade, da filantropia, das ciências e do jurídico, de modo a atender, através de projetos dessa natureza, as demandas da sociedade. Tais mudanças, que se expressam em projetos para meninos e meninas desvalidas, estiveram ancoradas ora em práticas religiosas de cunho moral, ora em práticas filantrópicas e de cunho científico, ou ainda práticas jurídico-policiais com ênfase na formação para o trabalho.

Por isso, o foco principal da nossa pesquisa consiste na investigação da história das instituições de meninos e meninas desvalidas no Pará, tendo como delimitação o período inicial do século XIX até 1912. A escolha do limite inicial, no século XIX, se justifica pelo surgimento ali do primeiro espaço¹ com o objetivo de atender meninas desvalidas, intitulado Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas. Já a do limite final, por ser o período compreendido como *Belle Époque* (1870-1912), se explica pela efervescência econômica com a exportação da borracha, que trouxe grandes mudanças em toda Amazônia, particularmente nos aspectos urbano, político e cultural da cidade de Belém. E ainda porque é neste período surgiram as principais e tradicionais instituições para desvalidos, como por exemplo, o Instituto de Educandos Artífices do Pará para meninos inaugurado em 1872, o Instituto Gentil Bittencourt para meninas, em 1897, entre outras instituições.

O interesse pela temática da infância desvalida me acompanha desde 2005, seja no exercício da docência, seja em sala de aula ou orientando trabalhos de conclusão de curso, na capital e nos demais municípios do Pará. Através dessas atividades pude perceber que como se configurava entre nós uma importante parte da história do atendimento da infância e de sua educação.

A temática, na medida em que me instigava à conhecê-la mais a fundo, me levava a reconhecer que muitas indagações existiam e não poderiam ser objeto de pesquisa por um tempo curto, o que me levou a optar pelo aprofundamento do seu estudo no doutorado.

¹ Utilizarei o termo *espaço* para identificar um local de atendimento para meninos e meninas desvalidas que pode ou não ter caráter institucional, ou seja, neste último caso, locais e casas que estão a serviço da caridade, sem ainda se constituírem em uma organização ou possuírem uma regra de funcionamento.

A definição do foco de pesquisa veio aos poucos estabelecendo no encontro daquilo que foi levantado por mim de forma preliminar, das fontes primárias e secundárias. As indicações provisórias das fontes também já apontavam para o fato de que a história das instituições para meninos e meninas desvalidas não poderia estar condicionada pela abordagem restrita do atendimento à infância desvalida, o que poderia limitar o desenvolvimento da pesquisa, como também, sua análise. Pois a grande maioria das instituições criadas para atender aos desvalidos aceitava crianças a partir de sete anos e mantinha como idade limite de permanência, em média, os 18 anos, e apenas as Rodas e Casa de Expostos aceitavam crianças menores. Como se vai observar, os atendidos entravam na instituição no período da infância, passavam pela puberdade, adolescência e saíam iniciando a idade adulta, vivenciando fases diferenciadas do desenvolvimento e de experiências humanas.

Ao empreender o estudo das instituições de meninos e meninas desvalidas estarei, portanto, considerando essas diferentes fases de suas vidas.

Na busca por suportes teórico-metodológicos para construção do presente estudo, tentei localizar trabalhos que abordassem o período delimitado, ou seja, entre o início do século XIX até meados de século XX, relativos à história da infância desvalida e também das instituições para meninos e meninas. Encontrei o trabalho de Figueiredo (2004), intitulado “Memórias da infância na Amazônia”, no qual o autor recolhe as “lembranças de alguns literatos que viveram sua infância e adolescência na Amazônia, nas primeiras décadas do século XX. E que já adultos, colocaram no papel algumas de suas memórias”. Nesse trabalho, o autor percorre as experiências e vivências desses literatos, nas brincadeiras de ruas, costumes e culturas dos contextos de Belém e Manaus, incluindo as lembranças da escola que frequentaram.

Outros trabalhos da historiografia paraense foram localizados, como de Bezerra Neto (1993), “As luzes da civilização: Instrução Pública, Institutos e Asylos Católicos na Província do Pará (1870/1889)”, e também, de Rizzinni (2004), privilegiando o século XIX e XX, entre outros. Em especial vale ressaltar este último que realiza uma abordagem muito próxima a que pretendo realizar, mas que o faz no contexto mais amplo da educação e instrução pública nas províncias do Pará e do Amazonas, no período de 1850 a 1889, com ênfase na educação das crianças indígenas. Diferentemente do que a autora realiza, restrinjo e aprofundo o meu foco sobre a temática naquilo que, particularmente, diz respeito às instituições para o atendimento de meninos e meninas desvalidos na cidade de Belém, com uma abrangência temporal maior, e uma incursão às origens de atendimento, inclusive às crianças menores desvalidas que se estende aos primórdios da colonização da Amazônia e à fundação da cidade.

Busquei também apoio em autores que estudaram o assunto em outras regiões do Brasil, e que apresentam em seus trabalhos formulações teóricas que me parecem abrir horizontes mais amplos quanto à construção do conhecimento em história da educação, da infância desvalida e/ ou instituições para meninos e meninas desvalidas. Nessa busca, encontrei nos trabalhos de Kuhlmann Jr. (1992, 1998,), Del Priore (1995; 2004), Freitas e Kuhlmann (2002), Faria Filho (2004), Marcílio (2006), mais uma vez Rizzini (1993; 2000; 2004), Freitas (2001) e Venâncio (1999), os referenciais iniciais para essa construção do quadro teórico necessário para consolidação deste estudo.

Como verificamos da leitura desses autores, o atendimento a meninos e meninas desvalidos no Brasil é bem antigo, como indicam também outros trabalhos, que abordam, diferentes perspectivas educacionais, políticas, sociais e demográficas. E que também apontam seu foco, principalmente para o período do XIX, relatando a origem de alguns desses locais de atendimento, com as mais diversas denominações, entre elas, Casa dos Expostos, Roda dos Expostos, Asilos Infantis, Casa dos Desvalidos, Recolhimento das Educandas etc., registrando o seu surgimento em várias cidades, para atender meninos e meninas órfãs e/ou desvalidas originárias de famílias pobres, em especial.

Portanto, nesse cenário nacional, a história das instituições para desvalidos no Pará se insere, com sua trajetória peculiar, como um movimento social que ora apresenta influências religiosas, ora políticas, ora médico-higienistas, jurídicas ou ainda a combinação dessas várias tendências, como dito anteriormente.

Em função do quadro delineado pelos autores, compreendi que era necessário investigar também a origem do atendimento para crianças desvalidas no Pará. As pistas indicavam que o embrião do atendimento teria sido no acolhimento² de crianças ainda bem pequenas. E que as instituições do que trata a pesquisa surgiram das demandas resultantes do número de crianças que cresciam sem ter um lugar para ficar.

Outro ponto que me instigou foi a preocupação em desenvolver um trabalho que estivesse referido ao contexto histórico do estado do Pará e da cidade de Belém, em especial, observando os aspectos políticos, econômicos, sociais, demográficos, religiosos, entre outros. Isso por entender que a compreensão desse contexto histórico seria fundamental para dar suporte à minha investigação dos dados, como também, à sua análise.

Assim, o presente trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar estudos sobre as questões relativas à história das instituições de meninos e meninas desvalidas no Pará, sua

² Utilizo o termo acolhimento para indicar cuidado com meninos e meninas em várias fases, em locais institucionais, espaços ou casas.

capital Belém em particular, por sua relevância para a história da educação na região amazônica e no Brasil. E ainda, porque, a despeito de inúmeros esforços, carecemos de um maior número de estudos que possam dar conta, sob o ponto de vista científico, do conhecimento da forma como foram constituídas as bases da organização do atendimento da nossa infância desvalida e da sua educação.

Meu trabalho pretende trazer uma contribuição, que me parece oportuna, a esse campo de investigação cuja riqueza de possibilidades poderá levar ao desdobramento em outros objetos de pesquisa no futuro. Isto porque, apesar de minha preocupação em acessar o máximo possível de informações em fontes primárias e secundárias, reconheço que ainda existe, especialmente nos arquivos públicos do meu estado, uma grande quantidade de documentos a serem garimpados, visando a aprofundar o conhecimento do atendimento de meninas e meninos desvalidos ao longo da história do Pará.

A partir da análise do material coletado pretendo responder as seguintes questões neste trabalho: como surgiram as instituições para meninos e meninas desvalidas? De que maneira as crianças desvalidas antes dos sete anos foram atendidas? De que forma as instituições se organizaram quanto a espaço, tempo e currículo? Quais as concepções e prioridades adotadas nas instituições para meninos e meninas desvalidas nos discursos oficiais? Como os rebatimentos conjunturais da história paraense contribuíram com a organização das instituições? E por último, como as políticas públicas direcionadas ao atendimento dos (as) desvalidos (as) estiveram presentes ou ausentes nas ações das administrações da província?

Tendo em vista esses questionamentos, o objetivo geral da pesquisa é o de investigar e analisar a história das instituições para meninos e meninas desvalidas no Pará, e, como meta, a perspectiva de alcançar os seguintes objetivos específicos:

- ♦ investigar as principais instituições dedicadas a atender meninos e meninas desvalidas no Pará, a partir do século XIX até meados do século XX;
- ♦ investigar a origem do atendimento aos desvalidos, desde a infância;
- ♦ analisar a organização e o funcionamento das instituições;
- ♦ analisar as concepções adotadas sobre meninos e meninas desvalidas no seio da sociedade e nos discursos oficiais;
- ♦ analisar a participação das políticas públicas para o incremento das instituições de atendimento.

Na busca por rastrear fontes primárias e secundárias³ pude contar com o acesso ao acervo do excelente Arquivo Público do Pará, e na Biblioteca Pública Arthur Vianna, no seu setor de Obras Raras, também do mesmo estado. Tais acervos são referências na Amazônia e no Brasil, por abrigar preciosidades documentais. A dificuldade encontrada no acesso aos acervos refere-se, compreensivelmente, à restrição ao empréstimo ou fotografia com utilização de “flash”. Com isso, o conteúdo dos documentos e livros tem que ser copiado ou fotografado sem iluminação artificial.

Como ficou dito acima, e agora enfatizo, a análise documental recaiu sobre os mais diversos documentos concernentes à temática da infância desvalida e sua educação, com especial atenção à história das instituições para meninos e meninas desvalidas no Pará, a partir dos oitocentos.

Pesquisei em revistas, livros e alguns poucos periódicos da época. Optei por dar destaque à leitura e análise dos documentos oficiais, priorizando relatórios, mensagens, discursos, falas e exposições dos governos provinciais, bem como portarias, decretos, pareceres, e outros. Uma boa parte do material foi por mim fotografado ou digitado, além de ter copiado algumas informações colhidas nos arquivos.

As visitas feitas à biblioteca e ao museu da Santa Casa Paraense, também trouxeram contribuições importantes para o trabalho em relação à memória e à história desta instituição. Além disso, conversei com o professor doutor Alípio Bordalo, acessível e gentil nos seus quase oitenta anos, que é o responsável pela idealização e criação do museu da instituição e, sem dúvida, um grande conhecedor da história da misericórdia no Pará.

Um tempo maior foi por mim dedicado à leitura e análise dos documentos oficiais da Província do Pará, do período de 1830 até 1912, por trazerem, de forma sistemática, as maiores e melhores informações sobre instituições de meninos e meninas desvalidas. O tipo e quantidade de documentos analisados encontram-se no quadro 01, a seguir:

³ No desenvolvimento do trabalho, ao utilizar as fontes primárias e secundárias como citação tentarei reproduzir o texto original dos documentos. De modo que o uso da estrutura de linguagem escrita de cada época será mantida.

**QUADRO 01 - Documentos oficiais da Província do Pará
analisados (1830-1912)**

DOCUMENTOS OFICIAIS	NÚMERO
Relatório	35
Mensagem	22
Fala	17
Discurso	10
Exposição	02
Total	86

Em função da análise dos documentos oficiais, achei pertinente conjugá-las com outras fontes de pesquisa, assim as fontes secundárias estarão presentes também, subsidiando todo trabalho. O primeiro motivo que me levou a essa decisão diz respeito à ampliação do leque de investigações e análises. O segundo, à necessidade de localizar outras informações, em especial, àquelas relacionadas à história da origem e desenvolvimento da cidade de Belém, que me permitissem abordar o atendimento de bebês abandonados, cujo destaque é o trabalho desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia Paraense.

Nessa busca de consolidação de informações, optei por livros de autores que tratam da historiografia regional, dos séculos XIX e XX, que, sem dúvida, serviram como contraponto nas minhas análises. A leitura dessas obras me possibilitou avaliar algumas diferenças entre os autores do final dos oitocentos e início do século passado em relação aos atuais, o que me fez investigar um pouco mais seus respectivos perfis, o que me trouxe melhor compreensão da sua produção historiográfica.

Além dessas fontes, busquei registros fotográficos das instituições e da vivência de meninos e meninas nesses espaços, tendo conseguido localizar e reproduzir algumas imagens contidas em documentos da época. A fotografia aparece em dois capítulos do trabalho, e a opção de resgatar essas imagens veio da necessidade de tentar rastrear o olhar do fotógrafo sobre o que seria menino (a) desvalido (a) o que, de certo modo, virá contribuir para melhor compreender qual seria o olhar de grande parte da sociedade da época sobre eles. É como se

fosse a tentativa de pinçar vivências silenciadas pelos documentos daqueles que não tinham eco nos escritos dos adultos, como lembra Kossoy⁴ quando diz que “toda fotografia é um resíduo do passado”. Portanto, busco aí, nesses documentos fotográficos, os resíduos históricos dos (as) desvalidos (as) ocultados nos documentos escritos oficiais. Ou como nos diz Furtado⁵, “para deixar que a própria imagem expresse palco, atores, cenários sociais e ambientais onde se inserem”.

Outra exigência da pesquisa foi a necessidade de uma clara delimitação semântica dos significados da palavra desvalido (a) no período investigado. Os significados encontrados foram semelhantes, nos autores e documentos localizados, tanto do século XIX, quanto do século XX. Desse modo, desvalido (a) é entendido aqui como aquele ou aquela que não tem valimento, desprotegido, desamparado, desgraçado.

Quanto às categorias dos desvalidos ou desvalidas de que trata esta pesquisa no Pará, coincide com muitas das já realizadas no resto Brasil, a saber: crianças indígenas, negras, mestiças, caboclas, pobres, abandonadas e órfãs. E, em se tratando de qualquer dessas categorias, essas crianças tiveram vivências e experiências marcadas pela miséria, exploração e humilhação, poucas delas escapando dessa lógica perversa. Na grande sua maioria, com pouco tempo e direito de ter infância, de brincar e de ter afetos, sendo que os poucos momentos de alegria, de brincadeira ou de prazer eram vivenciados nos seus núcleos familiares, quando não eram afastadas precocemente dos seus pares.

A criança indígena

As atividades desenvolvidas a partir dos meados do século XVI, em 1549, com a chegada dos Jesuítas da Companhia de Jesus no Brasil, marcam a tentativa inicial de catequização e de organização do ensino para crianças indígenas. A assimilação da doutrina cristã com seus preceitos e valores é apresentada como meta para realização da catequização e para o ensino dos nativos. A criança indígena é vista como um “papel em branco”, onde a priori seria mais fácil “imprimir” registros de uma formação cultural e religiosa europeia, e se torna o principal alvo dessa realização, diante das circunstâncias de resistência encontradas entre os adultos.

Ao longo de dois séculos, a organização do ensino gradativamente foi sendo alterada no atendimento a essas crianças indígenas, bem como às mestiças ou filhas de portugueses, entre outras. A lógica implementada pelo ensino se baseou na hierarquia social da época e nas

⁴ KOSSOY, 2009, p. 45.

⁵ FURTADO, 2002, p. 35.

relações de poder, de modo que atendesse aos interesses da Coroa e da Igreja. Para os desvalidos, como os indígenas, predominou o ensino nas aldeias das “primeiras letras e a catequese”. Para os demais, mestiços, órfãos e filhos de colonos pobres, o ensino profissional. E para os portugueses e seus filhos os colégios, como o da Bahia, fundado em 1564, o do Rio de Janeiro, em 1568. É importante considerar que a separação e a discriminação educacional não apenas enfatizaram a questão de classe e poder, mas, apontaram também, para a questão de gênero. Para as meninas índias, por exemplo, se privilegiava o ensino das prendas domésticas.

Em Belém do Pará, no final do século XVII, inicia-se a construção da Igreja e Colégio⁶ de Santo Alexandre (sede da Companhia de Jesus). Nas primeiras décadas do século XVIII o colégio começou a funcionar oferecendo oficinas de escultura, pintura e encadernação, onde muitos meninos indígenas puderam aprender esses ofícios. Os registros apontam o uso da mão-de-obra indígena na construção dos prédios, como também, nas esculturas da igreja.

Em relação ao gênero feminino, o foco do primeiro Recolhimento foi direcionado para meninas índias, quando, em 1804, numa ação de D. Manoel de Almeida Carvalho, 7º bispo da diocese paraense, percorrendo o interior do Pará e vendo sua situação resolveu trazer para Belém quinze dessas meninas indígenas. Porém, essas meninas, tanto quanto os meninos, contaram com pouco acolhimento nas instituições para desvalidos.

A criança negra

O processo crescente de colonização a partir do século XVI no Brasil teve o suporte, desde sua origem, na organização de uma economia agrária baseada na monocultura, vinculada ao mundo do trabalho escravo, inicialmente do indígena e, posteriormente, do negro. A existência de negros no Brasil é antiga, com os primeiros registros da sua chegada datando de 1538 e, um pouco mais tarde, com a regulamentação do Decreto de D. João III de 29 de março de 1549, que oficializou o tráfico e o trabalho escravo na América portuguesa.

O universo histórico da criança negra se inseriu na história dos adultos negros, vinculados a ela pela herança genética, etnia e cultura. O tráfico negreiro representou uma longa história, pautada em valores desiguais quanto ao trato humano, apoiado na submissão e na violência física, moral e social.

Identificados e reconhecidos como “peças”, mercadorias a serem vendidas e negociadas, sem valor humano, representantes do mundo do trabalho no Brasil colônia e

⁶ A partir de 1759 com a expulsão dos jesuítas o colégio foi desativado e transformou-se em palácio do bispo da cidade. Atualmente os espaços do colégio e igreja funcionam como Museu de Arte Sacra do Pará.

império, seja na atividade rural e urbana ou na mineração. Em número crescente, trazidos da África, chegaram a atingir em meados do século XIX um total próximo a quatro milhões de indivíduos⁷.

Resultado do cruzamento com os brancos, a população infantil mulata ou parda, foi também crescendo gradativamente, junto com a negra. Por outro lado, o índice de mortalidade infantil entre essas populações era altíssimo devido às más condições de vida em geral⁸ e excesso de trabalho das mães. E, particularmente, isso se tornava mais dramático para aquelas crianças que, além dos poucos cuidados e higiene, tinham suas mães deslocadas para servirem de amas de leite para as crianças brancas da casa-grande. Desse modo, precocemente eram essas crianças submetidas à dieta de mingau de farinha, que acarretava no aparecimento de diarreias e outras doenças.

A criança negra e desvalida cedo era inserida num mundo de barbárie da escravidão, quando ultrapassava o período crítico de sobrevivência por volta dos sete anos, e se iniciava em pequenos serviços. Na fase de 8 até os 12 anos, a infância ficava misturada precocemente com esse mundo de pequenos trabalhos e, a partir daí, na sua maioria, já desenvolvia atividades de negro adulto. Inúmeras vezes eram afastadas de seus pais e vendidas para outros proprietários.

A realidade da infância do gênero feminino, além disso, trazia consigo a violência dos abusos sexuais de seus senhores, principalmente porque elas, a partir do 12 anos, já eram consideradas adultas, enquanto os meninos só eram considerados adultos a partir dos 14 anos.

A criança negra não tinha valor e importância para os brancos, por isso em muitos registros da época, praticamente não é citada, do mesmo modo como com as mulheres, ou seja, não se revela de maneira mais precisa o seu cotidiano.

No Pará elas circulavam pelos engenhos, principalmente se suas mães trabalhassem nas atividades domésticas da casa-grande. Eram como brinquedos para os filhos dos brancos, e as brincadeiras iam das mais simples às mais perversas. Serviam de montaria, de carro, de cavalo, em brincadeiras nas quais eram usados chicote e galhos de árvores, entre outros objetos. O sadismo infantil se transformava mais tarde em crueldade do adulto, naturalizada pelas práticas de castigos e violência contra o negro.⁹

⁷ Não se tem dados exatos do total de negros africanos que foi trazido para o Brasil.

⁸ As condições de vida precárias dos negros afetaram de modo geral a vida de crianças e adultos. Moradia, alimentação, higiene, longas jornadas de trabalho e castigos fizeram com que a maior parte deles tivesse uma sobrevida em média de 15 anos, depois do desembarque no Brasil. Uma boa parte dessas crianças aos 11 anos já era órfã de pai e mãe.

⁹ Cf. ALTMANN, 2004.

Na cidade de Belém era comum ter meninos e meninas negros como empregados, desenvolvendo as mais diversas tarefas.

Entretanto, o tráfico não foi intenso no Pará como o foi em outras regiões do país. Esse tráfico de negros no Brasil foi longo em sua história e também tardou muito para que se implantassem no país leis que lhes trouxessem alguns direitos como cidadãos. A partir da década de 1850 foi proibido o tráfico negreiro e mais tarde, em 1869, se regulamentou a proibição de venda do marido quando isso o afastasse da mulher, consequentemente estendendo aos filhos os efeitos da lei. Por esta, filho até os 12 anos já não podia ser afastado de sua família. Posteriormente, a lei¹⁰ de 28/09/1871, “Lei do Ventre Livre” determinaria que toda criança negra nascida estaria livre da escravidão.

Essas leis pouco ou quase nada alteraram os rumos quanto ao direito da criança à educação e a outros direitos sociais, que leis anteriores negavam, como o fazia o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte, “lei 1331 A, de 17/02/ 1854”, que ao mesmo tempo em que proibia o acesso de escravos às escolas públicas, também limitava o mesmo direito à população livre e vacinada e que não fossem portadoras de moléstias contagiosas.

Tal realidade pouco mudou após a regulamentação¹¹ da Lei do Ventre Livre, a qual previa em seu texto a educação dos “ingênuos”. Porém, na prática, a maioria dessas crianças continuava morando nas fazendas e servindo de mão-de-obra para alguns trabalhos. A realidade que se apontava para elas muitas vezes era uma vida sem rumo, sem o amparo dos pais, sendo muitos os órfãos que vagavam na miséria e na mendicância, em situação de precariedade. No entanto, a lei aponta um início de mudanças para crianças negras, transferido a responsabilidade do âmbito privado para esfera governamental, envolvendo segmentos da sociedade que passam a promover debates em torno do futuro das crianças e da Nação.

A determinação no Regulamento de 1854, que previa a organização de um espaço para atender a meninos pobres, só foi cumprida no governo imperial em 1874, com a edificação do Asilo de Meninos Desvalidos, tendo como meta atender “meninos desvalidos”, órfãos ou em

¹⁰ BRASIL. LEI N. 2040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores sobre a libertação anual de escravos.

¹¹ A regulamentação pouco avançou quanto ao direito de liberdade, de fato. Caso o proprietário criasse até os oito anos, legalmente era estendido o direito de desfrutar de sua mão-de-obra até atingir 21 anos, outra alternativa seria repassar a guarda para o Estado, sendo que o dono teria direito a uma indenização.

“estado de pobreza”, incluindo os da faixa etária de 6 anos e 12 anos, e com idade limite de 21 anos para que eles pudessem desenvolver a educação primária e secundária profissional.¹²

O asilo legalmente deveria atender os libertos de acordo com determinação de um artigo apontado na Lei do Ventre Livre, porém, o atendimento foi excessivamente insuficiente para a época.

A infância negra desvalida tarda para ter acesso, de fato, ao ensino público no país. A partir do período colonial e imperial em que eram consideradas como categoria “sem alma”, “peças” escravas e sem direitos, o Brasil constrói uma história de crianças sem infância e sem direitos, submetidas a uma vida dura de trabalho, e em condições de extrema pobreza.

Mesmo com a efervescência das discussões,¹³ promovida na década de 1870 por intelectuais, profissionais liberais, políticos, fazendeiros, entre outros, que tinham como tema a necessidade da educação primária popular e a formação profissional para as crianças e jovens pobres e desvalidos, pouco foram os resultados em termos quantitativos no que diz respeito ao direito de acesso às instituições de ensino público. E em especial, os negros que foram os que tiveram o menor acesso à essas instituições.

O processo de abolição da escravatura não extirpou as desigualdades em relação ao negro. O Estado buscou estabelecer políticas que dessem conta da nova ordem do negro liberto e seus descendentes, pardos, mulatos, crioulos, quase na sua totalidade tendo a pobreza como identidade comum. Nessa perspectiva, educar era criar mecanismos de controle, de forma que os projetos educacionais estabelecessem os parâmetros almejados pelos representantes do Império, centralizado na manutenção de privilégios políticos, econômicos e sociais. As instituições primárias, profissionais e as instituições de acolhimento, como os asilos, traduziram esses anseios, oferecendo um ensino popular e elementar, adequando a formação profissional para atender às necessidades prementes de mão-de-obra.

Meninos e meninas desvalidas

Desde o Brasil colônia que as crianças desvalidas indígenas e negras, estas desde que pobres ou órfãs, foram utilizadas como mão-de-obra, exploradas de forma muitas vezes

¹² Cf. SHUELER, 1999.

¹³ As discussões promovidas no período resultaram na criação em 1871 da Associação Protetora da Instrução à Infância Desvalida, com a intenção de assegurar a “frequência das crianças livres e libertas nas escolas públicas da cidade, principalmente naquelas então erigidas com auxílio da municipalidade, a Associação se propunha a distribuir gratuitamente às famílias pobres o vestuário e o material escolar necessário (SHUELER, 1999, p. 38).”

exaustiva, sem direitos, desprotegidas, atropeladas pelas exigências de seus senhores e donos de suas vidas, sem perspectivas ou opção quando eram obrigadas ao ingresso na labuta diária das fazendas, dos engenhos. A realidade do Brasil república não atenua esse cotidiano, apenas insere novas formas e campos de exploração. Consideradas mão-de-obra de fácil acesso e mais obedientes, diante da fragilidade física e psicológica perante o adulto, era a opção mais frequente e menos onerosa para a construção de um país emergente no campo da indústria, como se desejava..

A partir início do século XX, o embate travado em torno da questão da infância desvalida ganha espaço nos meios jurídicos e médico-higienistas. Com isso se confirma também a preocupação da sociedade em relação ao destino da criança, que, todavia, continuava sendo vista ora como ingênua que precisa de proteção, ora como perigo, e que por isso precisa ser disciplinada e confinada em instituições.

Porém, é importante destacar o lugar que o trabalho continua ocupando na vida desses meninos e meninas, apesar das críticas severas de pessoas renomadas da época, como o médico Moncorvo Filho, que teve uma trajetória pautada pela indignação e denúncia contra os males sofridos por crianças e adolescentes na época. Por outro lado, posições diferenciadas que viam a salvação da pátria e do cidadão digno vinculada ao ingresso precoce no trabalho encontravam eco entre alguns políticos, principalmente os ligados aos segmentos mais conservadores da área rural e dos meios empresariais.

No Pará, notadamente a partir dos oitocentos, as instituições para meninos e meninas desvalidas começam a surgir, a cidade cresce e o aumento da pobreza e de suas mazelas se acentua nota-se que os caboclos e mestiços, no final desse período, já representavam a maioria da população pobre.

Durante todo o século XIX, vão surgindo, paulatinamente, espaços destinados a meninos e meninas desvalidas para atendimento de crianças maiores de sete anos, e sob diversas denominações: Casa de Educandas ou Recolhimento das Educandas, Asilos, Institutos, Casa de Educandos, entre outros.

O recolhimento¹⁴ no Brasil surge da necessidade de dar um destino digno para as meninas que vinham da casa das amas e depois retornavam para as Rodas, ou também, àquelas que cresciam na Casa dos Expostos e não tinham conseguido um lar para dar continuidade à sua criação.

¹⁴ “O termo recolhimento era usado para identificar instituições femininas de reclusão, erguidas com fins devocionais, caritativos ou educacionais. Os recolhimentos foram criados para resguardar a honra e a virtude da mulher (os da Misericórdia, em particular, protegiam a honra e a virtude da mulher pobre e desamparada) (MARCÍLIO, 2006, p. 164-165).”

O primeiro recolhimento criado no Brasil começou a funcionar em 1716 na Bahia, destinado a recolher meninas órfãs e pobres. De modo geral, as meninas eram enviadas para o recolhimento a partir dos sete anos de idade e permaneciam até os 18 ou 20 anos, dependendo do regimento de funcionamento de cada instituição. Porém, tal regra nem sempre era adotada, porque diante da ocorrência de tantos imprevistos que surgiam, acabava-se agindo sob orientação do bom senso. Na medida em que cada caso era avaliado de modo particular, ao invés de se deixar essas meninas sem acolhimento, se optava muitas vezes por protelar a sua saída da instituição. Em outros casos, também, a idade do ingresso atendia à lógica da caridade e, assim, tanto a menina poderia ingressar aos sete anos como, em alguns casos, já com idade superior, ou seja, com 10 ou 12 anos.

No decorrer dos setecentos e oitocentos foram surgindo em várias cidades brasileiras os recolhimentos criados e organizados por religiosas. Havia necessidade de amparar muitas crianças que, a partir dos sete anos e sem lar ou acolhimento institucional, desprotegidas, ficavam morando na rua, sujeitas às mais diversas adversidades dos centros urbanos.

Muitos políticos, religiosos, intelectuais, profissionais liberais e “homens de bem”, deram sua contribuição para que se organizassem recolhimentos em suas cidades¹⁵, através de representações e ações concretas que buscavam soluções para os problemas sociais da infância desvalida no Brasil.

Em 1840, na cidade de Belém é criada a Casa de Educandos destinada a atender meninos desvalidos a partir dos sete anos. A trajetória da instituição foi marcada por sua desativação do espaço em vários momentos, ocasionadas por faltas de recursos, e com sucessivas reaberturas, até o fechamento total em 1852.

A importância que os recolhimentos e os institutos tiveram até o final dos oitocentos em várias cidades brasileiras deriva do fato de representarem, em muitos casos, a única saída para muitas meninas e meninos desvalidos, sem dinheiro, família e proteção. Nesses espaços, apesar de se defrontarem com muitas situações adversas, encontravam também alguma proteção, moradia, alimentação, orientação sobre prendas domésticas, oficinas diversas para meninos e, em alguns casos, formação pedagógica.

Nunca é demais afirmar que minha preocupação maior está localizada nas meninas desvalidas e, mais precisamente, priorizando neste trabalho as instituições de atendimento a essas meninas.

¹⁵ Nesse contexto são instalados alguns recolhimentos, como no Rio de Janeiro em 1739, em São Luís (MA) em 1751, em São João Del-Rei (MG) em 1866, em Belém (PA) em 1804, entre outros. Cf. MARCÍLIO, 2006.

No que diz respeito à organização do texto do presente trabalho, procurei fazê-lo em cinco capítulos. No primeiro percorro a produção de autores que tratam da história do Pará, em especial da cidade de Belém, priorizando a origem da cidade e seu desenvolvimento, nos aspectos urbano, econômico e demográfico. Investiguei, também, as populações, etnias e raças, e busquei compreender o que esses segmentos representaram e contribuíram para a identidade amazônica da população paraense. O outro ponto destacado no capítulo é a Cabanagem, o mais importante movimento político da região. No segundo, abordo a origem do atendimento no Pará para a infância desvalida e seus desdobramentos, como é o caso do trabalho desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia Paraense, com o breve funcionamento da sua Casa dos Expostos. No terceiro, a partir das análises dos relatórios da província do Pará, no século XIX, recupero a origem das primeiras instituições para meninas desvalidas, desde o Recolhimento da Educandas, Colégio do Amparo e outras instituições, verificando a trajetória institucional, seus avanços e problemas. No quarto capítulo analiso o funcionamento e práticas da instituição mais tradicional para as meninas desvalidas no Pará, o Instituto Gentil Bittencourt. No quinto e último capítulo meu enfoque recairá sobre as instituições para o atendimento de desvalidos do sexo masculino, cujo registro considero importante para uma melhor compreensão do contexto de acolhimento aos desvalidos no Pará.

CAPÍTULO 1

BELÉM: INÍCIO DE UMA HISTÓRIA

A história das instituições para o atendimento de meninos e meninas desvalidas no Pará, em especial para a infância pobre, órfã ou abandonada, não pode ser abordada sem levar em conta a sua relação com a origem da cidade de Belém, já que o contexto do seu crescimento urbano e populacional, a política, a economia e a sua cultura determinaram escolhas, posições, omissões relacionadas ao desenvolvimento dessas instituições. É desse modo que a criação das instituições para meninos e meninas desvalidas vai se configurar pela urgência de espaços para acolher os desprovidos da sorte e do amparo.

Ao falar de Belém e de sua história buscamos elucidar as relações que se constituíram no centro dos poderes políticos, religiosos e civis que se projetaram nas mentalidades de segmentos paraenses com poder de mando, no bojo do século XIX e XX, gerando projetos de atendimento aos desvalidos. A grande maioria das instituições organizadas para esses fins na então Província do Pará concentraram-se na cidade de Belém, e as poucas que se localizaram fora desta cidade se mantiveram sob influência e administração da sede da capital paraense. Por isso também o destaque dado à história da cidade de Belém e, nela, para algum de seus períodos que achamos relevantes no processo de seu crescimento e desenvolvimento, e necessários à compreensão do contexto histórico onde se dá a implantação das instituições que pesquisamos.

1.1. Belém: a origem da cidade e seu desenvolvimento urbano e humano

A cidade de Belém tem a sua origem com a chegada de uma expedição portuguesa que, após a expulsão dos franceses da Ilha de São Luís, no Maranhão, viera com o objetivo de iniciar a conquista da região amazônica. A expedição saiu do Maranhão no dia 25 de dezembro de 1615, como nos conta o historiador:

O fundador de Belém partira do Maranhão, com uma frota composta de três embarcações tripuladas por 150 homens; acompanhando a recortada costa do Pará, adentrou a baía de Marajó e passando por entre o grupo de ilhas que dão origem à estreita baía de Guajará, junto à barra do rio Guamá, encontrou um local excelente para a edificação do forte.¹⁶

O militar Francisco Caldeira de Castelo Branco que comandava a expedição chega a Belém em 12 de janeiro de 1616, tendo escolhido como local para a construção do Forte do

¹⁶ PENTEADO, 1968, p. 95.

Presépio¹⁷ uma posição privilegiada para visão das embarcações que se aproximassem da cidade, facilitando a defesa do seu território de invasões e também devido a sua altura, para impedir que as enchentes da área do igarapé do Piri¹⁸ chegassem até ele.

O Forte construído por Castelo Branco marcou, portanto, a origem da cidade, partindo dali as primeiras casas e ruas que vão se transformando nos primeiros bairros. A cidade, intitulada inicialmente Feliz Lusitânia, e posteriormente Santa Maria de Belém, foi crescendo de forma lenta. As primeiras ruas partindo dos arredores do Forte formaram o que hoje se conhece como Cidade Velha, que ainda, nos nossos dias, guarda nas suas construções os registros arquitetônicos da Belém antiga, com seus azulejos portugueses, casarios de estilo colonial, e também casas modestas com construções rebaixadas. Em seguida, ultrapassando o alagado do Piri, surge o bairro da Campina, onde hoje se concentra o comércio popular de rua da cidade. Depois, a primeira igreja construída em 1622, por ordem do capitão-mor Bento Maciel Parente, dedicada a São João.

As primeiras décadas dos seiscentos do núcleo colonial foram marcadas pelo surgimento de conventos e igrejas. Registra-se a construção do primeiro convento¹⁹ e igreja pelos frades da ordem de Santo Antonio e, após, a igreja das Mercês e convento dos frades mercedários²⁰ em 1640. Ao final do século XVII a cidade já contava, além das igrejas e conventos citados, com a igreja do Carmo e Convento Carmelitas, a igreja de Santo Alexandre, tendo ao lado o Colégio dos Jesuítas, e a igreja da Nossa Senhora do Rosário. Algumas dessas ordens religiosas serão mais tarde responsáveis pelas instituições para meninos e meninas desvalidadas, como veremos a seguir.

A população, no período, ainda pequena, aumentou um pouco mais com a chegada de colonos açorianos em 1676, no total de 234, entre homens e mulheres. No final do século havia cerca de quinhentos moradores²¹, na sua maioria gente pobre que vivia em casas de

¹⁷ O nome dado ao forte se deu em função de Castelo Branco ter saído do Maranhão no dia de comemoração do Natal.

¹⁸ O Alagado do Piri ocupava boa parte da área de Belém, onde se encontra o mercado do Ver-o-Peso, correspondendo 660 m de comprimento e 1.320 m de largura, sendo uma área pantanosa.

¹⁹ Os capuchos da província de Santo Antônio chegaram em Belém 1617. O convento do Una foi construído em uma área afastada da cidade, de construção modesta. Em 1736 inicia-se a construção da igreja e convento de Santo Antônio, agora localizado no centro da cidade próximo a atual Avenida Presidente Vargas.

²⁰ Em função da localização, os fundos do prédio do convento davam para a praia. Após a expulsão dos frades do Pará, o convento foi utilizado como alfândega. Atualmente o prédio pertence à Receita Federal que ali tem um de seus setores.

²¹ Segundo o historiador Ernesto Cruz (1898-1976) pesquisador da história do Pará, este número incluía os soldados, índios e homens de cor. Porém, o autor alerta quanto aos dados, pois encontrou registros referentes ao ano de 1722 com o mesmo número de habitantes. O que revela o pouco rigor da época na quantificação da população.

taipa ou de barrote revestido de tijuco, que contrastavam com a exuberância de algumas igrejas e conventos, coisa que saltava aos olhos de qualquer viajante ao chegar à cidade.²²

A situação do comércio de Belém era difícil, faltavam vários gêneros alimentícios essenciais. Em relação às roupas, a população se vestia de maneira bem simples, e a relação comercial com a Europa era demorada, dificultando o acesso a outros produtos.

Durante os setecentos a cidade cresceu, e muitas grandes construções foram erguidas, como a Catedral (1748-1755), a Cadeia Pública (1737-1751), o Palácio do Governo, cujo início de construção data de 1762, projetado por José Antonio Landi²³, entre outros prédios.

A descrição de Belém feita por La Condamine²⁴ em 1745, citada por Penteado, dizia que a cidade possuía “casas risonhas”, na maioria de pedras e cascalhos, e elogiava a beleza das igrejas. Neste período já se havia maior facilidade de comércio com Portugal. As mercadorias que vinham da Europa eram trocadas por gêneros de valor existentes na região, como o ouro em pó, casca de pau-cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café e, principalmente, o cacau, de grande valor, por ser considerado moeda corrente²⁵ na época.

Apesar da melhoria no acesso aos diversos gêneros de alimentos, assim como às roupas e objetos vinda da Europa, a vida na colônia era simples para a grande maioria da população que contava apenas com um pequeno contingente da pequena burguesia. Neste século XVIII, a população crescerá de forma significativa, atingindo em 1788 cerca de 10.620 habitantes, contabilizados no seu total escravos e pessoas livres.

O crescimento significativo, na segunda metade do século XVIII, se justifica pela substituição no Pará da mão-de-obra escrava indígena²⁶ pelo escravo negro. Com alforria do gentio em 1751, no governo de Mendonça Furtado, que tinha amplos poderes para fazer cumprir as determinações das instruções públicas e secretas, é incentivada a entrada e a utilização do escravo negro de acordo com a necessidade da região, sem limites estabelecidos.

²² Cf. PENTEADO, 1968.

²³ Antonio José Landi, arquiteto com grande atuação na Amazônia, nasceu na Bolonha (Itália) em 1713 e morreu em 1791 em Belém. Veio para o Brasil a convite de D. João VI para trabalhar como desenhista na Expedição Demarcadora dos Territórios Portugueses do Norte do Brasil, chegando em 1753, permanecendo até sua morte. A cidade ganhou seus traços arquitetônicos, em praças, prédios e fachadas. Marcando a cidade com seu estilo de raízes italianas com influência portuguesa, porém, imprimindo em sua obra uma arquitetura com identidade amazônica. As principais construções por ele realizadas: Catedral de Belém, Igreja do Carmo, Capela da Ordem Terceira, Colégio de Santo Alexandre, Palácio dos Governadores, Capela São João, Igreja de Santana, Igreja das Mercês, Palácio Antônio Lemos, entre outros.

²⁴ Charles Marie de La Condamine, famoso matemático e físico, que registrou impressões de Belém em seu livro “Viagem na América Meridional, descendo o rio das Amazonas”.

²⁵ O regime de trocas permanece até 1748, sendo o uso da moeda corrente e sua circulação iniciadas a partir de 1749 na colônia.

²⁶ A mão-de-obra escrava indígena no Pará foi amplamente utilizada por um longo período. A população indígena, por viver na mata e nos rios, conhecia com propriedade a geografia da região amazônica paraense, e tendo a cultura do plantio. Porém, o índio nunca deixou de ser explorado apesar de a regulamentação proibir o trabalho escravo do gentio, outros mecanismos de exploração continuarão a ser utilizados.

É exatamente aqui que o negro entra no Pará em escala considerável e se destina para as lavouras de gêneros exportáveis: cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão, cacau. Como somente em torno da cidade de Belém se pode estabelecer efetivamente esse tipo de economia agrária, a escravidão africana se limitou, na Amazônia, a área tão restrita.²⁷

O grande fluxo da população escrava negra para a região ocorreu no período da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) que, segundo Salles, introduziu em torno de 14.749 escravos no Pará. Essa demanda, todavia, era considerada pequena em relação a outras regiões do Brasil, como era o caso da Bahia, Minas, Pernambuco e Rio de Janeiro. Mas, o Pará ficou conhecido à época pelo requinte de crueldade para com os negros, que os jornais da época noticiavam em grande proporção.

Em 1793 os registros dão à cidade de Belém uma população de 8.573 habitantes, correspondendo a 4.423 brancos, 3.051 escravos negros²⁸ e 1.099 índios, mestiços e negros libertos, sendo interessante observar que os dados de 1788 revelavam um número superior de 2.047 a mais de habitantes, não estando claro se isso ocorreu por erro estatístico, o que é mais provável, ou diminuição da população.

Mas é importante considerar algumas observações em relação aos dados acima, relativos ao período final dos setecentos. Além de dúvidas sobre os dados apresentados pela província, alguns aspectos precisam ser avaliados, tais como: 1) os senhores de escravos não revelam o número real e total de seus escravos; 2) o índice de mortalidade da população de um modo geral era alto nos primeiros anos de vida; 3) as epidemias de várias doenças que atingiram o Grão Pará; 4) segundo Carvalho²⁹, os índios no período Colonial foram dizimados em grande quantidade, acreditando-se, por exemplo, que na época da descoberta existiam, em todo país, cerca de 4 milhões e que, posteriormente, em 1823 restava menos de 1 milhão no Brasil, o que indica que o índice de mortalidade deve ter atingido essas proporções também no Pará, como em todas as demais regiões.

Quanto às epidemias no período de 1793 a 1819, a varíola atingiu o primeiro lugar, cronologicamente, como a doença que ocasionou maior número de mortalidade no Pará, oscilando entre os períodos de maior incidência com os mais brandos. Por outro lado, o

²⁷ SALLES, Vicente, 2005, p. 49.

²⁸ É importante ter claro que os mapas estatísticos apresentados nos relatórios dos presidentes da Província não são exatos, e às vezes contraditórios. Além do que era bem comum entre senhores de escravos ocultar a metade do número real.

²⁹ Cf. CARVALHO, 2008.

serviço médico no Pará era bem precário, tanto que no final dos setecentos, em Belém, havia apenas um médico e um cirurgião.³⁰

A população da cidade que crescia continuava a viver sob condições adversas e a impressão que se tinha de Belém era pouco favorável, ainda no início do século XIX, como se comprova com alguns registros feitos por Penteado (1968). É o caso do comentário de Aires de Casal, em 1817, que descreveu Belém como cidade medíocre, de aspecto alegre, populosa e comerciante. Quantos aos seus habitantes, estes ainda se concentravam, principalmente, em dois bairros, do Comércio e Cidade Velha.

A cidade então já contava com alguns profissionais, mas seu comércio, embora com maior número de estabelecimentos, tinha uma oferta pequena de produtos. Baena citado por Penteado, apresenta uma lista do que a cidade oferecia: “2 jurisconsultos, 2 rábulas, 2 médicos, 4 cirurgiões, 9 boticários, 20 comerciantes, 16 comerciantes estrangeiros, 72 lojas de fazendas, 126 tavernas, lojas de ourives, 8 botequins, 5 bilhares, 15 lojas de sapateiro, 20 lojas de alfaiate, 8 lojas de barbeiro, 10 ferrarias, 9 lojas de marceneiro, 1 tanoa, 2 relojoeiros”.³¹

Em 1822 a população de Belém correspondia a 12.471 habitantes, sendo 45,9% pretos (escravos), 45,2% brancos e 8,9% libertos (índios, pretos e mestiços).

Considerando os dados acima, é importante destacar que a população habitante da área urbana, e que circulava pela cidade, era bem restrita. Pois os escravos, na sua maioria, não tinham esse direito e boa parte dos libertos e alguns brancos moravam em casebres de péssimas condições para habitação, em lugares afastados e de difícil acesso, que se estendiam pela floresta e regiões de vales úmidos banhados pelos igarapés. Mas também nesses lugares mais distantes, considerados subúrbios da cidade, se localizavam as “rocinhas”³² que, diferentemente das casas citadas, eram amplas, avarandadas, confortáveis, abrigando pessoas de posse.

Nas décadas seguintes, nos lugares antes considerados subúrbios, outros bairros vão surgindo, Nazaré, Batista Campos e Reduto. Mas a cidade, em virtude de cotas negativas em seu terreno, sofria alagamentos constantes nas suas partes mais baixas, em consequência das chuvas abundantes e das grandes marés. Isso prejudicava bastante o desenvolvimento urbano e se constituía em sério problema de saneamento, o maior dos quais dizia respeito ao chamado alagado do Piri, na área central da cidade. Essa área pantanosa correspondia ao dobro da extensão dos bairros da cidade e do comércio que ela separava. Na verdade, o igarapé do Piri

³⁰ Cf. VIANNA, 1992.

³¹ PENTEADO, op. cit. p. 20.

³² As “rocinhas” eram habitações em área de ampla vegetação ao redor da casa. Tinham aspecto de sítios, com árvores e plantas, consideradas uma pequena área rural com campo, pomar e rodeadas pela floresta.

atravessava quase toda cidade de então, ou seja, em pontos de referência atuais, do Ver-o-Peso até o Arsenal da Marinha, e dali se prolongando até a igreja da Trindade. A solução para o Piri, com sua margem alagada, só viria a acontecer na segunda metade do século XIX. Além disso, as ruas sem calçamento, o lixo por toda parte, as valas entupidas, a falta de água potável, só faziam aumentar os problemas sanitários. No caso da água potável, como não havia chafariz público e o único manancial ficava distante, dependia-se dos criados para buscá-la, ou então se recorria à compra feita dos “aguadeiros” que a transportavam em animais de carga, vendendo-a de porta em porta.

Essa situação da organização da cidade, e de sua infraestrutura, começa a sofrer modificações a partir do ciclo da borracha, nos meados dos oitocentos, após os graves acontecimentos políticos e militares da Cabanagem, que serão comentados mais à frente. Eis o que nos diz o historiador:

O fim da década de 1840 anunciava a aproximação de grandes acontecimentos: surgiram em Belém seus dois primeiros Bancos e mais novas representações consulares. Além disso criou-se a Capitania do Porto, inaugurou-se a Freguesia da Trindade e a colônia inglesa passou a ter o seu próprio cemitério; são três fatos que revelam a importância do movimento portuário, a expansão de Belém para Leste e a presença efetiva do comércio britânico.³³

A cidade começa a se beneficiar do novo ciclo econômico, ao apresentar melhorias na sua estrutura urbana. O sistema de iluminação com azeite de andiroba³⁴ é substituído, em 1854 pelo gás líquido³⁵; as ruas principais são pavimentadas; casas são construídas com mais beleza e conforto; drenagem e ornamentação com plantas são feitas nas praças; e a Estrada das Mangabeiras é eleita pelo belenense como o passeio público, agradável sob a copa de suas árvores.

No campo da cultura e entretenimento podia-se contar com livrarias, salas de leitura, quatro jornais diários, bailes, eventos com música, entre outros.

No entanto, apesar disso, Belém passa, no período entre 1850 e 1855, por duas epidemias. A primeira de febre amarela e a segunda a de cólera, que revelam a contradição entre o decantado progresso e a condição miserável da maioria da população e seus problemas ligados à saúde, desdobramentos das questões sanitárias que são evidentes. Essas epidemias

³³ PENTEADO. op. cit. p. 127.

³⁴ Andiroba é uma árvore de grande porte existente na floresta amazônica. Do seu fruto se produz um óleo que tem propriedades fitoterápicas. São utilizados para vários fins, como repelentes de insetos, cicatrizantes, anti-inflamatórios. Atualmente, a indústria estética tem, também, se apropriado de seus benefícios.

³⁵ O uso do gás líquido na iluminação permanece até 1864, depois substituído pelo gás carbônico em 1865, permanecendo até 1896.

chegam ao Pará depois de atingir outras províncias, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, trazidas por europeus ou por negros vindos da África. Em ambos os casos frutos de condições sub-humanas em que viviam nos seus locais de origem.

Quando houve a epidemia de febre amarela, Belém contava com 16.000 habitantes, e aproximadamente 12.000 ficaram doentes, sendo que desse total, em seis meses faleceram 506, considerado na época como baixo índice em se tratando de epidemia. Porém, o cólera (1855) teve índice alto de mortalidade e se espalhou pelo Pará, rapidamente. Só Belém, no período de maio de 1855 a fevereiro de 1856, foram 1.074 os óbitos causados pelo cólera.³⁶

As condições sanitárias da cidade, das moradias, de pobreza e de assistência à saúde precária da população, estavam refletidas nesses índices alcançados pelas epidemias.

Porém, é a partir de 1870 que Belém atinge a sua maior produção da borracha e inicia o período conhecido como sua *Belle-Époque*³⁷. Os excedentes da exportação permitem à cidade a construção de prédios suntuosos, o embelezamento das vias públicas, chegando a ser comparada as grandes capitais, do porte de São Paulo e Rio de Janeiro. A cidade aos poucos se europeizava, na arquitetura, em especial, sendo o período também marcado pela inauguração do Arquivo e Biblioteca Pública, do Teatro da Paz e outros prédios públicos, até hoje importantes patrimônios históricos da cidade. O Mercado Municipal era elogiado por sua fartura de gêneros alimentícios e considerado entre os melhores do país à época. Belém, com esses benefícios³⁸ crescentes, se transformava no centro econômico e cultural da região.

A necessidade de mão-de-obra especializada para trabalhar nas fábricas, que ofereciam salários tentadores e boas condições, conforme anunciavam os folhetos de propaganda, atraía muitos imigrantes, especialmente da Espanha. No comércio o domínio era da colônia portuguesa.

Apesar dos avanços, as contradições diante de tanto progresso alardeado eram evidentes, em especial quanto à situação da classe pobre, que morava em cortiços³⁹ sem condições de higiene e salubridade, sujeita às mais diversas doenças. População essa representada por

³⁶ Cf. VIANNA, 1992.

³⁷ O período da *Belle-Époque* (1870-1912) representou mudanças em diversos setores da sociedade belenense, resultando mudanças no espaço urbano, com construções de influência europeia, introduzindo novos hábitos e costumes mais sofisticados.

³⁸ Belém ia se transformando numa grande capital, com 6 jornais diários, 2 companhias de bondes, 1 porto movimentado, 5 bancos, 4 companhias seguradoras, 387 lojas, 103 escritórios de comissões, 12 hotéis, 41 advogados, 52 médicos, 43 fábricas (de fogos, malas, licor, chapéu, perfumaria, carro de luxo, chocolate, cera, caixas de borracha e demais produtos (PENTEADO, 1968, p. 133).

³⁹ Os cortiços eram moradias que concentravam um número grande de quartos, com banheiros coletivos. Cada família habitava um quarto, sendo o local de descanso e de todas as rotinas, como cozinhar e lavar roupas. Normalmente, a construção do prédio tinha dois andares, quartos sem janelas, espaço sem saneamento, onde se concentrava todo tipo de lixo, baratas, ratos, entre outros.

biscateiros, desempregados mestiços, caboclos e nordestinos, estes, oriundos, principalmente, do Ceará.

É nesse período, no final do século XIX, que Belém vai ter um administrador que marca a história política da cidade, o intendente Antônio José de Lemos⁴⁰. Figura polêmica, que se celebrou pelo embelezamento de ruas, pela utilização de uma arquitetura exuberante nos prédios públicos, sendo criticado por isso, porém, também, aclamado por muitos admiradores de sua administração.

1.2. A população indígena e negra

É sabido que o processo de colonização introduzido no Brasil pelos portugueses trouxe consequências bastante desiguais para a sociedade brasileira, tanto em relação à distribuição de riquezas quanto aos direitos políticos e sociais, e à assistência às camadas pobres. O modelo de exploração da mão de obra escrava, inicialmente indígena e posteriormente negra, acarretou num modelo de Estado autoritário, centralizador e desumano para com a população pobre.

Quanto a Belém, desde sua fundação as guerras foram o principal mecanismo⁴¹ de colonização e imposição do poder e soberania dos portugueses, de que são exemplos os conflitos estabelecidos com os Tupinambás que resultaram em massacres e mortes de milhares de índios. Havia no período aproximadamente 20.000 índios na área da cidade que, gradativamente, foram sendo expulsos das suas imediações ou mortos no confronto. A partir daí o núcleo urbano começa lentamente a ser organizado, como já falamos anteriormente, contando com um número bem reduzido de índios.⁴²

Em 1685 em Belém, segundo dados do historiador João de Sousa Ferreira citado por Ernesto Cruz (1973), a cidade contava com 500 moradores, entre soldados, índios e homens de cor⁴³. Conclui-se que a grande maioria de sobreviventes indígenas se fixou em outras áreas do interior da região amazônica, pois não eram bem-vistos como moradores da cidade pelos colonizadores.

⁴⁰ Nos capítulos seguintes enfatizaremos o período da administração de Antônio Lemos.

⁴¹ “A força militar desempenhou um papel decisivo na conquista do território amazônico. Por terra, ou pelo rio, os portugueses de tudo fizeram para impor a sua bandeira. Por causa disso, centenas de tribos indígenas desapareceram do mapa (MONTEIRO, 2001, p. 36).”

⁴² Cf. MONTEIRO, 2001.

⁴³ O termo de *homens de cor* foi muito utilizado para identificar os negros.

Além dos conflitos com os portugueses, no Pará, os índios tiveram que enfrentar holandeses e ingleses para defender suas terras. Em condições inferiores, os índios, sem possuir armas de fogo, foram dizimados aos milhares.

Com a chegada dos jesuítas e de outros religiosos no Grão-Pará, o papel da igreja católica ganha importância no processo colonizador. Porém, a posição dos missionários se diferenciava em muitos aspectos da dos colonos portugueses. Os missionários tinham como principal objetivo a catequese e a conversão do gentio, o ensinamento do cultivo da lavoura, a orientação para os trabalhos domésticos e a educação das primeiras letras. A orientação dos missionários se baseava na bula *Vérité Ipsa*⁴⁴ de 1537, do Papa Paulo III, adotada pelo rei de Portugal. Por sua vez, os colonos portugueses eram contrários às orientações dos religiosos, violentos nas suas manifestações, escravizavam, castigavam e vendiam os índios.

Essa abordagem da postura dos religiosos, defendida pelo escritor Benedito Monteiro, revela uma visão missionária fundamentada em valores de conciliação e com atitude pacificadora, especialmente dos jesuítas na região amazônica.

Porém, outros autores avaliam a atuação dos missionários no Brasil e no Pará de forma diferente, não concordando que toda ela tenha tido esse comportamento. Para Chambonleryon⁴⁵ e Schueler⁴⁶, nem todas as missões foram tão pacificadoras, nas ações de catequização, de educação, na exploração do trabalho e na incorporação de valores e costumes cristãos, tendo, por isso, encontrado forte resistência por parte dos índios.

Os padres jesuítas procuraram agrupar diversas tribos em aldeias, processo esse introduzido pelo padre Manuel da Nóbrega, chamado de “política das aldeias” ou “aldeamento”. Isso proporcionava um maior controle dos padres com trabalho e a evangelização do indígena. O controle de ritos e práticas se dava pela submissão obtida pelo medo, e os castigos faziam parte do cotidiano desse método. O poder se concretizava através do monopólio do trabalho escravo e da conversão do gentio. Os índios eram considerados livres, desde que permanecessem na aldeia, trabalhando em contexto adverso à sua cultura e aos seus hábitos, já que não tinham o costume de usar a lavoura para o lucro e o comércio, quando sua prioridade era essencialmente consumo e sobrevivência.

Na região amazônica o trabalho escravo indígena foi utilizado por um longo período, com o aproveitamento do seu conhecimento das matas e rios. Trabalharam principalmente, na

⁴⁴ De acordo com a bula, “os índios tinham todo o direito à liberdade e ao domínio de seus próprios bens, e que deles não poderiam ser privados, devendo, no entanto, ser atraídos à fé cristã”. MONTEIRO. op. cit. p. 43.

⁴⁵ Cf. CHAMBONLERYON, 2004.

⁴⁶ Cf. SCHUELER, 2000.

lavou em aldeias administradas pelos jesuítas, e na colheita das *drogas do sertão*⁴⁷, o que acabou causando, conflitos com os colonos da região paraense, pois essas drogas se tornaram objeto de disputa, por serem consideradas especiarias de grande valor na Europa. Na verdade, tais conflitos se deram em função da disputa da mão-de-obra indígena, tanto quanto pela exploração e comercialização das especiarias, que haviam se tornado monopólio dos jesuítas. Além da agricultura e da coleta das *drogas do sertão*, os jesuítas criavam gado em suas fazendas.

Ao longo do tempo, esse poder econômico dos jesuítas, apoiado no sistema de exploração da mão-de-obra indígena e nas ações evangelizadoras, resultando em acúmulo de riqueza e poder, ocasionou a animosidade de vários outros segmentos, civis, políticos e religiosos. Estes questionavam essa soberania, que causava tanta insatisfação nos colonos, que não cessavam de acusá-la de atrapalhar o desenvolvimento da comercialização da província e de seus pequenos negócios, já que os padres possuíam isenção de impostos e grande quantidade exclusiva de mão-de-obra indígena disponível. Essa reação vai provocar a tomada de algumas medidas pela Coroa com a finalidade de enfraquecer e mais tarde destituir o poder dos jesuítas.

Em 1755, a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão tinha a finalidade de estimular a atividade comercial, inclusive com a importação de escravos africanos. Com a entrada de negros se viabilizaria o desenvolvimento das atividades econômicas na região, praticamente monopolizadas pelos jesuítas.

Em 1758 é estabelecida a lei do “Diretório dos Índios⁴⁸”, que retirava totalmente o monopólio da mão dos missionários, sendo substituída sua autoridade nas missões pela autoridade civil.

Essas mudanças provocaram resistências dos jesuítas, o que resultou, por determinação da Coroa, na expulsão ordenada pelo Marquês de Pombal, em 1759. Com base em novas determinações legais, os índios deixariam de ser escravos e passariam a ter direito a receber salário. Porém, tal prerrogativa não melhorou a situação de exploração na qual viviam, pois, não tendo direito de escolha, continuavam submetidos a um dono, no caso os colonos ou diretores brancos das aldeias, que os forçavam a realizar os trabalhos forçados.

É, portanto, a partir desse período que se dará atenção maior à comercialização do negro na região, em busca de viabilizar a mão-de-obra para o trabalho na terra, na lavoura, no trato

⁴⁷ As principais *drogas do sertão* extraídas da floresta tropical eram: canela, castanha, cravo, guaraná, pimenta, urucum e baunilha.

⁴⁸ O Diretório dos Índios estabeleceu a retirada do monopólio dos jesuítas da mão-de-obra indígena e comércio para as mãos dos brancos.

com o gado e nas atividades da área urbana, pela impossibilidade de utilizar mão-de-obra indígena para tal, numa fase em que o crescimento econômico necessitava de “braços” para cobrir a imensidão da Amazônia paraense. A população em geral se encontrava diminuída em decorrência da sua brusca redução devido às epidemias.

Os números do crescimento de escravos negros em Belém se mantêm reduzidos ao longo do período quando comparados com outras regiões do país. Em 1849 a Comarca de Belém contava com 19.189 escravos, e em 1872 eles estavam reduzidos a 7.277, sendo que em toda região do Pará, conforme o recenseamento, havia 32.698 escravos, correspondendo a 11,88% da população. A grande redução de escravos aconteceu, além de outros motivos, também em consequência dos embates do período da Cabanagem⁴⁹ (1835-1840), quando houve várias fugas de negros para as fronteiras vizinhas ao Pará, sem contar mortos nos combates.

A região amazônica paraense não teve assim uma grande tradição na utilização do escravo negro, que ficou mais concentrada nos engenhos de açúcar, e, na verdade, historicamente não abriu mão, de fato, da escravidão indígena. Os índios, que não eram obrigatoriamente matriculados como escravos, na sua maioria eram capturados ou comprados nas tribos para trabalhar nas plantações ou em serviços domésticos.

No período, diversos movimentos estiveram voltados para a causa abolicionista no Pará, como foi o caso na cidade de Belém da Associação Filantrópica de Emancipação dos Escravos, organizada pelo austríaco Carlos Seidl, em 1869, mais tarde, o Clube Abolicionista Patroni, em 1882, e a União Reatora Contra a Escravidão, em 1884. A imprensa de teor humorístico se destacará, então, procurando divulgar a causa da liberdade do negro, como o fizeram as Folhas ilustradas, *O Puraquê* e *A vida Paraense* (1884), *O Abolicionista* (1882), e *O Abolicionista Paraense* (1883-1884).

Salles comenta que a imprensa foi grande aliada na campanha abolicionista:

A imprensa foi o principal porta-voz da campanha abolicionista, não só tornando-se simpática à causa, como manifestando, agora com grande veemência, repulsa à escravidão. O jornal *A Inquisição*, que na *Questão Religiosa* se colocara contrário a D. Antônio de Macedo Costa, fez propaganda da abolição em artigos assinados pelo professor José Theodoro Saraiva da Costa. O *Diário de Notícias*, propriedade de João Campbell, e *A Província do Pará*, sob a chefia do dr. José de Lemos, colocaram-se a serviço da causa abolicionista. O dr. José Agostinho dos Réis, engenheiro paraense, pregou com ardor a abolição da escravatura, em conferências, discursos e artigos. Não se contam os poetas abolicionistas. A serviço da causa, artistas do teatro, como Lima Penante e músicos, como José Domingues Brandão. Até as lojas maçônicas, afiança Jorge Hurley, empenharam-se na campanha. As

⁴⁹ O movimento da Cabanagem será tratado de maneira mais detalhada em outra parte deste capítulo.

sociedades promoveram efetivamente a libertação de muitos escravos. A entrega das cartas de liberdades se constituía ato público solene, com vasta publicidade, e a data preferida era o 2 de dezembro, dia do aniversário natalício do imperador.⁵⁰

No período que antecedeu a abolição, a questão parecia pouco incomodar a esfera política do país, pois o produto mais importante da exportação, segundo o relatório do presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1862, era a goma elástica, e o trabalho era feito pelo índio, tanto no Pará, como no alto-Amazonas. O Pará, ainda no relatório, possuía uma proporção de um escravo para seis livres, porém, as conclusões, conforme o documento, a abolição não afetaria o crescimento econômico da região.

No ano da abolição, em 1888, o Pará totalizava 10.535 escravos. Com a abolição a situação do negro liberto se transforma em outras formas de servidão. Salles ressalta o processo de servidão coletiva do negro, índio e mestiços.

As condições próprias do desenvolvimento da sociedade que se instalou de modo tão peculiar na Amazônia criaram um sistema de servidão, paralelo ao do escravismo, que dificultava ou retardava as transformações básicas que se vinham operando na sociedade brasileira. A servidão, ao longo da história, emergira e se estrutura de maneira imprevisível para muitos. Fora um processo rotineiro que adaptará o indígena, transformando em caboclo, envolvera os libertos, os mestiços de todos os matizes, submetendo-os quase inteiramente.⁵¹

Outro aspecto importante é o de que a população paraense, desde o início da colonização até o final dos oitocentos, viveu um processo intenso de miscigenação entre brancos, índios e negros. A grande herança genética desse processo se dará, principalmente, do cruzamento do índio com o branco, gerando o descendente identificado como caboclo, e dos cruzamentos secundários de mulato com mulato, crioulo com crioulo, mulato com mameluco, entre outros, resultando na formação dos grupos secundários que foram classificados na categoria dos pardos e mestiços.

Podemos observar na tabela a seguir como estava representada nos vários grupos a maior parte da população paraense na segunda metade do século XIX:

⁵⁰ SALLES. op. cit. p. 344.

⁵¹ Ibid., p.350.

TABELA 01 - A composição étnica da população paraense segundo os dados Dos censos⁵² nacionais do século XIX

PARÁ	BRANCOS	PRETOS	CABOCLOS	PARDOS E MESTIÇOS
1872	33,66	11,88	16,20	38,26
1890	39,21	6,76	19,94	34,09

Fonte: Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 (apud SALLES).

1.3. O conflito: a Cabanagem

A Cabanagem⁵³ foi um movimento popular armado que ocorreu entre o período de 1835 a 1840 no Pará, como resultante da insatisfação da população pobre com as condições de vida, e conduzida por lideranças populares e outros segmentos, de intelectuais e donos de terra. A principal razão dessa insatisfação popular se encontrava no autoritarismo do governo provincial que, mesmo após a adesão do Pará à independência do Brasil, tratava mal a população mais pobre, contribuindo de maneira decisiva para a sua revolta. Além disso, parte das elites nacionais locais já não aceitava a soberania dos portugueses, que permaneciam detentores do poder provincial, mesmo após a emancipação política do país, e que continuava a controlar o grande e pequeno comércio, a navegação, assim como tráfico de escravos. Ou seja, os interesses da plutocracia portuguesa não correspondiam mais aos interesses da elite nacional da província que, para completar o quadro de revolta, sofria com a indiferença do poder central para com os seus reclamos. É oportuno assinalar que esse período, de 1830 a 1840, corresponde à década do período regencial brasileiro⁵⁴, momento conturbado do império, o que contribuiu ainda mais para acirrar as contradições e aumentar a insatisfação na população.

⁵² Os censos nacionais sofrem mudanças de nomenclaturas a partir do século XX. Considerando os dados do Pará, o percentual de pardos e mestiços cresce, atingindo o maior percentual da população nos censos posteriores.

⁵³ O nome Cabanagem vem da origem das cabanas construídas na beira dos rios, local de moradia de índios e mestiços.

⁵⁴ Foi o período em que D. Pedro I renunciou ao trono. Seu filho D. Pedro II, com cinco anos de idade, só poderia assumir o trono quando completasse 18 anos. Desse modo, as regências seriam responsáveis pela administração do país.

As precárias condições de vida da população e a concentração da administração da riqueza da região nas mãos de um pequeno grupo são assim assinaladas por Monteiro:

O Pará tinha uma população esparsa, de indígenas e mestiços, muito pobre e heterogênea, submetida a um pequeno grupo de estrangeiros ligados ao poder colonial. Na cidade de Belém morava a maior concentração dessa população, que vivia em terrenos baldios, insalubres e alagáveis, nas margens das matas e igarapés. Suas casas eram pequenas cabanas humildes, quase todas cobertas de palhas.⁵⁵

O movimento contou com grande participação de negros, índios tapuios e mestiços. Algumas lideranças, como o cônego e jornalista João Batista Gonçalves Campos, o fazendeiro Félix Clemente Malcher, os irmãos Francisco e Manuel Vinagre e o seringueiro Eduardo Angelim tiveram destaque no movimento.

O episódio da carta do bispo do Pará, publicada pelo cônego Batista Campos em 1834 em que fazia sérias críticas aos políticos da província, resultou em reações severas de perseguição do presidente da província, que culminou na morte de Manuel Vinagre e na prisão de Clemente Malcher. Os cabanos, como eram conhecidos, chegaram a tomar o poder provincial, conservando-o durante aproximadamente um ano (1835/1836).

A participação das camadas mais pobres da população, pequenos lavradores, seringueiros, entre outros, que foram recrutados em várias regiões do Pará, engrossaram o contingente de adesão ao movimento. A insatisfação era grande, o movimento representava uma possível saída para aquela miséria após décadas de exploração do trabalho escravo e semiescravo. Além do que, a situação da Província do Pará em relação às outras regiões do País era de verdadeiro abandono por parte do poder imperial.

O desgaste do movimento, com a morte das principais lideranças e a traição de uma parte do clero que antes o apoiava, foi decisivo para a sua derrota. Mas o poder central do império, após várias tentativas fracassadas, teve de contar com a ajuda da armada inglesa para vencer os cabanos. Ao final da guerra, um terço da população masculina da época estava dizimada.

Verificamos em todo esse esboço histórico sobre o Pará e Belém, feito acima, que o projeto de colonização da Amazônia, e do Pará em particular, não fugiu à regra do modelo utilizado pelos portugueses em todo o Brasil. Diferentemente dos espanhóis, que em suas colônias da América do Norte implantaram um modelo de colonização pelo povoamento, embora não tivessem feito o mesmo nas colônias da América do Sul e Central, os portugueses optaram por um modelo de conquista e exploração. Isso parece explicar a história de conflitos

⁵⁵ MONTEIRO, Benedito, 2001, p. 136.

no Pará, que vai muito além do embate de ideias, chegando com frequência à guerra. Entendemos, por isso, que esse parece ser o pano de fundo que marcará de forma muito forte a narrativa que vamos articular nos capítulos seguintes sobre as instituições para meninos e meninas desvalidas.

CAPÍTULO 2

A INFÂNCIA DESVALIDA: A ORIGEM DO ATENDIMENTO

Ao estudar a história das instituições para os meninos e meninas desvalidas, nosso percurso nos leva aos primórdios da origem do atendimento no século XVI no Brasil, quando, ainda sem caráter institucional de atendimento, buscou-se organizar e minimizar o problema do abandono de crianças pequenas, em especial, os bebês. Alguns espaços procuraram suprir em parte a demanda por atendimento de crianças abandonadas no país, quer fossem essas instâncias religiosas, governamentais ou filantrópicas de iniciativa da esfera civil. Mesmo que estejamos focados na história das crianças maiores, não teríamos como deixar de recuperar a história do abandono de bebês. A grande maioria das instituições para meninos e meninas desvalidas criadas a partir dos setecentos resultou da tentativa de dar uma solução para o futuro das crianças desvalidas que nasciam e cresciam sem ter um lugar para recebê-las. De modo que, para a melhor compreensão do nosso tema, achamos relevante abordar esta fase inicial do atendimento da infância desvalida no Brasil e no Pará, mesmo que de forma breve.

2.1. O abandono de bebês

A história do abandono de crianças, especialmente de bebês, é bem antiga. Os registros da história da humanidade traçam a trajetória dessas práticas nas civilizações desde a Antiguidade. Muitas crianças foram abandonadas porque nasciam com deformação física, outras porque suas famílias não tinham como as sustentar ou porque eram ilegítimas, e ainda por motivos outros, sob as mais diversas justificativas. Segundo Marcílio, o abandono foi algo considerado tolerável até certo período de nossa história:

Na verdade, até o século XIII, a tradição canônica tolerou o abandono. Evitar o infanticídio ou o aborto eram algumas justificativas encontradas para aceitar a rejeição dos filhos. Afinal, a criança abandonada teria a oportunidade de não morrer sem o batismo e, ainda, de livrar-se do enfadonho limbo por toda a eternidade. Os pais estariam, assim, devolvendo a Deus – por intermédio do abandono – o filho que não queriam. Afinal, era ele o grande responsável por sua existência. Além disso, ao abandonar seus filhos, esses pais poderiam estar contribuindo para estimular e desenvolver as atitudes cristãs de caridade entre aqueles que os encontrassem e os recolhessem para criá-los. Essas virtudes, de amor ao próximo e de misericórdia para com o outro – a maior de todas virtudes – foram muito valorizadas na época.⁵⁶

Com o crescimento desenfreado das populações do Ocidente, e o consequente aumento da pobreza e das doenças que se alastravam entre elas, gerando um grande contingente de miseráveis e abandonados, há também um aumento crescente de necessitados precisando de

⁵⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza, 2006, p. 47.

acolhimento. A partir do século XIII crescem no mundo as obras de caridade erguidas por diversos segmentos da sociedade para esse fim. Marcílio, ainda, comenta que já no final da Idade Média começa o movimento de institucionalização da assistência à infância abandonada, com ajuda das municipalidades e também das confrarias dos leigos.

No Brasil até o final do século XIX o fenômeno do abandono não chegava a atingir 20% das crianças nascidas livres, enquanto os mesmos índices eram alarmantes em outros lugares. Na Europa, por exemplo, em muitas cidades, a proporção era de uma criança abandonada para cada duas nascidas vivas.

Nos primórdios do Brasil Colonial até meados dos oitocentos, em relação ao atendimento da criança abandonada, predominou a fase caritativa, na qual o enfoque assistencial privilegiava o sentimento de comiseração humana e fraternidade. A beneficência religiosa e a caridade pautaram alguns projetos de assistência a essa infância, como também a compaixão para com pobres e desvalidos em geral, que resultava em atitudes de ajuda encabeçada pelos mais ricos da sociedade, com suas doações e esmolas.

Marcílio⁵⁷ destaca da fase caritativa três características principais de assistência à criança abandonada e de políticas sociais de atendimento, a saber: 1) as Câmaras Municipais eram as únicas vias oficiais responsáveis pela autorização do trabalho de prestação da assistência aos pequenos abandonados; 2) a adoção de sistema utilizado como amparo e assistência que incluía a Roda⁵⁸, a Casa dos Expostos e o Recolhimento para meninas pobres e desvalidas; 3) o sistema informal de acolhimento, considerado o mais universal em toda história da nossa infância, ancorado na compaixão de famílias ou pessoas, que recolhiam bebês abandonados em suas casas e em outros locais para educá-los. Os motivos que levavam a tal atitude eram os mais diversos. Em alguns casos eram criados como se fossem filhos legítimos, enquanto que em outros, apenas para que, depois que crescidos, fossem transformados em mão-de-obra gratuita.

A realidade da criança exposta em casa de família, ao que parece, apresentava melhores condições para a sua sobrevivência, de modo geral, do que aquelas encontradas em instituições de assistência. Porém, tal prática não assegurava para todas as crianças um tratamento humano, com expressões concretas de carinho. Em se tratando de um modelo de

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ O nome Roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (MARCÍLIO, 2006, p. 57).

sociedade patriarcal e escravocrata, com princípios rigorosos e rígidos impostos pela Igreja, era considerado natural o castigo e a violência física, inclusive aplicada a essas crianças.

Algumas famílias sem condições de ter a posse de um escravo recorriam aos expostos como forma de agregá-los ao seu núcleo familiar, procurando desta maneira obter lucro com a ajuda gratuita deles em serviços domésticos, no comércio e nas oficinas, entre outros trabalhos.

Além do sistema de criação por opção da própria família, outro sistema utilizado era a atribuição de responsabilidade pelos expostos a determinadas pessoas, feita pelas Câmaras Municipais, que também lhes destinavam auxílio pecuniário para a realização da tarefa. Tal prática, que se tornou especialmente comum a partir do século XVII, é assim comentada por Marcílio:

A Câmara Municipal devia manter um livro com o registro de cada criança exposta sob sua responsabilidade, indicando as circunstâncias em que foi encontrada, o batismo, seu nome e o nome da ama-de-leite a quem fora confiada. (...) Aquele que recolhesse em sua casa uma criança encontrada exposta deveria levá-la à Igreja para ser batizada e, só então, poderia recorrer à Câmara local solicitando o auxílio para sua criação.⁵⁹

As Câmaras quando não encontravam uma família para criar a criança exposta, frequentemente procuravam uma criadeira para fazê-lo, pagando pelo serviço. Isso fez com que muitas famílias, inclusive algumas de posse, optassem por criar expostos para auferir auxílios da Câmara:

Na cidade mineira de Mariana, o alferes Manuel da Silva Soares acolheu em casa cinco crianças expostas, entre 1816 e 1821: Bernardo, Ana Maria e Antônio, abandonado na porta da Câmara Municipal e que esta lhe deu para criar. Dona Escolástica J. Maria de S. Gabriel e Melo, uma senhora da elite local, recolheu (1803) e criou dois expostos (João e Joaquina) e, no ano seguinte, incorporou outro, de nome Bernardo.⁶⁰

No Pará, em relação à situação do abandono de crianças, poucas informações foram localizadas na produção historiográfica paraense dos séculos XVIII e XIX, dado talvez à pouca atenção dada aos relatos da situação da infância, o que é ainda mais acentuado para os primeiros anos de existência da província.⁶¹

⁵⁹ MARCÍLIO, op. cit. p.141.

⁶⁰ Ibid., p. 142.

⁶¹ As poucas informações apresentadas neste capítulo da história da infância desvalida foram localizadas em registros de viajantes desbravadores da Amazônia que as relataram em as suas memórias e impressões de viagem à região. A historiografia regional tem uma parcela pequena nas informações sobre o assunto, sendo que sua

O cruzamento de informações encontradas, trouxe pistas valiosas do que pode ter sido a infância desvalida nos primórdios da cidade de Belém e do Pará, a partir de aspectos da história da região que devem ser retomados aqui para se melhor refletir sobre a questão.

Como vimos anteriormente, a cidade cresceu e se desenvolveu de forma lenta, tanto no aspecto urbano quanto no populacional, e por um longo período esteve à mercê da elite política e civil lusitana, ocasionando atraso geral considerável para o desenvolvimento da província, quer pela concentração de riquezas em uma minoria, como pela falta de atenção para a melhoria da cidade em seu aspecto físico, e para com a grande parcela da população de pobres existentes.

A distância da região sudeste, onde se localizava a Corte, ocasionou um isolamento político e econômico, o que também muito contribuiu para que as mudanças tardassem a acontecer, beneficiando os mais pobres.

A sobrevivência nos primeiros anos de vida, nessa época, era uma questão de sorte não só no Pará, mas no Brasil de um modo geral, pois a precariedade de saneamento, saúde, higiene e alimentação afetava a maioria populacional que habitava os lugares insalubres da cidade, sem estrutura urbana adequada, sem cuidados médicos, com índices de mortalidade que assustavam as autoridades políticas, jurídicas e médicas nos meados do século XVIII.

No Brasil Colônia e no Império alguns autores como Del Priore⁶² e Scarano⁶³ estudaram as condições da alimentação destinada aos bebês, e sua relação com algumas causas do alto índice de mortalidade infantil. A questão central não se vinculava exclusivamente à qualidade e à escolha do alimento, mas também, às medidas de higiene adotadas no ato de alimentar as crianças, isto é, o problema residia em aspectos como a forma de alimentar, a falta de mecanismos adequados de armazenamento dos produtos, a inadequação e falta de higiene dos utensílios usados na hora da alimentação, entre outros.

Como resultante dessas variáveis, as crianças eram vulneráveis às doenças, principalmente, as gastro-intestinais, em sua grande maioria não chegando a completar um ano de idade.

A tradição familiar e os hábitos alimentares também concorriam para a mortalidade, tendo em vista que bem cedo os bebês eram introduzidos nas diversas “papinhas”.

maior contribuição, sem dúvida, diz respeito aos trabalhos sobre a história da Santa Casa paraense. Além disso, os relatórios da província do Pará foram uma importante fonte de informações.

⁶² Cf. DEL PRIORE, 2004.

⁶³ Cf. SCARANO, 2004.

De acordo com a economia caseira, o bebê recebia papa de farinha de mandioca, leite de gado e açúcar, papa de goma, araruta, banana machucada, creme de arroz e fubá de milho, empurrado a dedo, o indicador em anzol, na boquinha faminta. Dava-se mesmo leite de coco, destemperado na água com açúcar. A preocupação materna era a de “arredondar” a criança; o critério não era alimentá-la, mas dar-lhe de comer!⁶⁴

As mulheres brancas de posses quando nasciam seus bebês, logo se providenciava uma ama-de-leite. Já as mulheres negras escravas, na sua maioria, não amamentavam seus filhos porque eram deslocadas para alimentar os filhos de seus donos, ou eram alugadas para outras famílias, deixando de amamentar os próprios filhos. Desse modo, em qualquer circunstância, e de forma precoce, todas as crianças passavam para os mingaus e as papas. E esse tipo de alimentação grosseira acarretava o surgimento de muitas doenças tanto para crianças brancas quanto para filhos de escravos. Ou seja, pode-se afirmar que tratava-se de uma tradição alimentar da época que afetava ricos e pobres, escravos e livres.

Herança africana, as mães também tinham o costume de alimentar as crianças com mingaus de farinhas, com açúcar bruto, e escaldado de carne. Depois passavam a introduzir o feijão, base da alimentação dos escravos, que era amassado com as mãos e dado para crianças misturado com a farinha.⁶⁵

O que acontecia com essas crianças pequenas era que acabavam acometidas por doenças intestinais que as levavam, frequentemente, à morte. No caso da criança negra a situação era ainda mais grave, já que não eram amamentadas por suas mães, que, depois de algumas poucas semanas do parto, já retornavam ao trabalho deixando os pequenos entregues à própria sorte, aos cuidados precários dos mais velhos ou de outras crianças da senzala.

O alto índice de mortalidade da criança negra, abordado no trabalho de Scarano (2004), revela dados assustadores de óbitos de pretos e crioulos na Comarca do Serro Frio em Minas Gerais no ano de 1776, na proporção negativa de 544 nascimentos para 596 óbitos. É importante destacar que esses dados, segundo a autora, precisam de interpretação minuciosa, tendo em vista que muitas crianças nasciam e morriam sem sequer serem batizadas, quando sabemos que o batismo tinha caráter de registro oficial na época, e informava dados estatísticos para as listas populacionais.

Além do problema da alimentação, outros fatores contribuíram para o alto índice de mortalidade de crianças em nossa terra à época. Del Priore⁶⁶ enumera algumas causas apresentadas de modo recorrente nos manuais de medicina do século XVIII: “o abuso de

⁶⁴ DEL PRIORE, Mary. op. cit. p.88.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid., p.92.

comidas fortes, o vestuário impróprio, o aleitamento mercenário com amas-de-leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes.”

No Pará tivemos ainda o surto de varíola no final dos setecentos e início dos oitocentos, e, posteriormente, o da febre amarela, seguido nos anos seguintes pelo do cólera, com a população pobre mais uma vez sendo a mais atingida.

As epidemias atingiram grande quantidade de negros e índios devido às suas condições de vida e falta de auxílio médico, já apontado antes. É importante destacar que a população de negros havia crescido em Belém no final dos setecentos, chegando aos meados dos oitocentos como a maioria da população da cidade. Depois, aos poucos vai sendo reduzida na proporção inversa em que cresce a de mestiços, pardos e caboclos, atingindo esta, segundo o censo de 1872, o percentual de 54,46 % da população do Pará.

Os dados acima, ao comprovarem o aumento da população mestiça no Pará, parece também indicar, tendo em vista a pobreza deste segmento da população, que o número de meninos e meninas desvalidas também aumentou no período, situação que se poderá analisar em maior detalhe nos próximos capítulos.

Mas ainda com relação à população de criança pequena desvalida, sua situação pouca atenção despertou nas autoridades, como já referimos, sendo a Santa Casa de Misericórdia talvez a única que buscou formas de acolher esses desvalidos. Mesmo as Câmaras Municipais disponibilizaram poucos recursos para prover subsídios a essas crianças desvalidas paraenses, como apontam os relatórios da província, nas breves menções que fazem a esse tipo de ação.

Há ainda a acrescentar, além dos fatores políticos e sociais apontados, a pouca atenção da Coroa, talvez por ela ter como referência o índice altíssimo de crianças expostas em Portugal, diferentemente do que ocorria na região Amazônica, o que faria com que minimizasse o problema.

A prática de enjeitar crianças não era uma atitude comum entre negras e índias paraenses, como nos mostram os relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira⁶⁷, médico e naturalista baiano que, tendo concluído seus estudos em 1779 na Universidade de Coimbra, alguns anos depois, em 1783, foi enviado a Belém para conhecer “mais cabalmente os

⁶⁷ Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 1756. Estudou ciências naturais em Coimbra, concluindo seus estudos em 1779. Foi o primeiro brasileiro a ser considerado cientista com trabalhos relacionados à zoologia, botânica e etnografia amazônica e considerado figura notável e respeitada na época por seus trabalhos em diversas áreas. Apaixonado pela Amazônia, trabalhou no período de 1785 a 1792 fazendo pesquisa de campo, no que resultou numa infinidade de manuscritos. Cf. A obra Emilio Goeldi (1895) reeditada pela editora da Universidade de Brasília em parceria com a CNPQ em 1982, com o título “Alexandre Rodrigues Ferreira”.

recursos coloniais por meio de explorações”. Em seus relatos, Rodrigues Ferreira observa que as negras e índias em Belém não costumavam abandonar seus filhos:

Nasceram no mesmo espaço de tempo 586 criaturas, a saber: meninos 301, e meninas 285: as pretas e as índias não enjeitam tanto seus filhos como as brancas em Portugal: e não deixa de ser isto providência particular em uma terra em que a *casa da roda dos enjeitados* é mais sepultura do que casa.⁶⁸

Porém, não nos arriscamos a concluir sobre a questão do abandono no Pará e em Belém, pois as informações obtidas são escassas e nos parecem insuficientes para uma análise conclusiva sobre o assunto. De modo que nos deteremos a seguir nas informações, embora poucas, contidas nos relatos históricos da Santa Casa paraense e nos relatórios dos governos provinciais, para tornar um pouco mais claro o que acreditamos ter sido, inicialmente, o atendimento para a infância desvalida no Pará.

2.2. A caridade da Santa Casa de Misericórdia

As Santas Casas de Misericórdias no Brasil⁶⁹ acolheram muitas crianças enjeitadas, assumindo e se antecipando ao papel do Estado⁷⁰ no campo da assistência social e da saúde. Algumas foram fundadas, ainda, no período Colonial, como a de Olinda em 1539, a de Santos em 1543, a de Salvador em 1549, a do Rio de Janeiro em 1582, entre outras⁷¹. Durante o século XIX e XX outras mais ainda foram fundadas em várias cidades brasileiras.

A situação das crianças expostas até século XIX não foi nem um pouco estável e segura quanto ao seu atendimento, pois os dispêndios das municipalidades para a criação sempre foram insuficientes para atender o número de crianças desamparadas. A Lei dos Municípios de 1828, em alguns artigos, ocasionou ou acentuou o descaso das Câmaras para com as crianças desamparadas, trazendo em seu texto pouca clareza quanto à sua responsabilidade. Tais disposições legais refletiram-se no contexto do atendimento das Misericórdias, que ficaram sem receber auxílios, assim também como passou a acontecer com muitas famílias.

⁶⁸ FERREIRA, apud CRUZ, 1973, p. 310.

⁶⁹ As Santas Casas no Brasil tiveram os mesmos princípios adotados pelas de Portugal, tendo como foco o atendimento de enjeitados e marginalizados da sociedade, sendo acolhidos enfermos, os abandonados adultos, velhos e crianças. Acesso em 26/04/2009: CMB_org_br - As Santas Casas Nasceram juntas com o Brasil.mht.

⁷⁰ O Estado Brasileiro foi instituído com a Constituição Imperial de 1824.

⁷¹ Outras Santas Casas fundadas no período Colonial: Vitória (1551); São Paulo (1599); João Pessoa (1602); Belém (1650); São Luís (1657) e Campos (1792). Acesso em 26/04/2009: (idem).

Consequentemente, as crianças acabavam nas ruas mendigando, pegando doenças e, às vezes, se prostituindo.

A história dessas crianças abandonadas no Brasil Colônia e Império mostra, como já foi assinalado anteriormente, que elas foram amparadas principalmente por famílias, ou então morreram por falta de assistência. As primeiras instituições de assistência, especialmente, para atender a infância desvalida, só vão surgir no século XVIII, e as principais foram a Roda de Expostos e os Recolhimento para Meninas Pobres.⁷²

O sistema de Roda de Expostos é bem antigo. No Brasil surge no século XVIII, porém, a sua origem data da Europa medieval. Foi criada para evitar o infanticídio, o aborto e o abandono de bebês em qualquer lugar, sujeitos a todo tipo de perigo e vulnerabilidades das ruas, onde algumas crianças chegavam a morrer de fome, e, não raramente devoradas por animais.

Em Salvador foi instalada a primeira Roda de Expostos em 1726. Em seguida, foi criada a do Rio de Janeiro em 1738, e depois a do Recife em 1789. A partir do século XIX foram criadas outras Rodas⁷³, em vários locais.

A situação financeira das Rodas era muito difícil, mesmo contando com o auxílio das Assembleias Legislativas provinciais desde 1828, e mesmo antes desse período. Mas, ao que pudemos constatar, não foi suficiente para o amparo de todos os enjeitados de sua região.

Por essa razão, as Misericórdias, que eram responsáveis por existência de Rodas, na grande maioria funcionando nos seus próprios prédios e vinculadas à sua administração, tiveram uma trajetória de inúmeras necessidades, com os poucos recursos, tendo que improvisar no atendimento aos enjeitados.

Já neste momento podemos identificar um processo de transição no atendimento, que começa a passar da categoria de caridade para a de filantropia. O Estado assume o caráter público do atendimento, no entanto, boa parte das subvenções era ainda originariamente de caráter privado, proveniente do auxílio de pessoas caridosas e de posses, que se preocupavam com a situação dos enjeitados.

As Rodas dos Expostos eram as únicas instituições de acolhimento do período colonial até meados do século XX que recebiam bebês abandonados. Onde não existiam, as crianças até os três anos de idade eram encaminhadas para amas-de-leite, que recebiam da

⁷² MARCÍLIO. op. cit.

⁷³ A de São Paulo (1825), bem no início do Império, depois as das cidades do Rio Grande do sul (Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas), de Cachoeira (BA), de Olinda (PE), de Campos (RJ), Vitória (ES), Desterro (SC), e Cuiabá (MT), Vitória (ES), São João del-Rei (MG) e São Luís (MA), (Idem, 2006).

Misericórdia um pagamento⁷⁴ além de um pequeno enxoval. O valor recebido era irrisório mas, na maioria, essas mulheres com pouca instrução e pobres viam nessa atividade a única maneira de conseguir algum dinheiro. O compromisso na educação dessas crianças era extremamente precário, e as responsáveis, em muitos casos morando, em lugares insalubres e de pouca higiene, as submetiam ainda pequeninas e começando a engatinhar ao contato com todo tipo de sujeiras do ambiente.

Algumas crianças não sobreviviam às adversidades encontradas nesses lares provisórios, e, assim, o índice de mortalidade era altíssimo, ultrapassando os 60%. Outras, depois de completar os três anos, eram devolvidas à Roda, já que havia essa opção de continuar com a criança ou devolvê-la à instituição após esta idade.

O contexto das Rodas era assustador porque em sua maioria ficavam instaladas em prédios velhos, sem iluminação e ventilação, com poucos berços, e sem espaços para o lazer. Algumas Misericórdias não tinham um espaço específico para essas crianças, que acabavam sendo misturadas aos doentes. De tal modo, que não era de estranhar esse índice de mortalidade infantil referido acima, tanto nas Rodas quanto nas casas das amas.

A situação continuava grave em relação ao que fazer com as crianças que voltavam para a Roda. A Misericórdia da Bahia no ano de 1847 fundou “A Casa dos Expostos em Educação”, depois transferida para outro espaço, no qual, passou a se chamar “Asilo dos Expostos”, para atender crianças a partir dos três anos. Porém, muitas províncias não tiveram a mesma sorte de ter um prédio próprio para acolher as crianças maiores.⁷⁵

Até meados do século XIX, a história das Rodas tinha como legado uma sequência de calamidades, mortes, doenças e maus tratos para com os pequeninos. Não era tão diferente do que ocorria com as crianças entregues às *amas de fora*, na sua maioria, mulheres pobres, em condições duras de vida, sem noções de higiene. E a fiscalização e o acompanhamento das crianças entregues a essas amas eram precários, porém, quando feitos, e observado que eram maltratadas, eram transferidas para outra residência.

Os mecanismos utilizados na alimentação desses bebês, seja nas rodas ou nas residências das amas, chegavam a ser também assustadores. No trabalho desenvolvido por Venâncio sobre a Roda de Salvador e do Rio de Janeiro durante o século XVIII e XIX, o autor revela a temeridade com que se tratava da vida dos enjeitados:

⁷⁴As amas-de-leite mercenárias recebiam, inicialmente, o pagamento de 4\$000, por mês, para criança até 18 meses, ao final de cada ano recebiam 2\$400 para a educação de meninos até sete anos e meninas até dez anos (MARCÍLIO, 2006).

⁷⁵ Ibid.

Os riscos a que estavam submetidas as crianças eram enormes. Além de entrarem em contato diário com os doentes internados na Santa Casa, elas ficavam sujeitas à precária alimentação ministrada por enfermeiras. A legislação portuguesa previa, entretanto, que em tais circunstâncias, os bebês deviam ser nutridos com “bom mel, ao qual se ajuntará um tanto de água”, ou então leite de vaca, na falta “de mel, e leite lhes darão água morna com açúcar”. Os instrumentos utilizados na amamentação artificial consistiam em “pano de linho puído (...) que de hora a hora devem meter na boca”. A essa panóplia, os médicos portugueses e brasileiros acrescentavam ainda a “colher de pau, de marfim, ou de prata (...) outros querem que se use bonecas feitas de algodão, ou de esponjas, e forradas de pano de linho macio, os quais se deve molhar no leite repetidas vezes, e chegar à boca das crianças, até que elas tenham chupado a quantidade que lhes for destinada.”⁷⁶

A prática desses mecanismos de alimentação artificial era bastante comum na época, e nela os irmãos da misericórdia enxergavam uma forma de baixar os gastos com amas internas e externas, e para as amas seria a possibilidade de mais uma criança em sua residência, aumentando seus ganhos. Tais usos resultaram naquilo que pode ser classificado de calamidade, pois quase na sua totalidade as crianças não escapavam da morte. No período de 1836 e 1837, conforme o relatório de 1840 do escrivão da Casa da Roda, na cidade de Salvador, o resultado dessa amamentação artificial se expressa nas estatísticas da entrada de 75 expostos e o falecimento de 68. Já no Rio de Janeiro em 1831, entre as 325 crianças abandonadas na Casa da Roda, também se repetiu a tragédia da mortalidade, com o falecimento de 303.⁷⁷

Em função do que acontecia nos atendimentos, cada vez mais os médicos desaconselhavam a permanência de enjeitados nas Casas das Rodas, tendo em vista que, o índice de mortalidade daqueles entregues aos cuidados das amas-de-leite eram inferiores.

Apesar das sérias críticas levantadas por vários setores em relação às Rodas de Expostos, algumas permaneceram ativas até o século XX, como a do Rio de Janeiro que funcionou até 1938, a de Porto Alegre até 1940 e, por fim, as de São Paulo e Salvador que funcionaram até 1950.⁷⁸

A caridade da Santa Casa paraense

As primeiras iniciativas de atendimento à infância desvalida em Belém se deram em pequena escala, em especial no período Colonial. Sobre esse aspecto, buscamos informações nas fontes secundárias⁷⁹, com destaque para a utilização dos dados sobre a trajetória histórica

⁷⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto, 1999, p. 53.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Cf. MARCÍLO, 2001.

⁷⁹ A edição organizada por Arthur Vianna, em 1902, “A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica (1650 – 1902)”, posteriormente, reeditada em 1992. O trabalho organizado pelo autor é referência sobre a história da instituição. Trabalho minucioso e exaustivo com as fontes primárias localizadas na época de sua

da Santa Casa de Misericórdia do Pará, por acreditarmos no papel fundamental que ela representou no atendimento da infância desvalida no Pará e no Brasil. A opção por utilizar aqui, especialmente, fontes secundárias, se fortalece ainda mais com a leitura da obra de Arthur Vianna sobre a Santa Casa paraense, na qual se constata a ausência de registros na misericórdia, por mais de um século de existência.

Além do mais, o nosso foco principal neste trabalho privilegia a historiografia das instituições para meninos e meninas desvalidas a partir do século XIX, momento em que vamos nos valer, principalmente, de fontes primárias, sem que deixemos de considerar as fontes secundárias que nos auxiliarão no desenvolvimento do tema. Como avaliamos que seria imperioso investigar a origem desse tipo de atendimento de crianças, ainda bem pequenas, por entendermos que o surgimento das instituições a partir do XIX para as crianças a partir dos sete anos esteve condicionada à necessidade de acolhimento para as crianças maiores, o histórico da Santa Casa Paraense nos auxiliará a recuperar a história dos desvalidos.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Pará foi fundada em 24 de fevereiro de 1650, tendo como local de funcionamento uma modesta construção de taipa e pilão localizada na antiga rua Santo Antônio dos Capuchos, hoje pertencente ao tradicional centro comercial de Belém.

A Irmandade representou naqueles tempos o principal segmento de ajuda aos desvalidos no Pará, notadamente os enfermos pobres e as crianças, apesar de toda a precariedade de recursos, inclusive contando ainda com o descaso da Coroa portuguesa aos seus sucessivos apelos. Alguns auxílios foram concedidos no decorrer do tempo, porém, alguém das necessidades da instituição, como o dado em 1667 por D. Afonso VI, rei de Portugal, ao conceder diploma que lhe atribuía isenções semelhantes às da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As subvenções da Coroa, no entanto, não eram regulares e não havia uma pensão anual fixa e, por isso, o prédio da Irmandade foi se deteriorando com o tempo.

Em 1783, Dom Frei Caetano de Brandão⁸⁰ assume a Diocese, como o 6º Bispo do Pará, tornando-se figura relevante para a história da Irmandade e para a da região Amazônica. Logo

produção. É importante destacar comentários apresentados pelo mesmo, quanto às dificuldades de localização de registros. De acordo com suas observações há uma lacuna desde ano da fundação 1650 até o final do século XVIII, acrescenta que não existem os manuscritos do período no arquivo da instituição, “não existem os registros de actas, os relatórios dos provedores, os livros de receitas e despesa, fontes principais do histórico detalhado d’aquelles tempos (p.11)”. Indignado conclui, “restou-nos tão sómente a correspondência dos provedores com os capitães-môres e governadores, a collecção de alvarás, cartas regias e decisões, e outros documentos existentes na secção de manuscritos da nossa Bibliotheca e Archivo Publico (idem)”. Além de Vianna, estaremos nos apoiando em outros autores na busca de informações. Cf. CRUZ (1973), BORDALO (2000).

⁸⁰ D. Frei Caetano de Brandão assumiu a Diocese em novembro de 1773, permanecendo durante cinco anos como bispo do Pará.

no início da sua gestão na Diocese constatou os problemas, tanto da Irmandade quanto da população pobre da província, passando a indicar ações urgentes a serem desenvolvidas:

Não necessitou frei Caetano de uma profunda inspecção para formar juízo sobre o péssimo estado da sua diocese: a capital fornecia-lhe dados para avaliar o interior. A sua prodigiosa actividade lançou-o immediatamente na tarefa nobilitante da regeneração dos costumes, da reprimenda aos abusos do clero, do asylo á orphandade desvalida, do impulso á instrucção publica da colonia, do tratamento da probeza enferma.⁸¹

Com esse poder de indignação e mobilização o Frei dedicou esforços para fundar uma Confraria de Caridade⁸², com o objetivo de angariar fundos para a construção de um hospital para atender a população pobre e desvalida da província. Numa correspondência de 1784, enviada ao Ministro de Estado da época, ele revelava sua angústia com a situação encontrada:

Olhei para esta Cidade, escreve frei Caetano, e vi o dilúvio de misérias e pobreza em que fluctuava huma grande parte de seus habitantes, morrendo muito delles ao desemparo, por não haver hum asylo publico de necessidade: enternei-me e temi juntamente que Deus houvesse de tomar conta, como a pai comum, de não ter ao menos feito alguma tentativa para diminuir a somma de tantos males.⁸³

Com a ajuda da população, esmolando de casa em casa, agregando a mobilização da Confraria e, posteriormente, com subsídios da Coroa Portuguesa, Frei Caetano consegue inaugurar em 1787 o Hospital da Caridade Senhor Bom Jesus dos Pobres, destinado a atender os desvalidos, e considerada a sua grande realização.

A infância desvalida foi uma das preocupações do Frei que, com frequência, mencionava em suas cartas às autoridades suas inquietações a respeito. A intenção de organizar o que se acredita ser o primeiro estabelecimento para a educação de meninas órfãs e desvalidas é manifestada em 1788. A ideia foi compartilhada em carta enviada ao ministro de Estado Mello e Castro, que parecia ser simpático à realização de tal obra, porém nada fez para ajudá-lo. A partir do seu próprio esforço e mobilização, enfrentando diversas dificuldades e pedindo socorro aos fiéis, conseguiu acumular a quantia de seis mil cruzados, obteve por doação um terreno, onde o estabelecimento funcionou por um período breve. A transferência

⁸¹ VIANNA, Arthur, 1992, p. 55.

⁸² As Confrarias e Irmandades tiveram um papel importante na ajuda de obras de Misericórdia, surgem na Europa no século XIV, sendo implantadas no Brasil pelos portugueses. e tendo, principalmente, a participação de leigos, sem discriminação de classe ou categoria. Desenvolvia obras proferidas por Santo Tomás de Aquino, século XIII, entre elas: cuidar dos enfermos, alimentar os famintos, fazer visitas aos presos, enterrar os mortos (BORDALO, 2000).

⁸³ CAETANO apud VIANNA, op. cit. p. 57.

do bispo, no ano seguinte, o agravamento da situação de falta de recursos e a indiferença do governo português, acabaram por causar seu fechamento.

A partir de sua abordagem sobre o século XIX, algumas informações aparecem no extenso trabalho de Arthur Vianna sobre a Santa Casa do Pará, assim como no excelente trabalho de Marcílio⁸⁴ sobre criança abandonada no Brasil, uma das referências sobre o tema. Ambos concluem que não houve Roda de Expostos na Santa Casa de Misericórdia Paraense. Do mesmo modo, outros autores não fazem referência à Roda na região, como é o caso do trabalho do Dr. Alípio Bordalo⁸⁵, que em nenhum momento faz referência à sua existência.

A Misericórdia Paraense, se de fato não criou uma Roda, como outras do Brasil, estabeleceu meios para prover o atendimento às crianças abandonadas. No caso de Belém, em 1805 foi feita solicitação ao rei para criação de uma loteria com a intenção de auxiliar a assistência aos desvalidos, entre eles, pobres, órfãos, expostos, lazzarentos, viúvas, e todos os necessitados de amparo e compaixão.⁸⁶ Nos estudos de Vianna, o autor descreve o resultado dessa tentativa de angariar recursos junto à Coroa e o triste desfecho dado à solicitação de criação da loteria:

Apesar d'esta bôa vontade a Santa Casa nada conseguiu; os seus papeis dormiram, como tantos outros, o somno eterno esquecimento. Fracassou d'este modo a primeira tentativa para a instituição das loterias no Pará, mas, dentro em breve, encontraremos renovada e com sucesso a impetração.⁸⁷

No entanto, se não houve Roda, localizamos em alguns autores, como Venâncio⁸⁸ a indicação de que em Belém houve Casa de Expostos. E, para tentar melhor esclarecer o assunto, ainda hoje motivo de alguma polêmica, investigamos com mais cuidado a questão. De modo que, ao procurar ler nas entrelinhas dos documentos da Província e também os autores que estudaram as Casas dos Expostos⁸⁹, percebemos que, por um breve período em Belém, essa instituição funcionou para atender crianças desvalidas, não como o sistema das tradicionais Rodas do Brasil, mas diferenciando-se destas na quantidade de atendimentos a

⁸⁴ Cf. MARCÍLIO, 2006.

⁸⁵ Dr. Alípio Bordalo, além de médico, dedicado há mais de cinco décadas à Santa Casa, onde por um longo período atuou na área da ginecologia e obstetrícia, foi idealizador e fundador do Museu da Santa Casa em 1985. Possui vários escritos sobre a história da instituição. Atualmente, presta serviços àqueles que pesquisam e buscam conhecimentos sobre a instituição. Tivemos o privilégio de conversar pessoalmente com Dr. Bordalo, memória viva e ainda apaixonada pela história da Santa Casa do Pará.

⁸⁶ Cf. MARCÍLIO. op. cit.

⁸⁷ VIANNA. op. cit. p. 104 – 105.

⁸⁸ Cf. VENÂNCIO. op. cit.

⁸⁹ A Casa dos expostos de Belém pelo que revelam os documentos teve pouca semelhança com as tradicionais Rodas de Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, entre outras.

crianças com o uso da estrutura de cilindro, utilizado para conservar o anonimato de quem abandonava o bebê. O curto período de seu funcionamento pode ser creditado ao desaparecimento da menção de sua existência nos relatórios de província, na qual esteve presente por algum tempo, como veremos adiante.

Nos relatórios das Mesas da Irmandade de 1815, como também no relatório da eleição dos novos membros da Mesa para o período de 1834 a 1835, e nos demais documentos a que tivemos acesso aparece a figura do *Mordomo dos expostos*, pessoa responsável por fazer a matrícula de expostos e controlar o registro de suas vidas dentro e fora da instituição.

A situação dos expostos é comentada no discurso do Dr. Bernardo de Souza Franco em 1839, quando revela a sua preocupação:

A Camara da Capital por força de seu Regimento he tambem obrigada a crear expostos e inspeccionar, e ajudar a educação dos orphãos pobres, e desvalidos e tem por este titulo a seu cargo 27 expostos, e orphãos, que socorre em diversas cazas particulares e 3 no Recolhimento das Educandas por cada huma das quaes paga 60\$000 réis anuaes. Para a ajudar nesta obra pia e para melhor educação dos meninos dei ordem para que maiores de 7 a 9 annos segundo sua disposição fizica fossem admitidos no estabelecimento dos educandos, onde alem das primeiras letras aprendem um officio a sua escolha.

Isto que ordenei a respeito dos meninos deve fazer-se para com as meninas; mas faltão meios no recolhimento, e convem muito que fixeis o numero de expostos que cada anno poderá enviar a Camara Municipal para aquelle estabelecimento, e dezigueis a quantia com que serão soccorridas a custa do Thezouro em quanto não tem aquelle meios, e por Ella quando os tiver.⁹⁰

Como se pode observar nesse período coberto pelo relatório, as crianças eram enviadas para casas particulares, provavelmente aos cuidados de uma *ama de fora*. Porém, em outro relatório, localizamos a indicação de uma casa para atender enjeitados e, ao que tudo indica, a Santa Casa Paraense foi quem administrou uma casa com esse objetivo.

No discurso do senhor desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, presidente da província do Pará, na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembleia Provincial, de 15 de agosto de 1844, ele fala da sua preocupação com o orçamento aprovado para as despesas da Província previstas para o ano anterior de 1843. Destaca as dificuldades enfrentadas e, entre elas, cita o fato de que o orçamento não deu conta no mês de março de suprir os gastos com o funcionamento da casa que mantém expostos e órfãos desamparados, tendo o presidente que dispor de outros recursos para os “desgraçados não perecerem à fome”.

Apesar do relatório acima citado indicar a existência de atendimento aos desvalidos, só com o Regulamento de 30 de dezembro de 1855 começa a haver suporte legal para criação de

⁹⁰ DISCURSO, 1839, p. 14.

espaço para atendimento de expostos ou enjeitados. Lê-se no Regulamento, determinando que:

Em cumprimento ao art. 69 da Lei Geral do 1º de Outubro de 1828, terá a Camara da Capital a seu cargo a criação, educação e tratamento de todos os Expostos, que devem ser recolhidos a huma casa, que seja própria e acciada, e que se denominará – Roda dos Enjeitados. – Haverá no Estabelecimento huma Regente com o ordenado de 240\$000, e huma ama de leite effectiva com o jornal de 400 réis diarios.⁹¹

Apesar dessas referências, nossa investigação nos leva a considerar que a situação dos expostos, em especial dos bebês e crianças pequenas, aparece pouquíssimas vezes nos documentos oficiais até meados dos oitocentos. E que a terminologia Roda aparece somente uma vez, o que provavelmente vem ao encontro das afirmações da historiadora Maria Luiza Marcílio confirmando, de fato, não ter existido a Roda no Pará, e sim, por um período pequeno uma casa para acolher os enjeitados. Na única vez em que o relatório utiliza a terminologia Roda, entendemos ser em função do uso costumeiro da terminologia à época para tratar os espaços de acolhimento para crianças pequenas, mesmo sendo uma simples Casa de Enjeitados.

Os relatos de historiadores e escritores renomados sobre a história do Pará e da cidade de Belém desse período, oitocentos e novecentos, praticamente não tratam da questão, e, assim, pouquíssimas informações podem ser obtidas. Como também há ausência de explicação sobre os motivos da não ter sido criada a Roda na Santa Casa paraense. E por último, não encontramos maiores explicações do porquê, segundo os relatórios, da Casa dos Expostos ter funcionado por um período tão curto de tempo.

Outra questão que não fica bem esclarecida nas fontes pesquisadas se refere a quem ficou ou cuidou das crianças pequenas quando a cidade de Belém, como toda a província, foi assolada pelos surtos das grandes epidemias, que deixaram muitos deles na orfandade, além da pobreza extrema. Igualmente o mesmo acontece após a Cabanagem, quando um terço da população masculina foi morta na guerra.

Em todo caso, a informação sobre a procura reduzida por esse tipo de instituição na época dessas ocorrências, o que parece contraditório, está presente nas informações do relatório da província:

⁹¹ Cf. Coleção de leis, decretos etc. Índice ou repertório geral das Leis da Assembleia Legislativa Provincial do Gram Para (1838 – 1855).

A casa dos expostos no primeiro semestre d'este anno recebeu na roda duas creanças, uma do sexo masculino e outra do feminino, sendo creadas, a primeira no estabelecimento e a segunda por pessoa que a solicitou, recebendo a pensão mensal de 12\$000, afora uma que existe a tempos e é também creada a expensas da camara.⁹²

Esse relatório⁹³, de 1866, foi o último a fazer menção ao atendimento de crianças em Casa de Expostos no Pará, nos levando a crer que ela tenha sido desativada, como aconteceu com outros espaços similares implantados no Brasil, nos quais a procura também foi bem reduzida, como ocorreu com a Roda instalada em 1838 na cidade do Rio Grande e a Casa de Expostos instalada em 1849 em Pelotas, ambas na Província do Rio Grande do Sul.⁹⁴

Talvez a procura tenha sido de fato reduzida, mas, acreditamos que outros mecanismos ou formas de acolhimento tenham tentado suprir pelo menos em parte a demanda dos desvalidos. Por exemplo, já dissemos que as Câmaras tinham a responsabilidade com as crianças expostas e deveriam subvencionar a sua criação, pagando às pessoas que a criavam e amamentavam. Outros sistemas, além dos já citados, foram criados para amenizar a situação vivida pela infância desvalida, como os mecanismos da perfilhação e tutela, que abordaremos a seguir, que devem ter contribuído para suprir essa necessidade de atendimento.

2.3. A infância desvalida: a experiência de perfilhação e tutela

A situação das crianças desvalidas após o retorno das casas das amas era uma questão importante a ser solucionada pelo provedor da Santa Casa, pois em média com três anos eram encaminhadas para a Casa dos Expostos, que as acolhia desde que tivessem até sete anos, sendo levadas para os Asilos Infantis que recebiam as crianças maiores de sete anos.

Tal situação era extremamente preocupante, em função dos custos que isso acarretava para Santa Casa, e diante de tal situação, algumas medidas formais foram tomadas para resolver o futuro dessas crianças expostas.

No Brasil as leis que definiam a adoção só surgiram a partir do século XX. O mecanismo utilizado em caso de adoção antes desse período foi o da perfilhação, que era aplicado no século XIX, principalmente em situações como: a) em casos de crianças ilegítimas, que tinham seus registros de batismo alterados após o casamento de seus pais

⁹² RPPA, 1866, p. 25.

⁹³ Como fontes primárias de pesquisa utilizamos o período de 1830 a 1912. Foi realizada a leitura e análise de relatórios, discursos, mensagens e falas de políticos da província do Pará.

⁹⁴ Cf. MARCÍLIO, 2001.

realizados na igreja; b) quando realizado em cartório civil, era feito o registro e escritura de perflilhação pelo pai, na presença e reconhecimento da mãe, além de testemunhas, o que funcionava como um meio de garantir à criança, legalmente, o direito à herança; c) no caso de as crianças das Rodas e Casas dos Expostos que, também, eram adotadas através do estatuto da perflilhação⁹⁵.

O sistema de tutela foi amplamente utilizado no Brasil do Império e da República, através do qual o Estado responsável pelas crianças órfãs ou abandonadas podia passar a guarda para uma família, tendo também a obrigação de pagamento de um soldo⁹⁶. O mediador desse processo era o juiz de órfãos que estabelecia a tutela legalmente, em alguns casos com contrato estabelecendo a soldada⁹⁷. A criança tinha por obrigação cumprir o que estava determinado no acordo judicial, com direito à alimentação, moradia e roupas, mas de modo geral, em contrapartida estaria sujeita ao trabalho não remunerado. É importante destacar que nesses casos a criança não fazia parte legalmente da família, estando simplesmente numa posição de acolhimento legal, juridicamente reconhecido.

O sistema de tutela descrita por Mariano existia sob duas formas principais, a tutela direta ou indireta:

A forma direta se baseia no pedido formulado pelo pretendente a tutor que recorre ao judiciário para ter uma criança sob sua guarda. Já a forma indireta está relacionada aos casos em que surge a necessidade de um tutor no decorrer do processo, como em casos de defloraçmento, abandono e casamento. Ligada a estas duas formas ainda existe uma terceira, a qual chamamos aqui de tutela informal, ou seja, aquela cuja criança esta sob a guarda de uma família sem ter passado por um processo judicial, mas que mantém todas as características da tutela formal, chegando em alguns casos a existirem contratos firmados em cartório, onde a mãe e o pretendente a tutor estabeleciam as normas do acordo de cessão da criança ou jovem para o pretendente.⁹⁸

Existia ainda outra forma tutela, que era chamada de *soldada informal*, na qual as famílias sem recursos davam seus filhos para serem criados, recebendo em troca, geralmente, muito pouco. O acordo em alguns casos incluía o trabalho da criança em contrapartida de alimentação e moradia, ou um pequeno pagamento pelo seu trabalho.

⁹⁵ O mecanismo de perflilhação foi utilizado em São Paulo durante o período entre 1897 e 1936, sendo posteriormente abolido. Após esse período as famílias tiveram como opção legal a tutela e adoção (MARCÍLIO, 2006).

⁹⁶ O termo soldo foi utilizado para configurar o depósito em dinheiro feito em casa bancária, destinado às crianças submetidas ao regime de soldada.

⁹⁷ “A soldada era o nome dado ao Contrato que regulamentava o direito de um cidadão ter em sua casa uma criança órfã ou não, sendo lavrado em cartório um documento que garantiria a ele o direito sobre o uso da força de trabalho daquela criança em troca de prestação de alguns benefícios como alimentação ou vestimentas ou soldo (Mariano, 2001, p. 20-21).”

⁹⁸ MARIANO, op. cit, p. 94.

Os números da tabela a seguir nos dão uma ideia do modelo no qual se apoiava a sociedade paraense do século XVIII, no que diz respeito à utilização do trabalho escravo, do trabalho escravo infantil ou da exploração do trabalho do menor, na Freguesia da Sé, a maior das duas existentes à época em Belém.

Além disso, os números apresentados permitem apreciar a questão sob outro aspecto, que é o de perceber que cerca da metade, ou seja, 47% dos menores viviam em regime de escravidão, enquanto apenas 10% o faziam sob o de *soldada informal*. Ao que parece esta última deve ter crescido nos períodos posteriores tendo em vista o contexto da falta de amparo em instituições para meninos e meninas desvalidas.

Mesmo após a abolição, era grande a parcela de famílias que recorriam à tutela, por não ter rendimentos necessários sequer para a alimentação de seus filhos, submetendo-os a novas formas de escravidão, sem dúvida um pesado legado num país marcado pelas relações desiguais na distribuição da riqueza e de direitos.

Em alguns casos a tutela podia representar um destino ainda pior para as crianças do que aquelas vivenciadas nas instituições de expostos, ou, mais perversas do que o convívio com pobreza familiar:

Sujeitos ao trabalho não remunerado, bem como muitas vezes, aos maus tratos físicos e morais, como espancamento, abuso sexual, e humilhações. Explorados em sua força de trabalho, não eram vistos como trabalhadores, mas como protegidos em permanente situação de devedores em relação aos seus tutores, mesmo quando estavam sob regime de soldada.⁹⁹

Para completar o quadro que vimos esboçando, havia a situação de viúvas que em algumas situações eram consideradas incapazes financeiramente de criar seus filhos, ou, se contraíssem novo matrimônio, passíveis da perda de guarda, em função da solicitação de avós quando o juiz achasse inadequada a criação ser feita por outro homem que não o pai biológico. Até a regulamentação do Código Civil Brasileiro em 1916, os filhos de mães viúvas eram legalmente órfãos de pais incógnitos, de acordo com as Ordenações do Reino. De modo que esses costumes e determinações legais vão influir na construção das concepções de maternidade e de infância a partir de modelos de sociedade e de família existentes da época.

Então, até 1916, as decisões dos juízes não tinham uma unidade nos encaminhamentos das ações nos casos de tutela, que só é regulamentado a partir dessa data, com o Código Civil Brasileiro. Até então, as deliberações jurídicas seguiam, as Ordenações Filipinas, o que ocasionava a centralização de poderes nas mãos dos juízes quanto às decisões judiciais relativas à tutela.

O sistema de tutela foi amplamente utilizado em diversas outras regiões no Brasil e as decisões judiciais nem sempre eram coerentes com alguns princípios da moral cristã e dos bons costumes vigentes, pois, em alguns casos, o fator financeiro do tutor acabava sendo

⁹⁹ MARIANO. op. cit. p.19.

determinante nos encaminhamentos feitos aos juízes, como por exemplo, no caso do menino José, relatado por Mariano:

O caso do menino José, cuja tutela é disputada na justiça em 1893, tendo de um lado o tutor Antonio de Souza, nomeado pela justiça e, de outro, o então Padre Francisco José Seródio, o qual pleiteava o direito de ter o menino sobre seus cuidados, traz à tona que a batalha pela guarda de uma criança muitas vezes estava diretamente ligada à capacidade de trabalho que esta poderia gerar em benefício do tutor a um baixo custo financeiro.

Ao ser disputado na justiça, o menino que acabara de ficar órfão não teve a possibilidade de se expressar ou de escolher o caminho que pretendia seguir, ficando a decisão a cargo do juiz da Comarca de Campos Novos do Paranapanema, que toma a decisão em favor do Padre Seródio, sem mesmo ouvir nos autos a outra parte envolvida.¹⁰⁰

Tais decisões, portanto, acabavam seguindo uma lógica definida inteiramente pelo juiz. No caso acima relatado pelo autor, a decisão tomada teve um resultado inusitado em relação às normais morais de então, pois o tutor nomeado era padre e tinha seis filhos, todos de relacionamento com mulheres diferentes. Mas, na opção do juiz, pesou o fator financeiro, já que o padre era rico proprietário de terras e, por isso, muito respeitado na região do Vale de Paranapanema. A justificativa do juiz ao dar o menino em soldada ao padre era a de que o estava dando ao “cidadão Francisco José Seródio”, e quanto a questão de ser padre isto não foi levado em consideração e sim, exclusivamente, o fato de considerá-lo como cidadão.¹⁰¹

A tutela, na maioria dos casos, não representava uma escolha, e sim uma imposição do Estado, que a utilizava como mecanismo para se livrar do número crescente de crianças e adolescentes expostos. E, para famílias pobres, como ficou dito antes, uma tentativa de garantir um futuro mais digno para seus filhos. Essas, na verdade, eram as principais razões para que os meninos e meninas fossem dados para tutela, saindo das instituições de pobres e desvalidos ou do seio familiar. Sendo que as meninas contavam, como já referimos antes, com uma situação especial, pois além do trabalho excessivo em casa das famílias, havia da violência sexual, já que os tutores se achavam donos do seu trabalho, do seu corpo e das suas vidas.

É nesse cenário, na maioria dos casos, de maus tratos e de tristeza, que meninas e meninos vão passar pela exploração do trabalho precoce, sob o sistema de tutela ou soldada,

¹⁰⁰ MARIANO. op. cit. p. 102.

¹⁰¹ Ibid.

ou simplesmente como alguém que em troca de sobrevivência se sujeita a ser criada¹⁰² da casa.

Do tudo o que ficou dito acima, algumas possíveis inferências podem ser feitas: a) como bem observou em seus relatos Alexandre Ferreira, as populações negras e indígenas, provavelmente por fatores culturais, não tinham o costume de abandonar seus filhos, o que pode ter contribuído para a existência de um número menor de expostos na região; b) o número de habitantes da província do Pará era pequeno, principalmente se confrontado com a das grandes cidades da época, como Rio de Janeiro e Salvador e, por isso, acredita-se ser esta a razão do número reduzido de abandonos encontrados nos levantamentos, sem esquecer a precariedade das estatísticas à época; c) o costume de pessoas e famílias de recolher e criar expostos era bastante comum na região; d) a grande extensão do território, com muitas áreas isoladas e de difícil acesso, fazia com que várias famílias permanecessem em seu habitat de origem, deixando de aumentar o contingente de abandonados nas cidades e vilas; e) o índice de mortalidade que era elevado em todo o país, também o era na Província do Pará, afetando, particularmente, os segmentos mais pobres da população; f) o descaso da Coroa com a Província do Pará era patente; g) o regime de soldada informal de crianças desde cedo foi muito utilizado no Brasil e no Pará.

Por outro lado, a partir das evidências encontradas, como possíveis causas de um menor número de abandono, não estamos negando que, por um período breve, existiu no Pará a Casa dos Expostos e muito menos afirmando que a população pobre, por ser restrita, não precisasse de ajuda.

Quanto à Santa Casa de Misericórdia do Pará¹⁰³, ela teve a função de socorrer os desvalidos da região, acumulou bens e hospitais, contando especialmente com as pequenas esmolas da população, como também, subvenções e heranças dos afortunados da sociedade paraense. O poder provincial contribuiu também com a Misericórdia, que seguiu atravessando várias crises institucionais no período. Porém, seu maior desafio foi sobreviver à escassez financeira enfrentada nos anos que se seguiram, já no século XX, sendo mais acentuada a partir da década de 1930.

¹⁰² A terminologia “criada” refere-se ao contexto de trabalhos domésticos, amplamente, utilizado desde o Brasil Colônia. Era comum falar em criadagem, em se tratando das pessoas que trabalhavam em casa de família.

¹⁰³ A Santa Casa de Misericórdia do Pará administrou importantes instituições da região, como o Hospital dos Alienados criado em 1892, destinado aos doentes mentais; Hospital Domingos Freire para socorrer os doentes de febre amarela e posteriormente os tuberculosos no século XX; Leprosário do Prata criado em 1925, para atender os hansenianos transferidos do antigo Asylo Tucunduba; e o Asylo Santa Terezinha para atender filhos de leprosos, inaugurado em 1931 (BORDALO, 2000).

É no momento do final dos oitocentos que parece se acender um sinal de alerta para alguns segmentos da população, influenciados pelo liberalismo, pelas ideias modernas que começam a circular quanto ao papel do Estado no atendimento das necessidades das parcelas mais pobres da sociedade. O caráter caritativo perde força, e a filantropia passa a ser vista como solução para vários problemas sociais, desde que tivesse caráter prioritariamente público, e com ênfase nos aspectos científicos para resolver as crises. Isto é, a criança começa então nesse momento a ser vista como o futuro de uma nação próspera e moderna a ser construída, sendo, portanto, necessário protegê-la e educá-la. E as bases da ideia de educação que se desejava implantar estariam apoiadas na ciência, deslocando-se o foco da caridade religiosa, paulatinamente para a filantropia científica.

Finalmente, é durante o século XIX que começam a surgir algumas instituições para atender meninos e meninas desvalidas, como iremos analisar a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES PARA AS MENINAS DESVALIDAS

A história da infância na região amazônica, em especial no Pará, a partir do século XIX passa por importantes transformações com o surgimento de instituições para atender a meninos e meninas desvalidas. As primeiras instituições que surgem para as meninas priorizarão aquelas com idade superior aos sete anos, indo o atendimento até, em média, os 18 anos, ou seja, da infância à idade adulta.

As transformações pelas quais passa a cidade de Belém nesse período, no campo da política, da economia e do social, sejam mudanças materiais ou culturais, por rebatimento, irão corroborar as concepções sobre a criança, meninos e meninas, que se integrarão a esses contextos institucionais para atendimento ao desvalido. O sentimento de infância¹⁰⁴, construído e integrado a essa realidade, se expressa nos rituais, rotinas de gestão administrativas e práticas pedagógicas, e em muitas outras ações culturais do seu cotidiano. Portanto, tais concepções serão fundamentais para a compreensão do processo constitutivo nas instituições para desvalidos.

O século XIX em Belém do Pará pode ser identificado como um período de lento crescimento no campo da assistência à infância, fortemente influenciado pelos embates e conflitos entre os diversos segmentos políticos, religiosos e médico-higienistas. E a trajetória dessa assistência à infância esteve intrinsecamente atrelada ao controle social dos grupos hegemônicos que dominavam esses segmentos e que influenciavam e eram influenciados pelas representações da criança pobre então correntes no interior da sociedade.

A região amazônica desde o período colonial até boa parte dos oitocentos se baseou em uma economia rudimentar, voltada especialmente para atividades extrativistas, inicialmente das drogas do sertão, mais adiante o cacau e, posteriormente, a borracha a partir de 1850.

O crescimento econômico acentuado da região a partir da economia “gomífera” resultou em grandes transformações para a província e para a cidade de Belém em vários setores, entre eles, o urbano e o educacional. Mas o decorrente crescimento populacional da cidade se refletiu, de forma perversa, no aumento da pobreza e consequentemente no número de crianças, meninos e meninas desvalidas, e marcam o contexto no qual foram criadas as instituições objetos de nosso estudo.

¹⁰⁴ Philippe Áries (1981) no seu livro em que aborda a história da criança e da família, localiza o sentimento de infância surgindo a partir do século XVIII, porém, alguns autores contestam tal afirmação, entendem que o sentimento não pode ser visto de forma universal, sendo necessária uma análise mais percuente de cada sociedade e de cada período tratado.

3.1. Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas

No início dos oitocentos surge o primeiro espaço para atender meninas desvalidas no Pará, em 1804, numa iniciativa de D. Manoel de Almeida Carvalho¹⁰⁵, sétimo bispo da diocese paraense, que, durante uma viagem pastoral ao interior do Pará, trouxe algumas meninas índias para Belém com a intenção de lhes oferecer educação condigna. Para esse fim, buscou formas de estabelecer um asilo para acolhê-las, encontrando nas esmolas dos fiéis o caminho para sua viabilização. Apesar das dificuldades encontradas, conseguiu alugar uma casa na rua do Açougue¹⁰⁶, onde o instalou com a denominação à época de Recolhimento das Educandas¹⁰⁷.

A iniciativa de D. Manoel pouco foi avaliada nos relatórios da província, e sempre quando abordada aparece como uma louvável iniciativa caridosa. Do mesmo modo, nos registros de historiadores da época e de outros mais recentes, os elogios são frequentes, apontando o bispo como pioneiro na criação de instituições para meninas desvalidas. Não encontramos informações mais esclarecedoras dos motivos que levaram D. Manoel a trazer meninas índias para a capital, por isso não sabemos se, além da caridade, outros motivos possam tê-lo levado a tal mobilização.

A situação do asilo era precária, já que contava apenas com insuficientes 129\$000 réis para o seu sustento anual, referentes aos aluguéis de algumas casas do patrimônio da diocese e algumas contribuições de pessoas caridosas.

O primeiro auxílio do Governo Central para sua manutenção, no valor de 200\$000 réis, só aconteceu em 1824, dado por D. Pedro I, e considerado irrisório para manter o espaço. Com poucos recursos as condições do asilo foram se degradando, tanto que, a partir de 1839, não atendia mais meninas indígenas, sendo substituídas por meninas órfãs e desvalidas não índias, havendo também a inclusão das pensionistas, que tinham o ônus do pagamento de 25\$000 réis anuais correspondendo ao valor estabelecido para cobrir despesas tanto da instrução que recebiam como as de sua subsistência. Nesse período o asilo contava com o número de 18 meninas desvalidas e três pensionistas, com uma regente e mestra, três

¹⁰⁵ D. Manuel de Almeida Carvalho, sétimo bispo da diocese paraense, assumiu o exercício das suas funções em 17 de junho de 1794, faleceu a 30 de junho de 1818, e foi sepultado na Catedral, próximo ao trono. Foi reconhecido pela sua caridade e a preocupação com os pobres e desvalidos.

¹⁰⁶ Tudo indica que segundo fontes pesquisadas que a Rua do Açougue estivesse localizada, no atual, Bairro do Arsenal em Belém.

¹⁰⁷ Além da terminologia “Recolhimento das Educandas”, foi também utilizada a de Casa das Educandas, bastante recorrente nos relatórios de província. Em alguns escritos da época, usualmente, utilizava-se o termo asilo.

serventes e três escravas, sendo a maioria das desvalidas sustentadas com a renda da casa e outra parte com a parcela do Tesouro Provincial.

É importante observar que todas essas dificuldades enfrentadas pelo recolhimento no seu período inicial são condizentes com o contexto educacional da província no final dos setecentos e até os meados dos oitocentos.

A Coroa portuguesa nesse período enfrentava graves crises políticas quanto à manutenção da sua soberania. E com a emancipação política do Brasil e os acontecimentos que antecederam a adesão do Pará à independência, os ânimos se acirram ainda mais, desencadeando tensos embates políticos e militares e, com a radicalização partidária dos grupos que tinham diferentes projetos políticos, isso resultou, posteriormente, na eclosão do movimento da Cabanagem em 1835.

Esses embates sem dúvida, se refletem no campo da educação, já bastante prejudicado pelo pouco caso da Coroa. Em se tratando do campo assistencial, a situação era ainda mais crítica, pois não havia interesse em organizar um plano para combater a pobreza e seus desdobramentos. Esse descaso da Coroa, aliás, era também observado na maioria das províncias em terras brasileiras, conforme os registros das instituições para atender a meninos e meninas desvalidas surgidas a partir do século XIX.

Na Vila de Macapá, em 1846, segundo documentos, grande número de crianças e adolescentes vivia o abandono, muitas perderam seus pais na epidemia do cólera em 1840, outras nos conflitos da Cabanagem somadas às outras que viviam na miséria com suas famílias, sem educação ou qualquer cuidado. A carta do Juiz de órfão da Vila de Macapá endereçada ao vice-presidente da província João Maria de Moraes, relatando a situação acima, pedia com urgência acolhimento para esses indivíduos nas casas de atendimento a menores desvalidos. Em resposta, João Maria ponderou que havia dificuldade para atender tal solicitação, devido a regulamentação estabelecida quanto a quantidade de vagas ofertadas pelas instituições de meninos e meninas desvalidas.

Analisando tal correspondência, verifica-se que o problema para atender crianças desvalidas não era de fácil solução, pois todas as instituições tinham nos seus regulamentos itens que limitavam o número de vagas. A necessidade de organizar e manter esses espaços com poucos recursos existentes era sempre uma tarefa desafiadora para a administração das instituições. E a demanda, sem dúvida, era muito maior que a oferta de vagas.

Para os presidentes da Província paraense, essas preocupações tornaram-se cada vez mais prementes, a partir do período pós-Cabangem devido a desorganização da produção e a destruição de núcleos familiares, com o aumento do número de órfãos, como ficou dito.

Começam, então, a ser inauguradas instituições para atender meninos e meninas pobres, em estado de abandono e orfandade.

Ainda no que diz respeito ao campo da educação, Artur Vianna¹⁰⁸ destaca a precariedade do ensino na Província, mesmo no período que antecede à Cabanagem. Sendo que, mesmo com um novo regulamento aprovado pelo governador Francisco de Souza Coutinho em 1799, a oferta do ensino na capital era precária, tendo apenas duas escolas primárias e três de humanidades e contando com treze escolas elementares no interior. A isso se acrescia o problema de carência de professores, a ausência de melhor qualificação dos mesmos para o exercício da docência e, ainda, a falta de materiais de toda ordem.

Por outro lado, o desinteresse dos pais pelo ingresso de seus filhos na escola era algo deplorável, denunciado pelo governador, o conde de Villa-Flôr, em 1818, ao alertar para a apatia da população em relação ao ensino, segundo ainda Vianna:

Em notavel discurso, esboçou então perniciosos damnos resultantes do desfalecimento do ensino publico, demonstrou o descuido imperdoável doa paes, deixando seus filhos imersos na ignorância, e terminou fazendo ver as vantagens a auferir com a instrucção da mocidade, e declarando facultar o seu apoio a todos aquelles que desejassem cumprir o importante dever da educação dos filhos ¹⁰⁹.

Ainda, em 1832, o mesmo autor continua a relatar em sua obra que os problemas com a educação se arrastavam na província, agravados em suas dificuldades pelos embates políticos já citados, ocasionando uma pequena oferta de vagas na capital, em apenas seis escolas primárias, porém, apenas duas em funcionamento efetivo, já que as demais não o faziam pela falta de professores.

Como vimos, as tensões políticas, a centralização dos poderes e a insatisfação social com descaso da Coroa para com os mais pobres, trouxeram consequências duras para a educação tanto quanto para os demais setores da sociedade. Diante desse quadro, as instituições para atender à infância desvalida não teriam como deixar de atravessar ao longo dos oitocentos uma sequência de crises institucionais, principalmente por falta de recursos. O Recolhimento das Educandas enfrentou problemas para se manter em funcionamento, mesmo contando com a subvenção do governo provincial e passou por períodos de instabilidade.

Em 1838 a Assembleia Legislativa provincial aprovou em lei orçamentária a verba de um conto de réis em favor do Recolhimento das Educandas. No ano seguinte os legisladores

¹⁰⁸ Cf. VIANNA, Arthur. Esboço Retrospectivo da Instrução Pública no Pará. Publicado, originalmente, na revista oficial de ensino em 03/05/1900. Reproduzido no livro editado pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), em 1987.

¹⁰⁹ Cf. VIANNA, op. cit.

definiram no orçamento verba de 1.501\$760 réis para as despesas, e, com a aprovação da lei nº42, de 14 de outubro de 1839, a província teria a obrigação de repassar para o estabelecimento a quantia anual de dois mil de réis. E, ao mesmo tempo, estabelecia em vinte e cinco o limite de atendimento de meninas.

Apesar dos incentivos financeiros, as condições do Asilo pouco melhoraram. Entre outros problemas, estavam os relacionados à organização da gestão, à infraestrutura e à ausência de regulamentação interna, situação esta reconhecida pelo presidente da província Dr. João Antônio de Miranda, que buscou meios para superá-la, inclusive tomando a iniciativa de dispor da contribuição de cinquenta mil réis do seu próprio dinheiro, que dava início a uma subscrição, que ao final arrecadou 1.758\$000 réis, a União contribuído com mais 238\$000 réis.

Em função do repasse desses recursos a situação do asilo melhorou bastante, o que permitiu o aluguel de uma nova casa simples, porém, confortável, e contando a partir daí, também, com serviços gratuitos de um médico e de um farmacêutico. Nesse período, ainda de acordo, com determinação da portaria de 30 de maio de 1840, o Recolhimento das Educandas contaria pela primeira vez com um Regulamento¹¹⁰ que introduziria, de forma bem clara, certa ordem ao funcionamento da instituição, estabelecendo normas para as questões administrativas e burocráticas; para aquelas referentes à rotina e ao currículo; e para questões de ordem moral e religiosa. O recolhimento define melhor com essa nova organização suas atribuições no atendimento de meninas desvalidas e de pensionistas¹¹¹.

3.1.1. O cotidiano na instituição após seu Regulamento

É nessa atmosfera pós-Cabanagem do início da década de 1840, que surge o primeiro regulamento que irá refletir o clima de controle e repressão estabelecido pelos poderes constituídos.

¹¹⁰ Cf. em anexo nº 1 o Regulamento do Recolhimento das Educandas, o texto original e completo.

¹¹¹ As *pensionistas* de que trata o relatório diz respeito às meninas que não são desvalidas, mas a que os pais resolveram colocar no Asilo, tendo a responsabilidade de pagamento. Porém, em outros relatórios mais a frente, o termo pensionista será utilizado para indicar as desvalidas subvencionadas pelo cofre provincial ou pela câmara provincial, e as meninas de famílias serão classificadas como *porcionistas*, porém, a expressão pensionista particular (para aquela subvencionada pela família ou tutor) continuará aparecendo em alguns relatórios. Outras definições de categorias de meninas surgiram nos relatórios, de modo, que as estaremos esclarecendo no decorrer do nosso trabalho.

As medidas¹¹² adotadas pelo regulamento foram: a) o recolhimento permanece tendo a figura de um administrador do espaço e uma regente; b) o principal fim do recolhimento é o sustento, a educação e instrução das órfãs e desvalidas; c) a formação incluirá a instrução primária, prendas domésticas e do lar (ensino de costura, bordado, renda) e outras similares; d) serão admitidas na instituição as desvalidas encaminhadas por despacho do Governo e as órfãs que estejam sobre tutela das Câmaras municipais, e também as filhas de família por solicitação dos pais ou parentes, que pagarão uma mensalidade e serão denominadas de “*pensionistas*”; e) o Governo é responsável pela definição da idade da desvalida para o ingresso na instituição, de modo que não ultrapasse os quatorze anos; f) a Câmara municipal deverá pagar oitenta mil réis anuais por cada desvalida sob sua responsabilidade e, no caso da “*pensionista*”, o responsável deverá dispor de cento e cinquenta mil réis anuais.

O regulamento que definia rotinas internas do asilo também passou por algumas mudanças, com o estabelecimento de normas bem rígidas. Questões relativas ao horário de acordar, definindo-o como sendo às cinco horas da manhã ao tocar do sino; horário para todas as refeições; para o descanso; o lazer; as atividades manuais; o estudo; as orações; a higiene; questões relativas à disciplina e ao bom comportamento; regras de silêncio; a proibição de circulação das educandas nos corredores e fora do quarto, em determinados horários; de utilização do uniforme diariamente; de proibição às educandas de escrever e receber cartas, ou enviar recados; de proibição da entrada de qualquer pessoa no recolhimento, inclusive a família ou parentes das educandas, exceto o médico e o capelão; o respeito que as educandas deveriam para com as suas superiores e pessoas mais velhas, não podendo falar palavras ofensivas e, quando fossem repreendidas, teriam de ficar em silêncio; são proibidas de falar mal da instituição; são proibidas de brigar entre si; os castigos serão legítimos, porém, nenhum deverá ser corporal e, em casos extremos, a educanda poderá ser expulsa da instituição por decisão do Presidente da Província.

E por último, o regulamento determinava que haveria um livro para os registros do Recolhimento com as seguintes seções: identificação dos benfeitores e dos benefícios concedidos para a instituição; anotações dos castigos aplicados às educandas; a Portaria do Governo em casos de expulsão; as visitas realizadas pelo presidente da província e seus acompanhantes, com a descrição dos elogios e críticas à instituição.

¹¹² Tais medidas regulamentadas foram apresentadas no *discurso* recitado pelo exmo. Sr. Doutor João Antonio de Miranda, presidente da província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 15 de agosto de 1840.

É importante refletir um pouco mais acerca do contexto de ideias e modelos estabelecidos na sociedade da província, no período em que foi aprovado este regulamento, no intuito de se compreender a origem do rigor da disciplina por ele instaurado. É que neste momento o modelo de família e a representação de “boa mulher” correspondiam àquela dedicada ao lar e ao marido, e a sua formação era voltada para ser obediente e compreensiva, de acordo com os preceitos morais da época.

O controle não se dava só no campo da moral, mas também em relação ao controle do seu próprio corpo e de suas vontades. As meninas eram sistematicamente vigiadas em todas as suas atitudes e manifestações.

Apesar de o regulamento ter sido elaborado com a intenção de prenunciar avanços, o problema crucial permaneceria, ou seja, o do prédio inadequado para atender o número crescente de meninas, aliado aos recursos insuficientes para mantê-lo.

A instituição em períodos posteriores continuará enfrentando problemas, com críticas presentes a ela repetindo-se nos relatórios provinciais. As falas dos presidentes de província acusam, constantemente, sua insatisfação, com a inadequação do prédio para atender às educandas, e a necessidade de mais e maiores espaços para as atividades, entre outros problemas. O discurso de 1844, do presidente da província Manoel Paranhos da Silva Velozo revela essa urgência em resolvê-los:

(...) he indispensavel huma caza mais espaçosa em que as Educandas tenham sua células separadas. E que não estejam agglomeradas em duas, ou trez pouco espaçosas, como ora succede, e outros lugares para as diferentes aulas, refeição, recreio, e trabalho como montar a machina de fiar e tecer que já está comprada, e para outros misteres.¹¹³

Os sucessivos prédios onde se instala o recolhimento padecem dos mesmos problemas de espaços dos anteriores, especialmente quanto à ventilação e às condições de higiene. A situação dos administradores para manter a ordem e o atendimento adequado da instituição não era uma tarefa fácil, já que a todo momento aumentava o número de solicitações de vagas para meninas no asilo. De modo que, essa necessidade do aumento de números de vagas para desvalidas era também vista como fundamental:

Representa o Administrador, que correndo muitas infelizes meninas desamparadas a baterem á porta daquella casa pedindo asilo, e protecção. É penozo o despedi-las, abandonando-as á sua miseravel sorte; e por isso pede, que o numero seja elevado a 80, embora a diária se redusa de 148 réis a 131. Eu também me commovo á vista da

¹¹³ RELATÓRIO, 1844, p. 32.

falta de meios de acudir a tantos entes desvalidos; mas a charidade bem entendida tem limites; e não é possível soccorrer a todas.¹¹⁴

Os relatórios também apresentavam em alguns momentos os progressos alcançados pela instituição. Nas visitas feitas pelos presidentes da província sempre eram observados esses avanços, apesar da permanência dos problemas. Isto pode ser constatado no relatório de 1842, que indica avanços na educação e no bom aproveitamento das educandas, avaliando que as aulas de primeiras letras possibilitavam o aprendizado da leitura, escrita e noções de aritmética, além do acesso ao aprendizado de música e piano, atividades de coser, bordar e engomar. Toda essa formação ofertada fazia com que aumentasse a procura pelo Asilo, porque era considerado um espaço privilegiado para meninas que não tinham nada, nem meios de conseguir um futuro melhor, seja com o trabalho ou como boa mãe e esposa para um pretendente.

As vantagens do asilo também eram descritas em alguns relatórios, mesmo para as meninas que não eram desvalidas. As famílias de posse também passavam a ver a instituição como um local que poderia proporcionar boa educação e formação cristã às suas filhas, havendo tão poucas opções de formação feminina na capital paraense:

Paes ou parentes, que as tem ali depositado não só por falta nesta Cidade de Estabelecimentos regulares, e comprehensivos de diversos ramos de ensino próprios das meninas como porque conhecem que ali se presta huma regular educação civil, moral e religioza, e se habituão ao trabalho, que não poucas vezes vem a ser de summa vantagem ás pessoas mesmo abastadas.¹¹⁵

Além da demanda por abrigo no asilo, outra questão evidenciada pelos administradores dizia respeito ao que fazer com aquelas desvalidas que atingiam a idade de vinte e um anos, não tinham família nem parentes, e nem haviam conseguido um marido. Sem dúvida era uma situação limite para os administradores, afinal a misericórdia, em alguns casos, falava mais alto. Porém, a permanência delas era considerada injusta em relação a outras necessitadas, ainda crianças, que também precisavam de abrigo:

Julgo a propósito ponderar-vos sobre a necessidade, que ha de pensardes nos meios de dar destino ás educandas, que hajão completado a sua educação, e desenvolvimento phisico. Não tem esta casa o caracter de convento de freiras, seqüestradas ao mundo; ella é unicamente destinada a educação e charidade, e não á vida religiosa. O tempo corre, e se hoje temos 84 jovens interessantes, capazes de virem a ser boas mães de familia, a não se lhes dar destino, teremos d'aqui a mais alguns annos igual números de senhoras reclusas, e alguns annos ainda mais, só

¹¹⁴ FALLA, 1848, p. 67.

¹¹⁵ DISCURSO, 1844, p. 32.

teremos mulheres idozas, vivendo insipidamente na clausura, e completamente inúteis, e o que é mais, servirão de embaraço a que se possa admittir outras infelizes necessitadas, que assim ficarão privadas de receber este beneficio da charidade provincial.¹¹⁶

Uma das saídas encontradas para essa questão foi o aumento do número de dotes fornecido pela Câmara provincial, porém, essa possível solução não se tornou uma medida eficiente, como veremos a seguir.

3.1.2. O dote

O dote foi uma das medidas regulamentadas para prevenir o futuro das meninas que tinham de sair ao completar 18 anos. Arranjar um marido e poder constituir uma família parecia ser o melhor caminho, pois a preocupação maior se encontrava na necessidade de arranjar alguém para ampará-las, e o casamento, dentro da concepção da época, representava a possibilidade de um futuro seguro. Além do dote elas tinham direito a um pequeno enxoval que consistia em roupas de cama, mesa e algumas peças de roupas.

Porém, mesmo com a oferta do dote, essas meninas nem sempre encontravam um pretendente. No relatório de 1840, mais uma vez vê-se registrada medida tomada para aumentar o número de dotes fornecidos pela Câmara Provincial, que passa de dois para cinco anuais, em média, com o valor também aumentado para 200\$000 réis. Mesmo assim, os administradores admitiam que isso não resolvia o problema, dado o ainda baixo valor do dote, o que dificultava a atração de possíveis pretendentes.

No já citado discurso de 1844, proferido pelo presidente da província Manoel Paranhos da Silva Vellozo, fica evidenciada essa preocupação:

Parece-me também de muita necessidade e vantagem que se consignem quantias para se dotarem modicamente aquellas Educandas que forem pedidas em casamento, pois que convenço-me que esses mesmos dotes parcos pode não servir de incitamento a algum individuo honesto; e trabalhador que com elle pretenda montar algum pequeno estabelecimento, tendo o Governo Provincial inspeção sobre esses cazamentos para os auctorizar ou não segundo o comportamento do pretendente.¹¹⁷

Desde a lei provincial nº 68 de 23 de setembro de 1840, ficara estabelecida a concessão de recursos provenientes da extração de loterias para auxiliar o pagamento de dotes, na

¹¹⁶ FALLA, 1848, p.68.

¹¹⁷ DISCURSO, 1844, p.35.

tentativa de encontrar meios para solucionar o problema da falta de verbas para esse fim. Todavia, essa loteria não chegou a ser implantada, porque, segundo Manoel Paranhos, a população não tinha o costume de utilizar tal tipo de jogo, como também as altas despesas que uma extração lotérica requeria.

De certo modo, tal situação era desanimadora para as meninas e para a instituição, além de acarretar custos maiores para a sua manutenção, onerando o cofre provincial das Câmaras municipais pelo longo período de investimento, considerado ainda sem retorno, para a sociedade e para a nação. Outra opção além do casamento era o trabalho em casa de família, porém, nem todas tinham tal “sorte”.

É importante considerar o papel exercido pelo Recolhimento das Educandas, que durante longo período foi a única Casa de acolhimento para meninas desvalidas no Pará, tendo conseguido permanecer em funcionamento por um considerável tempo, mesmo enfrentando problemas com os recursos minguados e com o pouco caso da Coroa. Além de ter de enfrentar as sérias crises políticas que sacudiram a província, e que acentuaram consideravelmente os problemas do asilo.

Quanto aos números, podemos avaliar pelos dados revelados pela tabela a seguir que cresceu a quantidade de meninas atendidas no período que vai de 1834 a 1849, especialmente daquelas cuja despesa era paga pelo cofre provincial:

TABELA 03 - Evolução da matrícula no Recolhimento das Educandas (1834-1849)

ANO	MENINAS DESVALIDAS		PENSIONISTAS PARTICULARES	DESV P/CASA	TOTAL
	CÂMARA PROVÍNCIA	COFRE: PROVINCIAL/ GERAL/ PÚBLICOS	PAGAMENTO: PAIS/ PARENTES		
1834	—	—	—	—	—
1839	03	15	03	—	21
1840	03	27	08	—	38
1841	12	47	07	—	66
1842	12	51	05	—	68
1844	12	67	14	—	93
1846	12	60	10	06	88
1848	12	60	13	12	97
1849	12	58	11	—	81

Fonte: Relatórios da província do Pará do século XIX.

De acordo com os dados levantados nos relatórios podemos observar que, além do crescimento do número de educandas atendidas, outros aspectos devem ser considerados na tabela. Só a partir de 1839 os relatórios registram a matrícula na instituição e, dado importante a se considerar, era a única instituição responsável na província pelo atendimento de meninas desvalidas. Mas o Recolhimento das Educandas já estava presente nos registros da província desde quando começa receber auxílio do governo central a partir de 1824.

Por outro lado, por quase quatro décadas desde sua criação, podemos considerar que o crescimento foi inexpressivo. Tal realidade encontra sentido na situação precária da província

do Pará, já comentada, várias vezes, a que se acrescia a ausência de uma legislação que tratasse da questão da infância desvalida e definisse a atribuição das câmaras para com os desvalidos. Neste último caso, o que havia como parâmetro era a lei de 1828, que dava margem à omissão de responsabilidade por parte dessa instância de poder, tão confuso era o seu texto. Contudo é importante levar em consideração as dificuldades financeiras enfrentadas pelas câmaras nos oitocentos.

O maior crescimento aparece após o conflito da Cabanagem, em especial no ano de 1844, quando atinge o número de 93 educandas, bem acima da capacidade da instituição, o que demonstra que a procura por uma vaga estava acima da oferta, já que atendia meninas de outras comarcas, além das cidade de Belém.

Outro dado que merece atenção é o aparecimento em 1846 da categoria de meninas desvalidas subsidiadas pela casa, ou seja, aquelas que passavam da idade de permanência na instituição e acabavam sendo sustentadas com recursos das vendas dos trabalhos manuais confeccionados por elas. O aparecimento dessa categoria só a partir da década de 1840 nos relatórios representa uma lacuna de informação e falta de coerência em relação a outros documentos analisados, pois a grande maioria destes registrava o problema de permanência de moças acima da idade permitida no estabelecimento. De tal forma, que colocamos em dúvida a confiabilidade dos dados revelados pelos relatórios.

No período compreendido entre 1848 e 1849, segundo os documentos analisados, saíram da instituição 22 meninas, em virtude de casamento ou por terem atingido a idade limite, e foram matriculadas seis novas, o que justifica a redução do número de educandas naquele último ano. Em todo caso, o total de educandas permanece, como sempre, acima do limite de meninas estipulado para a instituição no período.

3.2. O Colégio do Amparo

Com a promulgação da Lei nº 205, de 2 de novembro de 1851, o então presidente Fausto Augusto Aguiar repassa ao governo da província toda a responsabilidade da manutenção do Asilo, de modo que, o Recolhimento das Educandas, passa a ser instituído, oficialmente, como colégio de Nossa Senhora do Amparo, com a devida regulamentação:

Seu fim seria recolher e educar as meninas desvalidas, as expostas a cargo da câmara municipal de Belém, e as pensionistas; o presidente da província seria o protetor do colégio, com a suprema inspeção, direção e fiscalização do mesmo, o pessoal constaria de um administrador, um fiel, dois professores e professoras precisos, de um capelão e um médico; o administrador deveria ser uma pessoa honesta e de probidade, maior de 35 anos de idade, prestando-se a exercer o cargo gratuitamente, em serviço de Deus e de Nossa Senhora do Amparo.¹¹⁸

Algumas mudanças foram introduzidas no regulamento do colégio, como o estabelecimento de atendimento para 60 meninas desvalidas, com a necessidade de aumentar este número “logo que o colégio tivesse a renda ordinária fixa, que fosse suficiente para cobrir todas as despesas; e a determinação de que as aspirantes à admissão não deviam ser menores de sete anos ou maiores de doze”.

Outra determinação definida pelo regulamento do colégio dispunha sobre “o modo de casar e dotar as educandas”, de modo que a noiva teria o direito a um enxoval, no valor trezentos mil réis, além do dote de quinhentos mil réis. E quanto à formação educacional oferecida na instituição:

O ensino ficava dividido em três graus: no primeiro haveria doutrina cristã, deveres morais e religiosos, leitura, escrita, aritmética até frações; no segundo, exercícios de agulha de todo o gênero e de todos os outros misteres próprios do sexo feminino; no terceiro, artes de recreio, como canto, piano, dança e desenho.¹¹⁹

A organização do ensino implementada foi considerada um avanço em relação à forma até então adotada, já que buscava atender algumas demandas da época quanto aos valores para uma boa educação de meninas, e também porque, as medidas anteriormente preconizadas pela antiga portaria de 1840 pouco interferiram na solução dos problemas do colégio, ao mesmo tempo em que, a cada ano, crescia o número de meninas desvalidas.

Mas o espaço continuava insuficiente para atender a demanda, como também não havia manutenção através de reformas e a insuficiência de recursos disponíveis para o colégio afetava seriamente a qualidade do atendimento oferecido. Apesar dos apelos dos administradores do colégio aos presidentes da Assembleia provincial, poucos resultados eram obtidos. E, ao lado da falta de pessoal administrativo, a questão do espaço era recorrente nos relatórios dos presidentes da província que relatavam a necessidade urgente de se ter um prédio próprio para instalar o colégio, que pudesse evitar a rotatividade do aluguel de casas

¹¹⁸ VIANNA, Arthur, 1906, p. 8.

¹¹⁹ Ibid., p.8.

inadequadas para o seu funcionamento. É o que se pode verificar das palavras do presidente Sebastião Barros, em 1854:

O edificio, em que se acha este collegio, é sobremaneira acanhado e convem, ainda mesmo a custa de algum sacrificio, tratar-se da aquisição de outro, que tenha as accomodações necessárias para admittir maior numero de meninas; muitas vezes me tenho visto obrigado a desattender, por falta dellas, a pedidos de pais de famílias, que ahi pretendião fazer educar suas filhas.¹²⁰

Depois de longo período de ausência de determinações legais que viessem a contribuir para a manutenção do colégio, o presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque, através da portaria de 31 de julho de 1862, determinou que fossem tomadas algumas providências:

As modificações não foram profundas; conservou-se a mesma organização, criando-se apenas uma – comissão protetora do colégio Nossa Senhora do Amparo – deveria ser composta de senhoras, escolhidas pelo presidente da província, a quem competia velar sobre a manutenção, conservação e prosperidade do colégio; promover o adiantamento das educandas e seu futuro destino; ter a seu cargo o vestuário das educandas e as despesas respectivas, recebendo da administração uma consignação para esse fim; adquirir a matéria prima necessária para os trabalhos das educandas; promover a venda destes e arrematação de seu produto; agenciar subscrições e colher esmolas e dons a benefício do colégio; dar conta ao presidente de tudo o que encontrassem de nocivo ou de irregular na direção e economia do colégio.¹²¹

O governo tinha intenção com a portaria de buscar encontrar meios de prover recursos para o colégio, através da organização de uma sociedade beneficente a partir da comissão de senhoras, e extinguir a categoria de meninas pensionistas, medidas que, afinal, pouco contribuíram para sua melhoria. A situação cada vez mais se agravava, e “o governo teimava em contar com as fontes de renda do colégio”, mas os mesmos problemas se arrastavam, como a rotatividade de casas alugadas inadequadas, falta de pessoal administrativo, entre outros.

A questão principal apontada nos relatórios pelos presidentes da província continuava a ser a urgência de um prédio próprio para instalar o colégio. Medida nesse sentido só foi tomada em 1865 pelo governador Dr. José Vieira Magalhães, que “resolveu adquirir por compra um grande prédio, ainda por concluir, na rua Santo Antonio, canto da travessa do

¹²⁰ FALLA, 1854, p. 14.

¹²¹ VIANNA, Arthur, 1906, p 8.

mesmo nome, pertencente ao barão de Jaguaray”. Porém, o colégio só passou a funcionar no novo prédio¹²² a partir de 1867, depois que o mesmo passou por uma reforma.

Novas medidas foram tomadas, autorizadas pela Lei nº 571, de 13 outubro de 1868, através da qual “aboliu-se a comissão das senhoras, elevou-se o número de educandas a 150, aumentou-se a importância do enxoval para 500\$000 réis e o dote para 1000\$000 réis”. No entanto, uma nova portaria de 1869 revoga tais medidas, inclusive restabelecendo a comissão de senhoras, bem como a categoria de meninas pensionistas particulares que, apesar de sua prescrição em portaria anterior, nunca deixou de ser acolhida na instituição.

Sem dúvida, outro dos grandes problemas que acompanhou por décadas o colégio Nossa Senhora do Amparo, foi o do que fazer com as educandas que atingiam 18 anos de idade, tendo em vista que o regulamento indicava ser esta a idade limite para permanecer no espaço. Não era uma solução fácil para a administração do colégio, tendo em vista que as mesmas não tinham parentes ou conhecidos que lhes pudessem acolher, como também a maioria não conseguia contrair matrimônio, mesmo com a oferta de dote oferecida aos futuros maridos, como foi já devidamente comentado anteriormente quando tratamos do Recolhimento das Educandas.

Da mesma forma, isso só contribuía para o aumento significativo de educandas que permaneciam no colégio após a idade limite. Outro fato frequentemente ocorria era a matrícula de meninas que não poderiam ser enquadradas como necessitadas, uma vez que “o colégio tinha por fim proteger as meninas órfãs, pobres e desvalidas”, o que não era o caso. Tal prerrogativa, desse modo, era burlada pelos próprios presidentes da província, quando, em função de apoio de partidários, encaminhavam meninas para ser matriculadas no colégio, sem estar dentro do principal objetivo do espaço, que era atender meninas, de fato, necessitadas.

3.2.1. O colégio: em busca de soluções

O período da década de 1860 em diante vai ser marcado por novas e acentuadas crises do colégio do Amparo, e aquilo que parecia ser promessa de real organização e disciplina vai se desfazendo diante de tantos entraves. Algumas situações se tornaram evidentes, inviabilizando bons resultados para as educandas, seja no campo da formação educacional, seja na formação para o trabalho.

¹²² Duas placas de mármore foram colocadas na porta principal do prédio, uma dizia: “Dedicado às órfãs dos paraenses” e a outra dizia “Presidência do Dr. J. V. Couto de Magalhães (1866)”.

Alguns entraves foram denunciados no relatório de 1863 do presidente da província Francisco Carlos de Araujo Brusque:

O edificio, em que se acha estabelecido o collegio precisa ser já concertado; entretanto que, não há muitos annos, foi completamente restaurado (...). O collegio não tem os moveis necessários; e a pobre orphã desvalida carrega ainda o peso do estrago, que soffreo por ocasião do incêndio que ali ateou-se, devorando grande parte do vestuário que possuem (...). O regimen interno d'aquelle estabelecimento está em melhores condições, mas longe de ser ainda o que convém á educação das orphãs desvalidas (...). N'aquelle estabelecimento convém desenvolver ainda o amor ao trabalho, e a economia domestica (...). Vi que as aulas, quer as duas de primeiras letras, quer de prendas domesticas, proprias do sexo, estão desprovidas dos utensilios indispensáveis, sem os quaes não é possível que ellas funcionem regularmente (...). Como eraõ horas de refeitório, quiz tambem obeservar se o alimento acompanhava o vestuário, e reconheci que se mal vestidas estavaõ as meninas, peor ainda se achavaõ a respeito de comida (...). A' vista deste estado que imperfeitamente tenho descripto, não admirará que eu diga que as collegiaes do Amparo, no geral, estão atrasadas nos differentes ramos de instrucção a que se applicaõ.¹²³

Esses relatos são reforçados nos relatórios do administrador Francisco Costa, e pelos da professora de primeiras letras M^a da Conceição Lemos e da regente interina Ana M^a Serzedello Faria, profissionais da instituição. Além de questões citadas no relatório do presidente, outros problemas existiam, como por exemplo, o número de educandas doentes, sendo predominante a febre intermitente, a inflamação de garganta e dos olhos. Uma das possíveis causas apontadas estava na péssima qualidade da água do poço, utilizada para banho, ingestão e preparo de alimentos. E, pelo que se depreende dos relatórios nas décadas subsequentes, estes não cessaram de registrar a insatisfação com o funcionamento do colégio como um todo.

Em relatório de 01 de julho 1873, o presidente Cunha Júnior revela ainda outra preocupação com o funcionamento do colégio, agora quanto à pertinência da educação ali ministrada para meninas desvalidas:

Cumpre-me dizer-vos que a educação que se dá no colégio de N. S. Amparo não está em relação à condição das meninas desvalidas. Parece-me que naquela casa aprende-se mais a ser dama de salão do que dona de casa.

A música, o piano, o canto, a língua francesa são matérias que julgo de pouca conveniência para o ensino de meninas desvalidas, que saindo do colégio por qualquer dos meios apontados pelo regulamento, não podem fazer uso de taes matérias.

E realmente é para admirar que ao passo que se manda dar às meninas desvalidas tão luxuosa educação, declara-se que elas, atingindo a idade de 18 anos, podem ser contratadas para criadas servir em casa de família.

¹²³ RPPA, 1863, p.16, 17 e 83.

Naquele estabelecimento, onde há 146 moças que se podem ocupar nos trabalhos de costura, pontos de marca, bordados, etc. que custam aqui muito caro e com o que podem dar não pequena receita para o custeio do mesmo estabelecimento, quase nada fazem.

Talvez vos cause admiração o dizer-vos que a receita do colégio, foi 237\$960 réis e no corrente ano, de janeiro a maio, 71\$440 réis¹²⁴

O relatório do presidente Cunha Júnior trouxe severas consequências para o funcionamento do colégio, como a criação pela câmara da Lei nº 777, de agosto de 1873, e com uma nova reforma que entra em vigor com a portaria de 27 de novembro de 1873. Entre as medidas que esses instrumentos legais preconizavam, estavam aquelas que buscavam racionalizar os custos e controlar a administração do colégio. Algumas se destacam:

Na parte administrativa, a reforma conservou para presidência da província a suprema inspeção, direção e fiscalização do colégio, com alçada para nomear, suspender e demitir empregados, e retirar as educandas.

Criou a mesa administrativa, composta de provedor, de um secretário, um tesoureiro e do capelão do colégio. Cumpria-lhe organizar o orçamento da receita e despesa do colégio para todo ano, e submetê-lo à aprovação do presidente da província administrar todos bens, legados ou esmolas feitas às educandas, dando-lhes destino útil; autorizar e fiscalizar o emprego das quantias aplicadas ao colégio; celebrar os contratos dos bens imóveis pertencentes ao colégio, sujeitando-os, porém, à aprovação do presidente da província; autorizar os consertos e reparos de que carecessem os prédios de propriedade do colégio; prestar contas da receita e despesa do colégio ao tesouro provincial nas épocas e pelo modo que se achassem determinado na legislação fiscal em vigor.¹²⁵

Essas medidas tinham, portanto, como meta estabelecer um acompanhamento mais sistemático das atividades desenvolvidas naquele espaço. Outro aspecto enfocado com ênfase pela reforma era a ideia de tornar a educação ministrada voltada para o trabalho, conforme os apelos do presidente Cunha Júnior que achava que o ensino de prendas domésticas deveria ser priorizado. Mais uma vez se insistia no ponto de solucionar o destino da moças que completavam 18 anos, com a recomendação de que deveriam ser entregues às suas famílias, tentar conseguir-lhes um casamento, ou encaminhá-las para trabalhar em casas de família, entre as principais alternativas apontadas.

É interessante comparar o teor dos relatórios dos vários presidentes da província e como o conteúdo de cada um é evidenciado. Ao contrapormos o relatório de Francisco Brusque de 1863 ao de Cunha Jr. de 1873, verificamos que, enquanto o primeiro ressalta o péssimo estado que se encontrava o colégio e as educandas, o segundo dá ênfase à crítica do ensino e às

¹²⁴ RELATÓRIO, 1873, p. 26-27.

¹²⁵ VIANNA, op. cit. 13.

regalias que via na formação de “dama de salão” destinada às desvalidas, além de destacar a necessidade minimizar os custos com a instituição.

Faz-se necessário considerar para melhor entendimento de seus posicionamentos nesses relatórios, as posições ocupadas por seus respectivos presidentes. Francisco Brusque foi um político brasileiro de longa trajetória, deputado provincial no Rio Grande do sul, presidente da província de Santa Catarina e também da província do Pará, entre 1861 a 1863, filiado ao Partido Liberal, defendia a autonomia das províncias e as ideias nacionalistas. Pela análise de seus relatórios aparentava ter grande preocupação com as questões educacionais.

Já Cunha Júnior passou um período bem curto como presidente da província do Pará, entre 18 de abril e 31 de dezembro de 1873, e revela o desconhecimento e a falta de envolvimento mais profundo com as questões e problemas da província. A sua avaliação quanto à situação do colégio do Amparo demonstra o pouco que sabia da trajetória da instituição e das dificuldades enfrentadas por ela. Além do que, manifesta uma concepção preconceituosa e discriminatória em relação às desvalidas, quando indica que o currículo da instituição está adequado a formar “dama de salão”, e não uma mulher para o trabalho, em especial o doméstico.

Alguns relatórios de outros presidentes da província denotam que eles compartilhavam das ideias de Cunha Jr, como a defendida por Henrique Beaurepaire Rohau, presidente da província em 1856. A concepção que se tinha de menina desvalida para muitos políticos e grande parcela da sociedade levava-os a admitir que a educação delas deveria estar voltada para o trabalho doméstico, o que facilitaria, segundo Rohau atrair maridos de baixa renda e mais simples, condizentes com a condição dessas meninas.

Por outro lado, analisando os dados de meninas que tinham acesso às aulas de música e piano, por exemplo, de modo geral verificamos que em sua maioria eram pensionistas particulares, sendo o acesso das desvalidas em número muito pequeno. No relatório de 1861, por exemplo, das 103 meninas matriculadas, apenas 15 tinham acesso à aula de música e piano. Enfim, diante dos dados, entendemos que havia exagero nas críticas de alguns presidentes, talvez com a preocupação de diminuir os gastos com a instituição, além do preconceito.

Outro aspecto a ser considerado é o da tentativa de definir um currículo de caráter dualístico, um mais elitizado com a intenção de formar “dama de salão” destinado às pensionistas particulares, e outro mais restrito para as meninas desvalidas. Tais posições, que são expressas nos relatórios, iam além das questões pedagógicas, e, revelavam o caráter da concepção social sobre as meninas desvalidas, deixando transparecer o que se pensava delas,

como também, quais as perspectivas apresentadas para o seu futuro. É o que se pode ver no relatório de Frederico Rhossard, de 1862, cuja citação, apesar de um pouco mais longa, será de grane valia para corroborar o que vimos afirmando em nossa análise:

Este estabelecimento continua em sua missão humanitária sob uma prudente e zelosa administração.

Desvirtuado o primitivo pensamento de sua criação pela admissão de alumnas, que pertencem á ordem mais elevada de nossa sociedade, e sob o mesmo tecto são educadas promiscuamente com a orphã desvalida, este estabelecimento não foi mais o modesto azilo concebido por seo piedoso instituidor, mas a escola, onde a juventude bebe na taça commum de uma mesma educação, os mesmos costumes, ou mesmos gozos, as mesmas idéas, os mesmos sentimentos e as mesmas aspirações, que mais tarde produzem oppostos resultados.

N'essa igualdade de condição, onde a natureza foi forçada, encontrou sempre o moralista o gérmen, que acarreta mais tarde á pobre orpha dolorosas provações.

Findo o termo da educação de ambos estes typos diversos, a porcionista volta ao seio da família, onde no regaço das caricias paternaes encontra largo espaço a todas as aspirações, que em sua alma inoculou a educação da escola.

E a pobre orphã desvalida? Sem nome, sem família, sem afagos da maternidade, Ella penetra solitária na sociedade, que lhe acena com a mesma igualdade, do collegio, por meio de um casamento, moldado antes pelas proporções do berço, do que igual ás virtudes de sua alma.

Então o que resta a esperar? Aspirações, que não podem ser sustentadas, pretenções, que não são satisfeitas, a privação, o desgosto e afinal a desesperação sempre funesta no espírito da mulher, porque o mundo real não é a sociedade artificial, onde educarão.

E quantas vezes a orphã desvalida nestas circumstancias não vem a ser mais uma mai, que se perdeu, e seus filhos outras tantas creaturas infelizes?

Redusido aquelle pio estabelecimento ás justas condições de uma educação apropriada á orfandade desvalida, sem homogeneidade de um mesmo systema para entidades, que desde o berço trazem destinos diversos, o futuro da órfã é mais seguro, e a filha do rico nada perde; porque hoje não lhe faltão meios nesta cidade mesmo, para dar-lhe a educação, que melhor lhe parecer.¹²⁶

Enfim, o que restava para as desvalidas nessa perspectiva era caridade da sociedade e a misericórdia pela sua condição de vida, posição reafirmada pelo presidente da província Pedro Vellozo, em 9 de abril de 1867:

Já tive occasião de formular a minha opinião acerca da instituição, quando dei as razões pelas quaes recuzei sancionar um projecto de lei provincial, que para o collegio creava certas cadeiras: no meu conceito, um asylo de infancia desvalida degenerará de seu fim e natureza sempre que for convertido em casa de educação, onde se acolhão meninas que, por sua fortuna e posição social, vão receber a educação a que não póde aspirar o desvalido.

Para mim é princípio inconcusso que o grão de educação deve ser accommodado á classe social de cada um; na instrucção e educação da menina não se póde perder de vista o seu destino na sociedade, segundo a classe á que pertence.

¹²⁶ RELATÓRIO, 1862, p. 75-76.

Partindo destes princípios, se tivesse de empreender alguma reforma no collegio de N. S. do Amparo, seria no sentido de reduzi-lo ao fim de sua criação-instituição de caridade, e como tal dirigido e administrado.¹²⁷

Voltando à trajetória histórica do colégio, a partir da portaria de 9 de junho de 1874, novas mudanças foram introduzidas, como a criação do curso normal, dando a possibilidade de ingresso para as moças na carreira do magistério, o que resultou, mais tarde, na nomeação de algumas para escolas públicas da província. Com isso, por um curto período, o colégio parece ter conseguido manter em equilíbrio suas contas.

Um novo regulamento, implantado em 1879, pelo presidente Dr. José Coelho da Gama e Abreu, alterou alguns pontos do regulamento de Cunha Júnior “elevando para 200 o número das educandas, autorizando a admissão de educandas contribuintes¹²⁸, medida que tão maus resultados deram anteriormente, e criando o lugar de vice-provedor”. Tais resoluções só vieram desestruturar o pouco que se havia conseguido organizar, resultando no retorno aos problemas já vivenciados nas décadas anteriores. O que se observa é que a instabilidade gerada na instituição sempre vinha acompanhada da falta de recursos e concomitante com o aumento do número de educandas.

Como a demanda por vagas aumentasse a cada ano, excedendo a capacidade de atendimento, buscou-se nos anos seguintes ampliar o prédio com uma construção que acabou sendo suspensa por falta de planejamento e previsão de gastos. A situação foi se agravando e quando o colégio já contava com 200 educandas no total, entre desvalidas e pensionistas, a situação tornou-se tão crítica que, em 1890, o relatório do Sr. José Veríssimo¹²⁹, diretor geral da instrução pública, apresentava em tom crítico sua rigorosa avaliação do estado de funcionamento do colégio. Escrevia Veríssimo em documento endereçado ao governador do Estado, Dr. Justo Chermont:

Podia ser uma instituição, de que o Pará houvesse de orgulha-se, e se eu fosse dos que se contentam com o nome e não indagam até que ponto as instituições servem ao seu destino, não hesitaria em dizer que não sei se há no Brasil, ao menos nos Estados, uma semelhante: um estabelecimento que gratuitamente asila, instrui e educa, dotando mesmo algumas, mais de duzentas órfãs indigentes.

É sem dúvida belo e glorioso para nós. Mas quão longe está a aparência da realidade!

¹²⁷ RELATÓRIO, 1867, p. 15-16.

¹²⁸ O período entre o ano de 1877 e 1879, o colégio havia deixado de atender pensionistas particulares. Retomando a partir de 1879, no governo de Gama Abreu.

¹²⁹ José Veríssimo Dias de Matos nasceu em Óbidos no Pará, em 8 de abril de 1857. Foi um brilhante jornalista, estudioso da literatura brasileira, educador com ideias avançadas para época. Imortal e principal idealizador da Academia de Letras. Morreu no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1916, RJ 2 dez 1916.

Realmente o Colégio do Amparo asila – e ainda mal mais de duzentas órfãs desvalidas, não as instrui nem sobretudo as educa. Não seria exagero dizer que em rigor limita-se a hospedá-las.

Nem podia ser de outro modo, dada a organização desse estabelecimento.

Basta dizer que os cuidados, a direção e a administração interna, a educação moral e doméstica de 200 educandas, a vigilância delas e das mestras, a fiscalização de todos os serviços incumbem exclusivamente a uma única pessoa, uma diretora com o nome de Regente.

E o que mais, com tal soma de encargos e de responsabilidade, são nenhuma as atribuições dessa Regente, pois que todas que em boa lógica lhe deviam caber, pertencem a um funcionário que, com o nome de Provedor, serve graciosamente, o qual, em geral, não tem o vagar, quando não a competência precisa, para dessas funções desempenhar-se.

Isso basta, repito, para que a parte educativa, a principal e essencial desta instituição, seja inteiramente sacrificada.

As oito professoras e três adjuntas quase limitam-se, pelo mesmo Regulamento que as rege, aos encargos de suas aulas e de nenhum auxílio à regente, com a qual aliás deviam colaborar ativa e eficazmente na educação propriamente dita das educandas.¹³⁰

Em outra parte do relatório, José Veríssimo aponta, em tom de denúncia, as péssimas condições de higiene e salubridade para abrigar um número tão extenso de educandas:

Nesse vasto edifício do Colégio do Amparo, aliás pequeno para o número de educandas que tem dormitórios de dia, as janelas e portas abertas abafavam, os refeitórios embora varridos e lavados, tresandavam um fátum nauseabundo de comidas fermentadas, as latrinas confinadas em um quarto escuro, infecto, lóbrego, onde não entrava uma réstea de luz nem um bafejo de ar, eram uns caixões furados, sem esgoto, nem sifões; a cozinha, confiada à direção de uma negra boçal, suja, auxiliada por um grupo de educandas que certo, nesse contacto só teriam a perder, era também, como a latrina adrede à qual ficava infecta e repulsiva, e o preparo da comida feito em um velho fogão desmantelado, do tamanho dos que usamos em nossas casas de família, banheiros, não existiam, de sorte que, neste clima em que as ablusões gerais são uma necessidade imperiosa, essas pobres educandas passavam dias e dias, quem sabe se meses, sem tomar banho.¹³¹

Em outro trecho do relatório, José Veríssimo propõe a única saída para sanear os problemas enfrentados pelo colégio:

Compreenderíamos talvez, então, que encerrar aí duzentas meninas, sem espaço, é, a pretexto de beneficência e caridade, um crime; é conscientemente debilitá-las, encerrá-las, anemicá-las e longe de educarmos e prepararmos para as durezas da vida doméstica que naturalmente esperam as raparigas pobres, desvalidas, sem família alguma, para os trabalhos do lar operário, do artesão, do jornaleiro, do modesto funcionário, mulheres sãs, vigorosas e robustas, entregamo-las à sociedade enfezadas, estioladas, histéricas, inúteis.

¹³⁰ VERÍSSIMO apud VIANNA, 1906, p.17.

¹³¹ Ibid.

E esta é, com efeito, e sem contestação possível a verdade, que as estatísticas demonstrariam se houvéssomos estatísticas, mas que está na consciência pública, e que só a apatia, a indiferença, a acedia do nosso caráter, tem deixado que continue, e que continuará se um homem de coração e de boa vontade, se não resolver a romper com a rotina, a afrontar meia dúzia de opiniões interessadas neste estado de coisas, e a remover dali o Colégio do Amparo, pondo-o fora da cidade, em local apropriado e casa expressamente para esse fim.¹³²

A partir da recepção desse relatório, o governo tomou medidas cabíveis para alterar tal situação descrita, de modo que o governador Justo Chermont nomeou uma comissão para estudar as condições do estabelecimento e propor reforma. Em 1891 José Veríssimo, mesmo não permanecendo no governo, teve algumas de suas ideias utilizadas na reforma promulgada. Porém, só em 1893, a concepção central de Veríssimo é viabilizada, ou melhor, são atendidos os apelos já antes feitos por tantos administradores do colégio e de religiosos, que clamavam por um espaço amplo e adequado para atender um número bem mais significativo de educandas, com qualidade.

Tal ideia começa a ser transformada em realidade através da medida tomada pelo congresso legislativo de votar a Lei nº 86 de 25 de fevereiro daquele ano de 1893, autorizando “o governador a mandar levantar as edificações necessárias para o colégio, escolhendo para isso o melhor local, de maneira a preencher todas as condições higiênicas dos internatos e a comportar até trezentas alunas, distribuídas proporcionalmente pelos municípios, afora o corpo docente e dirigente”.

É dessa forma que se inicia em 1897 uma nova fase para o antigo colégio de Nossa Senhora do Amparo. Ao assumir o governo o Dr. José Paes de Carvalho, em 1897, decretou a mudança do nome que, a partir daquela data, passou a se chamar Instituto Gentil Bittencourt¹³³. O prédio foi elogiado e comparado na época pela sociedade como um palácio, sobretudo pela sua grandiosidade, mas também por suas condições higiênicas tão criticadas no passado por Veríssimo.

3.2.2. O colégio: novas avaliações sobre os pequenos avanços

O legado do Colégio do Amparo de quase meia década de existência ainda merece mais algumas reflexões. Sendo a única instituição para atender meninas desvalidas na

¹³² Ibid, p. 19.

¹³³ O Instituto Gentil Bittencourt só teve o seu edifício inaugurado, solenemente, em 20 de junho de 1906. E as educandas pobres a partir de 1958 foram transferidas através do of. 420 para o Orfanato Antônio Lemos. A partir de 1972 o colégio deixa de atender só moças e passa atender também a meninos.

província do Pará até 1871, ao longo de sua história enfrentou vários problemas para se manter, atendendo meninas desvalidas da capital e das demais comarcas, com fluxo de demanda acima de sua capacidade. Interessante se registrar que inúmeros relatórios acusavam a inclusão de pensionistas particulares, gerando polêmica e discussões em torno do atendimento.

Também ao longo do tempo as subvenções variaram quanto às fontes. Da mesma forma o número de educandas cresceu, apenas com pequenas oscilações periódicas. Outras categorias de meninas, tais como “encostadas” e “agregadas” surgem acarretando problemas de ingresso para meninas desvalidas, por falta de vagas.

As duas tabelas, nas páginas a seguir foram organizadas, a partir dos números retirados dos relatórios dos governos provinciais do Pará, para dar maior visibilidade e compreensão das mudanças ocorridas. A primeira delimitada pelo ano de 1852 vai até 1868, e a segunda, a partir do ano de 1873 até 1897.

TABELA 04 - O número de educandas atendidas no Colégio do Amparo (1852 a 1868)

ANO	MENINAS DESVALIDAS		PENSIONISTAS PARTICULARES	DESV. P/CASA	TOTAL
	CÂMARA PROVÍNCIA	COFRE PROVINCIAL/ GERAL/ PÚBLICOS	PAGAMENTO: PAIS/ PARENTES		
1852	—	59	26	—	85
1853	10	55	21	—	86
1855	06	55	34	—	95
1861	01	73	29	—	103
1862	01	71	28	—	100
1863	01	64	04	—	69
1866	07**	94	30	03*	134
1867 ¹	20**	95	30 + 3***	07*	155
1867 ²	8** + 8***	93	23	—	132
1868	01**	120	21 + 7***	—	149

Fonte: Relatórios da província do Pará do século XIX.

* - Meninas “encostadas” são aquelas que passaram da idade de permanência na instituição, e também aquelas que estão esperando por uma vaga.

** - Meninas “agregadas” são aquelas subsidiadas pelo governo provincial, porém a roupa delas é mantida pela família.

*** - Meninas “meio porcionistas” são subsidiadas pela câmara e a outra parte pela família.

Algumas considerações sobre a tabela 4 são necessárias. A partir da regulamentação do colégio do Amparo, procura-se enfatizar o atendimento para meninas desvalidas e gradativamente se aumenta o número de vagas na instituição. Com a Resolução nº 231 de 1853 é ampliado para 70 o número de desvalidas, destinando-se 40 vagas para capital e 30 para outras comarcas da província. E, a partir de 1868, nova regulamentação eleva para 150 o número de educandas admitidas.

A oscilação é bastante acentuada nos subsídios da câmara durante o período, e isso se justifica tendo em vista as novas determinações legais que passaram ao cofre provincial a atribuição de manutenção das desvalidas. Quanto ao atendimento a pensionistas particulares, este se mantém praticamente constante por todo o período, não ultrapassando o número de vagas disponíveis.

Outras categorias de meninas desvalidas surgem, como, “encostadas”, “agregadas” e “meio porcionistas”. Analisando os relatórios e os discursos dos presidentes da província no período sobre a situação do colégio do Amparo, pode-se compreender que essas outras categorias foram criadas para atender em parte às demandas crescentes por vaga na instituição, ou seja, foram mecanismos utilizados como solução provisória para o problema constante da falta de vagas.

O número reduzido de educandas matriculadas no colégio em 1863 representa uma situação atípica na instituição. É que, no final de 1862, o relatório da província apontava o fato do colégio ter 65% de educandas já moças, algumas já tendo atingido a idade limite de permanência. Com isso no ano posterior houve uma redução em grande escala, com a saída dessas moças da instituição.

O atendimento de desvalidas subsidiadas pela casa sempre esteve em número reduzido, pois tal subsídio acabava sendo inviável, uma vez que os recursos provenientes dos trabalhos manuais produzidos pelas educandas eram pequenos.

TABELA 05 - O número de educandas atendidas no Colégio do Amparo (1873 a 1897)

ANO	MENINAS DESVALIDAS		PENSIONISTAS PARTICULARES	DESV. P/CASA	TOTAL
	CÂMARA PROVÍNCIA	COFRE: PROVINCIAL/ GERAL/ PÚBLICOS	PAGAMENTO: PAIS/ PARENTES		
1873	66	151	17	—	234
1877	NC	NC	NC	—	154
1879	NC	NC	NC	—	200
1881	NC	200	04	20*	224
1883	NC	220	13	—	233
1884	NC	220	15	—	235
1889	NC	NC	NC	—	220
1897	NC	NC	NC	—	172

Fonte: Relatórios da província do Pará do século XIX.

NC – Não consta.

* - Meninas “encostadas”.

Em relação aos dados da tabela 5, há lacunas de informações para todas as categorias de educandas, em vários anos do período, por isso observa-se que os relatórios se preocupam em apresentar dados gerais, totalizados. Algumas possíveis justificativas para a ausência de dados mais específicos poderão ser encontradas no fato de que, a partir da década de 1870, gradualmente todas as desvalidas deveriam ser subsidiadas pelo cofre provincial, ou seja, aquelas que eram subsidiadas pela câmara seriam substituídas, quando de sua saída da instituição, pelo ingresso de meninas desvalidas agora subsidiadas exclusivamente pelo cofre provincial.

A tabela revela também uma proporção pequena de educandas atendidas na categoria de particulares. Isto porque num período breve, entre 1877 e 1879, a instituição deixou de atender a essas pensionistas particulares, como já falamos anteriormente, voltando a atendê-las no governo de Gama Abreu, no último ano do período citado. Outra explicação para o número menor de pensionistas atendidas pode ser encontrada no aumento de escolas públicas, e, em especial, no surgimento de escolas femininas particulares religiosas no Pará. E por último, havia a regulamentação que limitava o número de educandas pensionistas. Porém, é mister destacar que o colégio continuava a atender pensionistas particulares, embora não constasse nos relatórios.

De todo modo, em relação ao total geral do atendimento pelo Colégio do Amparo, verifica-se que há um crescimento expressivo se comparado aos anos do período anterior (tabela 5), e ao que parece devido a vários fatores como: a) o crescimento da população; b) problemas do contexto social e seus desdobramentos para classe pobre; c) aumento de imigrantes nordestinos a partir de 1877 fugindo da seca nordestina, vindo para trabalhar nos seringais paraenses, trazendo suas famílias; d) a abolição da escravidão em 1888, ocasionando o crescimento de meninas negras, pardas e mestiças sem lar e acolhimento, entre outros.

Quanto ao problema da permanência das meninas além da idade limite na instituição, como já falamos, o regulamento de 1873 era bem claro quanto às formas de saída da instituição. No seu artigo 87, ficava definido que as educandas, ao completarem a idade de 18 anos, deveriam deixar o colégio nos seguintes casos: a) quando forem entregues aos seus parentes; b) por casamento; c) quando forem trabalhar em casa de família de conduta abonada; d) quando forem empregadas nas escolas públicas.

Tal disposição regulamentar fez com que o colégio tivesse grandes dificuldades para resolver o que fazer quando elas não se encaixavam a nenhuma dessas situações. Vários presidentes da província denunciavam que as demandas de moças “encostadas” impediam o ingresso de novas crianças desvalidas.

As moças quando saíam tinham o direito a um pecúlio formado pelo percentual do produto dos trabalhos manuais realizado na instituição e de doações especiais, que eram recolhidos a uma caderneta da caixa econômica.

Então, de tudo o que ficou dito, podemos inferir que o Colégio do Amparo, sem dúvida, atendeu a uma quantidade pequena de meninas desvalidas para a época em função dos poucos recursos de que dispunha, e da falta de interesse do poder Central. De qualquer modo, foi um lugar importante para os desvalidos da região amazônica. Podemos constatar ainda que

o século XIX em Belém também pode ser identificado como de lento crescimento no campo da assistência à infância, e que esta foi feita como resultante das influências sofridas por segmentos religiosos e médico-higienistas.

Também podemos inferir que a trajetória da assistência à infância esteve sempre intrinsecamente atrelada ao controle social dos que dominavam esses segmentos. E influenciada pela concepção sobre a criança desvalida existente no interior da sociedade, como também, pelo que se pensava e o que se queria para o futuro dessas crianças como meninos e meninas que cresciam e assumiam posições diferenciadas na sociedade. De modo que a imagem que se tinha da infância desvalida na época, a considerava como uma ameaça para sociedade, logo precisando ser vigiada e assistida. Essas meninas desvalidas representavam não só a infância abandonada, como também a infância que precisava de cuidado e de amparo para que não contribuísse para abalar os valores sociais e os bons costumes. Elas representavam aquilo que não tinha dado certo e que precisava dessa caridade para não se corromper.

No caso de Belém, a influência médico-higienista foi, particularmente, marcante, de tal forma que a história da infância desvalida se mistura em tempo e espaço com a história da saúde pública da cidade. Sua população vivencia no século XIX vários surtos de doenças, como a epidemia de febre amarela e do cólera. O discurso médico na imprensa indicava a necessidade de profilaxia e práticas de higienização, sobretudo nas camadas populares, vistas como as de maior concentração de doenças e imundices¹³⁴.

Os asilos, então, também sofrem sérias críticas quanto às suas condições sanitárias e de higiene. Mesmo diante de tal fato, as autoridades pouco fizeram no decorrer do século XIX para resolver esses problemas, como seriam, por exemplo, o aumento de espaço adequado para atender um número cada vez maior de educandas, a melhoria da ventilação, a construção de banheiros, entre outras várias necessidades existentes.

Em especial, o Colégio do Amparo sofreu os rebatimentos conjunturais da situação em que vivia a região Amazônica. Acredita-se que tal situação só se alterará a partir do momento de conjugação de forças políticas e econômicas que Belém viverá no final do século XIX e início de XX. Este momento, hoje também identificado como “Belém da Belle Èpoque”, é caracterizado pelos historiadores como um período de grande desenvolvimento cultural,

¹³⁴ Consultar: BELTRÃO, Jane Felipe. **Belém de outrora, em tempo de Cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores**. In: ANAIS do Arquivo Público do Pará. Belém: Secult, 1997.v. 3, p. 215-241.

material e econômico promovido pela valorização da borracha, quando grandes fluxos de capital estrangeiro se direcionaram para a Amazônia¹³⁵.

Nesse cenário a figura de José Veríssimo, como vimos antes e ressaltamos de novo, trouxe significativas contribuições para a história do Pará, seja como educador ou no campo da literatura, ou ainda no exercício de inúmeros cargos públicos. Em todos esses ítems, Veríssimo foi sempre personalidade influente na época, não só nos meios culturais, mas, sobretudo, nos meios políticos. No campo da educação, ele se destacou pelas profundas análises dos problemas do sistema educacional. Como diretor geral da instrução pública, em 1890, redigiu o relatório sobre as mazelas sofridas pelo Colégio Nossa Senhora do Amparo, buscando não só denunciar tal situação, mas criticar e alertar o governo do Estado para a imperiosa necessidade de mudar a situação de precariedade que o colégio apresentava em vários aspectos, apontando possíveis soluções. Esse relatório de Veríssimo, entre outros reflexos importantes nos meios políticos da época, levou o congresso legislativo, nos anos posteriores, a aprovar verbas para a construção de um espaço edificado, próprio para atender meninas órfãs e pobres, que legou também à cidade um patrimônio histórico até hoje referido como herança da modernidade na Belém da *Belle Époque*.

3.3. Asilo Santo Antônio e Orfanato Antônio Lemos: em busca de identidade

O final da década de 1840 e durante a de 1850 os discursos políticos anunciavam de forma ainda tímida, suas preocupações com a educação no país, e no Pará a questão também é propalada, porém, só a partir das décadas posteriores 1860, 1870 e 1880, que, segundo Vianna¹³⁶, os governantes começam a se preocupar com as questões da educação pública na província paraense. Nesse período já podemos contar no primeiro momento com 76 escolas, depois com 107 escolas e, posteriormente, com 250 escolas. Aos poucos se busca construir a instrução pública na província. Por outro lado, as instituições voltadas ao atendimento da infância desvalida continuam lutando pelo seu funcionamento com terríveis dificuldades. Apesar do reconhecimento no enunciado dos relatórios quanto ao papel relevante desses asilos para o acolhimento aos desvalidos, percebemos, no entanto, que o maior foco da

¹³⁵ Cf. WEINSTEIN, Bárbara, 1993.

¹³⁶ Cf. VIANNA, 1999.

preocupação dos poderes públicos recairá na oferta do ensino público. Poucas instituições na província do Pará são criadas para atender órfãos e pobres.

Nesse final de século XIX são criadas duas instituições para atender meninas desvalidas, o Asilo Santo Antônio em 1873 e o Orfanato Antônio Lemos em 1889. Cada espaço apresentando algumas semelhanças quanto à assistência, porém, formas diferenciadas de funcionamento e com alguns objetivos divergentes para a instituição.

A cidade de Belém passa por transformações ocasionadas pelo “boom” da economia gomífera, acarretando no aumento de pessoas com necessidades de acolhimento, crianças, meninas e meninos, homens e mulheres, e idosos que viviam nas ruas. Por um lado, a economia favorecia o desenvolvimento em vários setores da cidade, por outro, proporcionava o encarecimento dos alimentos, do aluguel das moradias, com vários produtos tendo seus preços alterados. O comércio crescia e era favorecido pelo incremento da economia, mas deixava uma parte da sociedade alheia a essas mudanças, sem condições de compra e acesso aos produtos cada vez mais modernos e caros.

A cidade se tornava o principal pólo de exportação da Amazônia, com forte ligação com mercados exteriores, diferente daquela dos setecentos. Agora, podia se afirmar que tinha vida própria. Belém já contava com sete hospitais, quatro quartéis, três cemitérios católicos e outros serviços já comentados. Nesse sentido, são criadas as duas instituições para meninas desvalidas, em busca de acolher aquelas que dependiam dessa proteção.

3.3.1. Asilo Santo Antônio: a organização e a separação das categorias de meninas

A história do atendimento¹³⁷ de meninas desvalidas no Asilo Santo Antônio¹³⁸ inicia em outro prédio. O bispo da província do Pará, Dom Antônio Macedo Costa¹³⁹ havia instalado no

¹³⁷ A história do atendimento do Asilo Santo Antônio, diferente da trajetória do Recolhimento das Educandas e Colégio do Amparo, tem pouco registros nos relatórios da província do Pará. Acreditamos que tal lacuna se justifique pelo fato de as primeiras instituições serem essencialmente de caráter público e subvencionadas por cofres oficiais, enquanto o do Asilo Santo Antônio esteve principalmente subvencionado pela diocese paraense e donativos de algumas pessoas. As subvenções oriundas dos cofres públicos aparecem mais tarde, porém, vão representar uma parcela bem pequena. Acreditamos que aí esteja o motivo da quase ausência de registros. De tal forma, optamos nesta parte do trabalho por recorrer às fontes secundárias para desenvolver a maior parte da nossa narrativa, e os poucos dados localizados nos relatórios serão utilizados na construção do texto.

¹³⁸ A igreja e convento de Santo Antônio têm a sua origem no século XVII, passando por reformas e acréscimo de novas construções. Administrado pelos Capuchos da Província de Santo Antônio, em 1743 tem finalizada a sua construção. No período da perseguição aos jesuítas pelo governo, encontraram abrigo e refúgio no convento. Outro episódio aconteceu em 1835, quando revolucionários cabanos invadem o templo à procura do Padre Jerônimo Pimentel, porém, o líder cabano Eduardo Angelim impediu que o padre fosse morto, pois considerava-o um nacionalista, apesar das posições diferenciadas de alguns cabanos sobre o mesmo. A igreja guarda a beleza dos azulejos pintados à mão, do século XVIII.

prédio do convento do Carmo¹⁴⁰ em 1871 o Asilo de Nossa Senhora do Carmo, destinado a atender meninas órfãs e pobres. Sob a direção da senhora D. Jesuína Assis, ficou aí funcionando por um período curto. O bispo D. Macedo transferiu o Asilo em 1873 para o prédio do Santo Antônio, já que o Carmo seria ocupado pelo Seminário Menor.

Porém, é a partir de 1877 que o Asilo Santo Antônio ganha grande impulso em sua administração e organização com a chegada de sete irmãs Dorotéias¹⁴¹, que, a convite de D. Macedo, que se encontrava em Roma, trouxe as religiosas para assumir a missão de trabalhar no asilo.

A chegada das irmãs foi noticiada por vários jornais¹⁴² da época como afirma o historiador Bezerra Neto¹⁴³. Os embates envolvendo as obras realizadas por D. Macedo Costa vão ser temáticas constantes nos jornais, de um lado o jornal católico “A Boa Nova” sempre informando e elogiando as ações do bispo, e o jornal opositor “O Liberal do Pará” contrapondo e se posicionando contras ideias e realizações do religioso durante a sua permanência na diocese. O principal alvo dessas polêmicas eram as divergências políticas e religiosas dos liberais com relação às defendidas pelo clero católico conservador, romanizador

¹³⁹ Dom Antônio de Macedo Costa, décimo bispo da diocese do Grão Pará, exerceu as suas funções em Belém no período de 1861 a 1890. Nasceu em 07 de agosto de 1830 em Maragogipe (BA), numa família extremamente religiosa, com mais dez irmãos. Aos 18 anos ingressou no Seminário da Bahia (1848), já se destacando entre os colegas como um excelente aluno, com o dom para oratória e a escrita, entre outros. Aos 22 anos embarca para a Europa a fim de dar continuidade à sua formação eclesiástica. Esteve na França e depois em Roma, no Seminário de Santo Sulpício, mais tarde no Seminário de Santa Clara e do Coração de Maria, frequentando as aulas da Academia de Santo Apolinário, bacharelando-se em cânones e doutorando-se em 1859. Cf. LUSTOSA, 1839.

¹⁴⁰ O convento e igreja do Carmo administrado pela Ordem dos Carmelitas Calçados, foi um dos primeiros a ser erguido em Belém quase no mesmo período do convento de Santo Antônio. Iniciando a sua primeira construção no século XVII passando por reformas e novas construções, quando a partir de 1766 se define a estrutura arquitetônica com novos reparos já contando com o trabalho de Antônio José Landi, arquiteto famoso, já citado anteriormente, de marcante presença na história da arquitetura do Pará. O convento abrigou por longo período aproximadamente 400 frades. No Carmo em 1835 aconteceram embates entre cabanos e a armada portuguesa. Estes últimos achavam que estariam protegidos no templo por ser um lugar santo. Ledo engano, pois os cabanos não recuaram. Figuras importantes como o coronel José Narciso da Costa e o major João Ignácio Cavallero, entre outros, foram mortos. O Carmo abrigou durante o século XIX várias instituições, como o Colégio Paraense para meninos, internato tradicional; o Asilo das órfãs desvalidas; o hospital militar; o Seminário Menor, e por último, o Colégio Nossa Senhora de Nazaré, sob a administração dos Irmãos Maristas. A partir do ano de 1930 passa para administração dos padres salesianos com a instalação do Colégio Nossa Senhora do Carmo. Atualmente, este colégio, permanece em funcionamento, atendendo meninos e meninas. A beleza da igreja e do colégio fazem parte do patrimônio histórico do bairro da Cidade Velha e de Belém. Cf. MEIRA FILHO, 1973.

¹⁴¹ As religiosas de Santa Dorotéia da Frassinetti chegaram ao Brasil, em Recife, em 04 de agosto de 1866. Entre as irmãs veio a Madre Giuseppina Pingiani, a convite do bispo de Olinda, D. Emanuel de Medeiros. Passado alguns anos, Madre Pingiani, em Roma, recebe o convite de D. Macedo e retorna ao Brasil para desenvolver o trabalho na sua diocese.

¹⁴² Os principais jornais da época em Belém eram: “O Liberal do Pará” (órgão do Partido Liberal); “A Boa Nova” (jornal católico); “A Constituição” (órgão do Partido Conservador); “A Regeneração”; “Diário do Gram-Pará” (sucessivamente órgão do Partido Conservador; do Partido Católico; do Partido Nacional), entre outros. Cf. BEZERRA NETO, 1993.

¹⁴³ Estaremos, também, nos apoiando no trabalho do historiador Bezerra Neto (1993), que traz contribuições em torno da trajetória do Asilo Santo Antônio no final do século XIX. O trabalho historiográfico desenvolvido pelo autor se baseia na análise das edições do jornal católico “A Boa Nova” e o jornal do grupo pertencente ao Partido Liberal “O Liberal do Pará”.

e ultramontano, representado pelo bispo D. Macedo Costa. A igreja católica buscava através dessa reforma voltar a se fortalecer material e financeiramente, já que o regime do real padroado¹⁴⁴, que manteve a Igreja Católica subordinada aos interesses do Estado até o período imperial, com o tempo, fez com que a instituição católica no Brasil fosse perdendo bens e poder.

A reforma de romanização buscava então a renovação eclesiástica e trazia em seu interior sérias críticas ao regime de padroado através do qual, apesar da independência, permitia ao governo imperial manter seu rígido controle sobre a igreja.

Segundo Bezerra Neto, a romanização, como política de reforma e fortalecimento da igreja Católica no Brasil, buscava atingir tanto o clero como a população leiga. Quanto ao objetivo de atingir o clero:

O exemplo mais conhecido desta situação foi o Padre Eutíquio Pereira da Rocha, considerado padre impenitente, suspenso de suas atividades eclesiásticas por D. Macedo Costa, em 1866, devido ter mantido suas vinculações com a maçonaria, um dos erros do mundo moderno, segundo a Syllabus de Pio IX.¹⁴⁵

Quanto atingir a população leiga, Bezerra Neto, ainda, acrescenta:

No tocante aos leigos, a preocupação de controlá-los envolvia, ao mesmo tempo, o esforço em relação à sua instrução e educação religiosa, para o que várias medidas tinham de ser implantadas (catequese, fundação de escolas católicas, estabelecimentos de aulas de religião nos colégios públicos), assim como o controle dos santuários populares de devoção (do que se encarregam as ordens religiosas estrangeiras).¹⁴⁶

Analisando a posição do clero católico romanizador, podemos compreender que havia a necessidade de resguardar espaços para a Igreja católica e a necessidade de assegurar sua autonomia como instituição. D. Macedo Costa teve um papel relevante como liderança católica romanizadora e ultramontana, no final do século XIX, e a sua atuação na diocese extrapolou o espaço geográfico paraense, obtendo reconhecimento nacional por suas ações, que não foram poucas, beneficiando a sociedade com a sua caridade trazendo para o Brasil

¹⁴⁴ O real padroado (1822-1889) favoreceu o controle e fiscalização do Estado Imperial sob as ações desenvolvidas pela vida clerical, como: “criação e sustento dos seminários; sistematização dos currículos dos mesmos; pagamento das cômputas dos sacerdotes; nomeações, remoções e suspensões do clero católico; a indicação dos bispos; aprovação ou não das bulas, documentos e decisões do papado”. Cf. BEZERRA NETO, op. cit. p.56.

¹⁴⁵ Ibid., p. 58.

¹⁴⁶ MAUÉS apud BEZERRA NETO, p. 58.

vários religiosos que desenvolveram trabalhos em hospitais, asilos, escolas, seminários, entre outros.

Nesse contexto, a vinda das irmãs Dorotéias foi fundamental, pois havia na província do Pará meninas órfãs e pobres, necessitando de amparo em instituições de caridade. Já que, até então, só contávamos com o Colégio do Amparo.

Meses depois da chegada das irmãs Dorotéias, em 13 de janeiro de 1878 é inaugurado o prédio novo contando com o funcionamento do Asilo Santo Antônio para atender meninas desvalidas e, no mesmo prédio, funcionando o Colégio Santo Antônio para atender meninas de famílias paraenses de recursos.

A inauguração do Asilo e Colégio Santo Antônio representou um avanço no campo da educação, sendo as irmãs Dorotéias as primeiras religiosas a chegar ao Pará para administrar uma instituição educacional e confessional feminina. Entre as religiosas, apenas uma era brasileira, a irmã de D. Macedo. Todas as outras eram portuguesas e já traziam a tradição de serem boas administradoras e educadoras em outros países.

No relatório do presidente da província, José da Gama Malcher, de 09 de março de 1878, é registrada a inauguração do Asilo Santo Antônio:

Actualmente estão alli recolhidas 60 meninas, que com o sustento material , recebem gratuitamente a educação intellectual, moral e religiosa. Além das orphãs e meninas desvalidas, conta já o Azylo muitas pensionistas, que alli recebem educação esmerada e vivem completamente separada daquellas. Embora seja o mesmo o Estabelecimento, parece-me racional esta divisão, visto como é Ella exigida pelas diversas condições da sociedade. O Azylo das orphãs é inteiramente distincto do collegio, onde são educadas as pensionistas. As orphãs e meninas desvalidas são mantidas com os exíguos recursos da Diocese e com os donativos de pessoas generosas e caritativas.¹⁴⁷

Conforme o relatório de Gama Malcher, a instituição, portanto, era adequada para os anseios da sociedade, na época, na medida em que atendia meninas desvalidas de maneira diferenciada de acordo com sua condição e oferecia uma educação mais esmerada para pensionistas.

A separação não se dava só quanto ao espaço físico, mas também quanto ao currículo, o tratamento oferecido na rotina da instituição, e a representação que cada categoria de meninas tinha no interior das relações determinadas pela sociedade paraense no período.

¹⁴⁷ RELATÓRIO, 1878, p. 76.

As mudanças ocorridas na cidade e o crescimento econômico oriundo do ciclo da borracha não comportavam mais uma instituição nos moldes do Colégio do Amparo, onde meninas desvalidas e pensionistas habitavam o mesmo espaço.

A separação entre desvalidas e meninas pensionistas definia papéis na hierarquia dos que tinham poder e prestígio. Os relatórios apresentados sobre o Colégio do Amparo já levantavam a necessidade de se separar as meninas por categoria e estabelecer formação diferenciada na instituição, como já vimos. A educação para formar meninas “damas de salão” seria adequada para as pensionistas, enquanto as desvalidas deveriam ser preparadas para o mundo do trabalho doméstico e na promoção da mulher humilde e parceira do marido para enfrentar os problemas da sua classe social.

Nesse sentido, o Asilo Santo Antônio realiza esta função de formar a mulher a partir dos princípios da moral burguesa e da concepção de mulher seguindo as orientações da igreja católica. Segundo Bezzera Neto, ao comentar as ideias propagadas por D. Macedo sobre o papel da mulher na sociedade, isso coincidia com o ideal burguês, baseado nos parâmetros cristãos do mundo ocidental:

D. Macedo Costa, em 1875, definia as obrigações da viúva, da mulher casada e da mulher jovem: a abnegação; a pureza; a honestidade; a sinceridade; a humildade; a obediência; o recato; a castidade; o pudor; a felicidade; a piedade (...) D. Macedo Costa acabava estabelecendo o modelo feminino a ser construído através da ação pedagógica dos membros das ordens religiosas.¹⁴⁸

Para o bispo as irmãs Dorotéias deveriam ser exemplo para as meninas na instituição, “A Boa Nova” reafirmava esse princípio.

Qual é, na verdade, a condição mais imprescindível da verdadeira educação das meninas? É que tenham mestras modelos, quer nos trabalhos domésticos, quer no estudo, quer na prática da religião, que tenham mestras que sejam o espelho fiel onde se mirem, para, por ele, pautarem seus desejos, pensamentos e actos.¹⁴⁹

Todo esforço para desenvolver um bom trabalho só foi possível porque D. Macedo teve a sorte de receber da ordem franciscana a doação do prédio do convento de Santo Antônio, em 1867, além de contar com a administração rígida e organizada das irmãs Dorotéias. Dessa forma a organização e funcionamento do asilo e colégio foram diferenciados, procurando atender às demandas específicas para as meninas na época. No caso da educação destinada às

¹⁴⁸ BEZERRA NETO, op. cit. p. 75.

¹⁴⁹ Ibid., p. 75.

pensionistas, compreendia uma educação mais esmerada, como já foi mencionado. A idade permitida para ingresso era entre 5 e 12 anos. As meninas permaneciam na instituição em regime de internato com permissão para saída em poucas datas, como os períodos de férias, entre novembro e dezembro, e no período da Páscoa.

O acompanhamento e controle da rotina das meninas era extremamente rígido, como em todas as instituições dirigidas por religiosas. As famílias tinham a confiança no trabalho dessas instituições como meio de educar, cuidar e resguardar a pureza dessas meninas que cresciam e saíam já moças do colégio.

As disposições gerais do regulamento da instituição eram assim relatadas pelo jornal “A Boa Nova” em sua edição de 1877:

Para obstar que se altere a boa ordem e disciplina do Asylo, não é permitido às educandas ter ou introduzir nele cartas, livros, doces, brinquedos ou qualquer outra coisa, sem que tudo passe pela mão da diretora ou mestra por ela indicada para este fim. A menina que, por falta de subvenção, por preguiça habitual ou por estado de saúde, for prejudicial às outras educandas, será despedida pela diretora.¹⁵⁰

A educação dada pelas irmãs estava baseada nos princípios da igreja católica sobre as virtudes cristãs, o que incluía também o controle das atitudes das educandas. Na rotina baseada nessa prática dos princípios da fé e moral católicas, as meninas pensionistas e desvalidas participavam das missas e todos os rituais, como cantos, ladainhas, confissão, comunhão, entre outros. Participavam ainda da organização das festas religiosas e dos atos de devoção, como os dedicados à Santa Dorotéia, a protetora do Asilo e Colégio Santo Antônio.

Quanto ao ensino, segundo Bezerra Neto a partir das informações colhidas no jornal “A Boa Nova”, era direcionado de forma a favorecer a boa instrução feminina e o processo de aburguesamento da sociedade paraense, e estava dividido nas seguintes disciplinas:

História sagrada, profana e do Brasil; elementos de história natural; geografia; cosmografia; princípios básicos de arte da poesia e literatura portuguesa; língua estrangeiras (inglês e francês); princípios de geometria; leitura; caligrafia; aritmética; contabilidade aplicada às necessidades da economia doméstica, objeto de grande importância na educação da mulher, sendo o ensino de piano, facultativo.¹⁵¹

Do conteúdo artístico do currículo, tão importante e necessário para pensionistas, e fazendo parte das prendas feminina essenciais para a sua formação como boa mãe e boa dona-

¹⁵⁰ Cf. BEZERRA NETO, op. cit. p. 78.

¹⁵¹ Ibid., p. 80.

de-casa, constavam atividades, como: “coser, diversos pontos de marcas, bordar a branco, matiz, ouro, escomilha, e à navalha, em vidro, cera e em marfim; flores de pano, seda, cera, missanga e de sola, pintura oriental e outras obras de mão, desenho, pintura, piano e canto”¹⁵².

A organização do currículo oferecido pelo Colégio Santo Antônio atendia as aspirações que as famílias abastadas tinham para suas filhas, ao mesmo tempo que a formação era considerada moderna para época, pois trazia traços da tradição europeia, e por apresentar um currículo amplo de conhecimento, mantendo as bases das tradições da igreja católica.

A manutenção das educandas por suas famílias no colégio tinha um custo cobrado como valor completar, que correspondia, ao pagamento da pensão mensal e de outros vários serviços oferecidos, como: aula de piano; roupas lavadas e engomadas; livros, remédios, materiais utilizados nas aulas de prendas, entre outros. É importante destacar ainda que as educandas, ao ingressar na instituição, tinham que trazer um enxoval completo com roupas de cama, toalhas e roupas pessoais.

Quanto à manutenção das meninas desvalidas, D. Macedo contava com a subvenção da diocese e donativos de famílias, correspondentes a objetos, dinheiro e alimentos. O bispo era incansável na sua determinação de acolher as desvalidas, promovendo festas de caridade no Asilo em busca de donativos, e envolvendo o clero católico de várias regiões do Pará para angariar recursos, recolhendo objetos doados para ser leiloados nas festas.

Porém essas atitudes, bem como as ideias do bispo, não eram bem aceitas pelos liberais, que não cansavam de criticar suas ações em prol dos desvalidos, como já afirmamos anteriormente. Entre as principais críticas, aquelas que diziam respeito ao conservadorismo de D. Macedo, sua oposição à atuação dos maçons na província, também às questões religiosas defendidas por ele. Mas adiante, o bispo é criticado também pela sua aproximação súbita aos maçons portugueses, tendo em vista a possibilidade de conseguir donativos para o asilo das desvalidas.

As críticas dos liberais ao bispo não ficavam sem resposta. Bezerra Neto relata a posição de defesa do jornal “A Boa Nova”, em relação aos ataques dos opositores:

O “Liberal do Pará” queria a divisão, o ódio aceso, a perseguição encarniçada ao bispo, ao clero e à Igreja Católica, pois, desejava “corromper o povo e desorganizar a sociedade”, por isso mesmo, não podia permitir qualquer ato favorável para com as obras diocesanas, utilizando o comércio português como “um instrumento de combate contra a igreja e a fé católica”. Porém, tal combate abria “caminhos para os grandes dismantelos sociais”.¹⁵³

¹⁵² Ibid., p. 81.

¹⁵³ Ibid., p. 102.

Bezerra Neto cita ainda “A Boa Nova”, que alertava os comerciantes portugueses sobre as mentiras dos liberais e o desejo de incentivar a desunião da “base moral (Igreja Católica) e material (comércio, indústria e agricultura) de uma nação”:

O comércio precisa de paz, portanto não pode favorecer doutrinas vertiginosas do ultraliberalismo; não podem favorecer tendências revolucionárias, nem concorrer para o desprestígio das autoridades legítimas, muito menos para a ruína da religião que é o principal propugnáculo da ordem social.¹⁵⁴

Segundo essa perspectiva, portanto, o papel desenvolvido por D. Macedo serviria como amálgama nas relações entre comerciantes e a igreja. Neste sentido a religião traria as bases dos valores e virtudes tão importantes para a sociedade portuguesa, e o apoio às obras do bispo consolidaria essa relação.

Como podemos observar, as obras de D. Macedo não tiveram a aprovação de todos os segmentos da sociedade civil. No campo político, destacamos a demora da esfera pública em concorrer com auxílios para a instituição. Apenas em 1885, em seu relatório de presidente da província, João Lourenço Paes de Souza elogia o asilo e reconhece que a subvenção anual de 2:500\$00 réis, recebida dos cofres provinciais está sendo bem aplicada, tendo em vista o seu bom funcionamento.

A trajetória da instituição também foi marcada por alguns elogios na imprensa, que resultou no aumento da subvenção para o Colégio e Asilo Santo Antônio para 4:000 réis, em 1887, dado pelo presidente da província Francisco José Cardoso.

Quanto ao ensino destinado às desvalidas, que segundo a visão dominante à época estava adequado a sua posição social, e diferenciando-se daquele destinado às pensionistas, consistia em leitura, gramática portuguesa, história sagrada, catecismo e aritmética. Tinham também acesso às aulas de prendas domésticas, como costurar, marcar, bordar a branco, matiz, ouro e flores; além de aprender a lavar e engomar, como cozinhar.

Dessa forma o asilo parecia atender bem as desvalidas, quanto ao currículo, ao espaço físico, à organização, à preocupação com a higiene, que foram motivos de comparação com o Colégio do Amparo, tão seriamente criticado nesses vários aspectos. O apoio evidenciado por políticos, comerciantes e pela sociedade, de um modo geral, fez com que a instituição prosperasse, de tal modo, que o relatório de José Veríssimo, no cargo de diretor geral da

¹⁵⁴ *Ibidi.*, p. 103.

Instrução Pública, apresentado ao Governador do Pará Justo Chermont, em 1890, tecesse elogio ao compará-la a com o Colégio do Amparo. O relatório dizia que a ordem reinante, o asseio, a higiene e a educação eram superiores ao oferecido pelo Colégio do Amparo. Portanto, mesmo sendo um liberal, Veríssimo reconheceu a qualidade da instituição de D. Macedo, pois a visão que se tinha de boa educação feminina na época era partilhada por vários segmentos da sociedade, como nos diz Bezerra Neto:

(...) que os cuidados e preocupações com o fomento de escolas e asilos dedicados ao ensino do sexo feminino foi compartilhado tanto por setores liberais como conservadores da sociedade paraense, que portanto, não acabavam discordando em linhas gerais das concepções de como devia educar e formar a mulher cristã para desempenhar suas atividades dentro do corpo social.¹⁵⁵

Ou seja, apesar da divisão política, que se traduzia em embates acirrados entre conservadores e liberais, as mesmas concepções sobre a mulher e sua educação eram admitidas por ambos, fazendo-os hegemônicos na sociedade, e beneficiando o funcionamento do Asilo Santo Antônio.

3.3.2. Orfanato Antônio Lemos: um projeto de educação agrícola para as desvalidas

A cidade de Belém, em pleno momento de reforma urbana no final dos oitocentos vivencia os problemas típicos dos grandes centros, como os relacionados ao uso de espaço público e ao de casa para aqueles que não tinham lugar para morar. A cidade, quando da proclamação da república em 1889, já contava entre seus habitantes com meninas que tinham as ruas como moradia. É nesse momento que surge o Orfanato¹⁵⁶ Paraense ou como era mais conhecido “Orphelinato Paraense”, que mais tarde, em 1906, passaria se chamar Orfanato Antônio Lemos.

Localizado na rua Coronel Batista Campos, apesar de ter sido fundado pelo Governador de Estado, Dr. Lauro Sodré¹⁵⁷, não era subsidiado com recursos da esfera administrativa

¹⁵⁵ *Ibi.*, p. 106.

¹⁵⁶ A terminologia “Orfanato” empregada no texto apresenta a concepção de um espaço destinado às órfãs, que tem como missão recolher, sustentar e educá-las.

¹⁵⁷ Lauro Nina Sodré e Silva foi um importante político no Estado do Pará e de grande projeção nacional durante a República Velha. Nasceu em 17 de outubro de 1858 na cidade de Belém. Ainda rapaz, com 16 anos, começou a escrever no jornal estudantil denominado “Esperança”. Participou de movimentos estudantis, porém, sempre se dedicando aos estudos. Aos 18 anos ingressou na Escola Militar do RJ, tornando-se aluno de Benjamin Constant, do qual, recebeu influências de suas ideias positivistas e republicanas. Foi atuante na década de 1880 como

estadual, contando apenas com aqueles provenientes da caridade pública e com o resultante da produção de trabalhos realizados pelas meninas. A administração da instituição era de responsabilidade da Associação Protetora dos Órfãos, e tinha como fim atender meninas pobres, órfãs e moradoras de rua, dando prioridade a estas últimas.

A retirada e acolhimento de meninas de rua, representava um dos projetos surgidos na denominada *Belle Époque*, que tinha como meta a revitalização de Belém, baseada no modelo europeu de reforma urbana. Pelos parâmetros desse modelo, era necessário organizar o espaço urbano, tornando-o mais bonito e higienizado, e, dessa forma, a retirada de moradores de rua, contribuiria para modernizar a cidade.

A instituição contou por muito tempo com a benevolência pública, através de subscrições, bazares, quermesses, espetáculos e valiosos donativos.¹⁵⁸ Em 1897, a instituição tinha 57 meninas vivendo em condições precárias em um prédio inadequado para comportá-las, além da natural dificuldade para alimentá-las. A subvenção do governo do Estado do Pará, que passou existir, embora de forma reduzida, era para o ano citado apenas 5:000\$000 réis a título de auxílio. Com isso o orfanato, se não fosse o esforço das irmãs Filhas de Santana que administravam a instituição, certamente, teria suas atividades encerradas, precocemente.

Embora o orfanato contasse com o trabalho desenvolvido pelas religiosas, a direção ficava a cargo do Dr. Cordeiro de Castro que, segundo, Sampaio¹⁵⁹, não se dedicava com afinco ao trabalho desenvolvido no espaço e apresentava pouco interesse pelos problemas existentes, o que sobrecarregava as irmãs.

A mensagem de Lauro Sodré, de 01 de fevereiro de 1897, apresentava em linhas gerais a situação do orfanato e elogiava seu diretor:

Resultado da educação e instrucção recebidas no Orphelinato Paraense, inspirando a mais solida confiança, começa em pouco tempo a produzir seus effeitos benéficos a útil instituição, confiada aos cuidados de um extremado trabalhador pelas idéias grandes e levantadas, o dr. Cordeiro de Castro.¹⁶⁰

republicano. Governou o Estado do Pará por dois períodos (1891/1897 e 1917/1921). Líder na sua época, influenciou diversos políticos, que o consideravam a figura pública mais relevante do Estado. Amigo de dois políticos e republicanos importantes do Pará: José Paes de Carvalho e Justo Chermont, Sodré contrapunha sua liderança à de Antônio Lemos, que esteve na intendência de 1897 a 1911, tornando-se seu ferrenho adversário político. As divergências resultaram em embates de grupos, de um lado o chamado “Laurista”, e de outro denominado “Lemista”. Cf. PARÁ, Governo do Estado. Atos dos governadores, 2002.

¹⁵⁸ Cf., MENSAGEM, 1897.

¹⁵⁹ Cf. SAMPAIO, 2006.

¹⁶⁰ MENSAGEM, 1897.

Por isso, a situação relatada no documento apresentado pelo governador não era coerente com a realidade de dificuldades vivida pelas meninas no orfanato, dado a precariedade do atendimento. Tal situação levou as irmãs a solicitar ajuda ao intendente¹⁶¹ Antônio Lemos¹⁶², que, político sensível às questões sociais na época, além de adversário político de Sodré, viu no auxílio ao orfanato uma maneira de aumentar a simpatia da população, realizando ações no campo em que Sodré vinha falhando.

Em 1899 os auxílios do governo do Estado tiveram um pequeno aumento, subindo para 6:000\$000 réis. Em compensação, o número de meninas já passava de 100, continuando as sérias dificuldades para o funcionamento do orfanato. Esses valores subvencionados permaneceram até 1901, quando ocorre a transferência da responsabilidade pela subvenção da esfera governamental para municipal.¹⁶³

Essa primeira fase de funcionamento do orfanato durante a última década dos oitocentos, período da gestão de Lauro Sodré, e do descaso do governo para com a instituição, de 1891 a 1897. Algumas indicações nos documentos consultados nos dão a perceber que a pouca atenção dada por Lauro Sodré ao orfanato aconteceu em primeiro lugar, porque já havia duas outras instituições mais antigas que recebiam subsídios para o atendimento de meninas desvalidas, o Instituto Gentil Bittencourt (antigo Colégio do Amparo) e o Asilo e Colégio Santo Antônio. Estas instituições tinham tradição e haviam conquistado respeito por seu trabalho, nos meios políticos e na sociedade, o que trazia também mais prestígio para sua administração, em especial para o Instituto Gentil, cuja construção do novo prédio havia se iniciado em 1894. Em segundo lugar, as instituições referidas não atendiam meninas de rua, alvo de preconceitos, o que favorecia o aumento de donativos e a atenção da sociedade para si. A prioridade do governo Lauro Sodré era instrução pública, adotando medidas que favorecessem a educação no Pará. Como a reforma do regulamento da Escola Normal do Estado¹⁶⁴, que formava professores para o ensino primário, e a implementação no Colégio

¹⁶¹ Intendente (relativo ao cargo de prefeito atualmente).

¹⁶² Antônio José Lemos nasceu em São Luís do Maranhão em 17 de dezembro de 1843, vindo de uma família humilde. Ingressando na Marinha de Guerra aos 17 anos, ocupando a função de escrevente, mais tarde, serviu na Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Pará. Lemos casou em Belém, teve cinco filhos e foi um homem dedicado à família, apesar de conhecido por seus casos extraconjugais. Estabeleceu amizade forte com o dono do jornal “O Pellicano” (que mais tarde se tornaria o jornal “A Província do Pará”), Joaquim José de Assis, relação fundamental para as bases de sua política. Como jornalista e membro do Partido Liberal, através de suas ideias tornou-se líder de uma legião de seguidores. Em 1897 foi eleito intendente municipal. Teve uma vida política longa, se reelegendo várias vezes, permaneceu até 1911 na Intendência de Belém. A oligarquia lemistá durou 14 anos, enfrentando severas críticas dos grupos correligionários de Lauro Sodré, seu principal inimigo político durante toda sua administração.

¹⁶³ Cf. MENSAGEM, 1899; 1900; 1901.

¹⁶⁴ Intitulada mais tarde de “Instituto de Educação do Pará” (IEP).

Liceu Paraense¹⁶⁵ do Plano de Ensino do Ginásio Nacional. Entendemos que Sodré buscava com isso viabilizar, na prática, a noção de progresso adotada por ele e que incluía a formação do povo, e na qual não cabia prioridade para o orfanato.

Observamos, a partir das informações do documento consultado, que o ensino destinado às meninas desvalidas no orfanato era bem restrito, se considerarmos aqueles oferecidos por outras instituições criadas anteriormente para meninas. Por outro lado, estavam adequadas aos padrões da época, conforme se pode concluir na mensagem de Sodré, em 1897:

O Orphelinato, além do ensino primário distribuído em trez classes, elemental, media e superior, tem salas de ensino de trabalhos de bordados a branco e a lã, flores, costuras, tecidos em tear, crochet, bordados a oiro, rendas, labyrintos, etc., preparando assim futuras mães de familia, que irão acostumadas a vida modesta, operosa, mas honrada, servir de companheiras leaes e continuar no lar domestico essa obra de moralidade e de beneficios sonhados pelo seu fundador.¹⁶⁶

A concepção de menina desvalida da época, como já afirmamos anteriormente, é permeada de preconceito e discriminação, de modo que oferecer alguma instrução e acolhimento já era considerado um ganho principalmente em se tratando de desvalidas que viviam nas ruas da cidade. E o dilema da formação e instrução para meninas desvalidas passa pelos processos de transformação da sociedade, com suas representações que atravessarão o século XIX e se estenderão para o XX, sendo o mais importante a considerar nisso tudo o acolhimento, proteção e formação mínima, em especial, para os trabalhos manuais femininos.

Tal concepção era revelada pelo poeta Gonçalves Dias em 1850, quando teve a missão de relatar e analisar a realidade da instrução pública da região norte e demais regiões do Brasil. Ele descreve assim a situação das meninas desvalidas ao saírem da instituição:

Algumas tem saído, que a título de esmola recebem a hospitalidade que pagam com o seu trabalho. Se estas forem algum dia abandonadas por seus protetores, o que mais cedo ou mais tarde terá de acontecer; seu gênio se não puder combinar com o das pessoas, em cujas casas forem recolhidas; qual será o futuro dessas mulheres, a quem se não terá feito ver que o seu trabalho merece salário, - e que não recebem esmolas, mas recompensa? O sofrimento de uma nova espécie de cativo, mais incomportável que o outro, lhes deixará apenas um de dois recursos: ou o desespero as levará ao suicídio, - ou a necessidade à prostituição, que é o suicídio moral.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Atualmente se chama “Colégio Estadual Paes de Carvalho”, uma das instituições mais tradicionais do ensino médio. Nesta instituição estudaram políticos, intelectuais, escritores e outras personalidades.

¹⁶⁶ MENSAGEM, 1897.

¹⁶⁷ ALMEIDA, 1989, p. 358.

A avaliação do poeta no tom dramático, em relação ao destino das desvalidas, revela a preocupação com a formação das educandas para os trabalhos domésticos, urgência essa, ainda presente nos discursos do final do século XIX e início do século XX, e presente nos relatórios que tratam do orfanato e sua finalidade.

A partir de 1901, a situação do orfanato sofre pequenas alterações ao deixar de ser responsabilidade do Estado. Tal situação, visivelmente desejável desde a gestão de Sodré, só acontece no final do governo de Paes de Carvalho¹⁶⁸ em que se consagra a transferência.

A mensagem de José Paes de Carvalho, de fevereiro de 1901, registra a transferência de responsabilidades para Intendência municipal e revela a intenção e prioridade, já comentada, em aumentar a subvenção do Asilo Santo Antônio e do Instituto Gentil Bittencourt:

Hoje que o Orphelinato Paraense foi entregue á Intendencia municipal, cessando, portanto, a contribuição que era dada para auxilial-o, pode ser consignado maior auxílio ao Asilo de Santo Antonio, sob condição de ser augmentado o numero de orphãs.

A população do Estado tem augmentado muito e insufficiente se tornou o Instituto “Gentil Bittencourt”, custeado pelo Estado, para attender ás necessidades da educação das pobres orphãs – filhas do povo.

Proporcionando-se os meios necessários ao acolhimento de maior numero de orphãs no Asylo de Santo Antonio, presta-se real serviço á sociedade.¹⁶⁹

A transferência para Intendência era algo previsível, pois já há algum tempo Antônio Lemos vinha prestando auxílio ao orfanato, e era a ele a quem as irmãs recorriam para todo tipo de ajuda. Sarges comenta a preocupação de Lemos para com os pobres, crianças e desvalidos que se reporta à época de seu mandato como senador em 1883, e à do exercício de procurador geral da Santa Casa da Misericórdia do Pará. Foi sua presença nesse cargo que possibilitou, através do orçamento estadual, a obtenção do subsídio de 150.000\$000 réis para a finalização das obras da Santa Casa.¹⁷⁰

Mais tarde, com a lei nº 370 de 28 de dezembro de 1903, o orfanato muda de nome e passa a se chamar Orfanato Municipal de Belém, e se estabelece uma nova organização para a instituição. Além disso, prevê a construção de um prédio novo para atender as meninas desvalidas, com todos os requisitos de conforto e com espaços para satisfazer os objetivos

¹⁶⁸ José Paes de Carvalho foi um importante político, republicano e abolicionista. Nasceu em Belém, 12 de novembro de 1850. Foi o primeiro presidente do Clube Republicano. Estudou Medicina na Universidade de Coimbra, concluindo o curso aos 22 anos. Foi governador no período de fevereiro de 1897 a janeiro de 1901. Priorizou projetos na área da saúde e instrução pública no Pará. Cf. PARÁ, Governo do Estado. Atos dos governadores, 2002.

¹⁶⁹ MENSAGEM, 1901.

¹⁷⁰ Cf. SARGES, 2002.

previstos no projeto de educação, segundo as pretensões da administração de Lemos, que eram as de implantar uma escola agrícola feminina.

Como o prédio onde funcionava o orfanato em Belém não apresentava condições de higiene e conforto, o projeto tinha como meta a edificação de um outro prédio na vila de Santa Isabel¹⁷¹, distante cerca de 38 Km de Belém, localizado à margem da Estrada de Ferro Bragança, cuja construção ficaria sob a responsabilidade dos engenheiros Joaquim Gonçalves de Lalôr e João da Palma Muniz, com a intenção de expressar suntuosidade e beleza arquitetônica, marca peculiar de todas as obras do intendente.

Aliás, a gestão de Lemos, marcada pela preocupação com embelezamento da cidade e com a atenção para as questões de sua higienização, pode ser percebida no seu relatório de 1904, citado por Sampaio:

A cidade de Belém exige cada dia uma ampla série de trabalhos, cuja realização, tendente ao progresso e maior beleza, é um dos escopos de meu governo. Dotado de orientação profundamente moderna, sob ponto de vista da estética urbana, sinto-me servido pelo pensamento de imprimir a todos os ângulos desta cidade quanto aos mais formosos aspectos: Ao seu subsolo, uma rede geral de esgotos. Na superfície, elegantes e apropriados a seus fins; vastas praças; ruas e avenidas largamente variadas de ar e luz, calçadas com esmero, aladas de copadas árvores. Atendo assim à dupla exigência de embelezamento da Capital e seus interesses de higiene.¹⁷²

Como se pode ver, o relatório reflete sua aspiração por um modelo de cidade de ares modernos, fruto da organização do espaço urbano. E a construção do orfanato em área afastada, sem dúvida, atendia aos critérios dessa organização do espaço urbano, segundo modelo em várias capitais, no qual, as instituições para atender idosos, crianças desvalidas, loucos, entre outros segmentos discriminados pela sociedade, tiveram suas construções erguidas longe da área nobre das cidades.

De todo modo, o novo orfanato representou avanços significativos no campo da assistência e educação para as desvalidas. Quanto ao projeto educacional idealizado pelo intendente, ele se baseava em modelos europeus de escolas agrícolas femininas, que Lemos elogiava no relatório de 1904, especialmente a experiência das escolas agrícolas belgas, nas quais eram desenvolvidas atividades voltadas para produção de laticínios.¹⁷³ A ideia de um projeto agrícola aliado à formação elementar e doméstica que já era realizada pela instituição,

¹⁷¹ O município de Santa Isabel data do início da sua colonização em 1873. A partir de 1877 em decorrência da grande seca que atingiu o nordeste, ocorre a imigração de nordestinos para a região. Em 06 de julho de 1899, o povoado de Santa Isabel passa à categoria de vila pela lei nº 646, no governo de Paes de Carvalho. Com o decreto-lei nº 2972, em 31 de março de 1938 passa à categoria de município.

¹⁷² SAMPAIO, 2006, p. 13.

¹⁷³ Cf. Relatório do intendente Antônio Lemos, apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1904.

traria, na sua opinião, inúmeros benefícios para as meninas desvalidas e contribuiria para autossustentação do espaço, através dos recursos obtidos com a venda dos produtos ali produzidos. A concepção republicana de educação era o parâmetro seguido e se apoiava no raciocínio de que a instrução seria a base para uma nação próspera, onde meninos e meninas seriam a salvação, representando o futuro do país, como homens trabalhadores e mulheres bem-educadas para o lar, servindo de exemplo e de moral na criação dos filhos e para a sociedade.

As meninas ingressavam na instituição, ainda com pouca idade, a partir dos cinco anos já eram aceitas. Mantidas em regime de internato, sob a constante vigília das irmãs Filhas de Santana, desenvolviam muitas atividades, forma de preencher o tempo para que não se ocupassem de pensamentos impuros.

O prédio do orfanato foi construído numa grande área de 70 hectares, já prevendo espaços para atender as atividades previstas para o novo currículo, que envolvia trabalhos domésticos, atividades esportivas, agrícolas e criação de animais. Contava com dois pavimentos, três alas ligadas (interior e posterior) excelente área de ventilação com 48 janelas, jardins, pomares, dois terraços, gabinete médico, farmácia, sala da direção, secretaria, sete salões de aula podendo comportar até 400 meninas, biblioteca, três dormitórios cada um com capacidade de mais de 100 camas, refeitório, cozinha, capela, entre outros.¹⁷⁴

O projeto ambicioso de Lemos não foi inteiramente concluído na sua gestão, pois a construção do orfanato passou por várias interrupções¹⁷⁵ devido as questões orçamentárias e políticas.

A partir da lei nº 7.433 de 15 de março de 1906, passou a se chamar “Orfanato Antônio Lemos” e finalmente em 1908 o seu novo prédio foi inaugurado com todo requinte e solenidade, marca peculiar do intendente, mesmo que, neste caso, sem sua total conclusão.

O período da intendência de Lemos coincidiu, em grande parte, com a gestão de Augusto Montenegro¹⁷⁶ (1901–1909), governador eleito por dois períodos consecutivos, com

¹⁷⁴ Cf. SAMPAIO. op. cit.

¹⁷⁵ A construção do orfanato passou por várias etapas: 1ª etapa, inicia na gestão de Lemos em 1904, sendo concluída uma parte do prédio em 1908; 2ª etapa, a partir de 1909 entre numa fase lenta e com total paralização em 1916; 3ª etapa, no período de 1926 até 1928, grandes progressos na construção, possibilitando a instalação das meninas em Santa Isabel; 4ª etapa, em 1931 mais uma parte é construída; e por último, 5ª etapa, no período de 1936 e 1937, são concluídas definitivamente o projeto de Antônio Lemos, no governo de José Malcher. Atualmente, no prédio funciona o Colégio Estadual de Ensino Médio Antônio Lemos. Em 1979, ele foi tombado, como reconhecimento da importância histórica do prédio.

¹⁷⁶ Augusto Montenegro nasceu em Belém, em 26 de junho de 1867. Formou-se em Ciências Jurídicas e Social, em 1886, na Faculdade de Direito de Pernambuco. Foi eleito governador do Estado com 34 anos, contando com o apoio de Antônio Lemos, em sua administração de 1901 até 1909. A sua aliança com Lemos foi alvo de muitas

o apoio do intendente, derrotando Justo Chermont apoiado por Lauro Sodré. Administraram em parceria, com a liderança e força política de Lemos interferindo inclusive nas nomeações para cargos administrativos. A aliança entre eles favoreceu o desenvolvimento da cidade, com melhorias na educação, saúde, fornecimento de água, transporte público com bondes, entre outros.

Apesar de Montenegro ter realizado um governo elogiado e contribuído para o reconhecimento de Belém como uma das cidades mais belas e modernas do país à época, também sofria sérias críticas, especialmente pelo jornal “A Folha do Norte”, e oposição ao seu governo, assim como acontecia com a administração de Lemos. O final do governo de Montenegro é marcado por uma acentuada crise financeira, além da crise política, que o afastou de Lemos, sob pressão das críticas dos “Lauristas”.

A partir de 1909, assume o governo do Estado João Antonio Luiz Coelho¹⁷⁷, candidato apoiado por Lemos. Mas a postura do governador eleito se diferenciava, daquela, de seus antecessores. João Coelho assumiu uma posição distanciada da liderança de Lemos, já não permitindo a interferência dele nas decisões da administração e da política do Estado.

Lemos gradativamente foi perdendo espaço político e poder, e sua imagem junto à sociedade paraense já não era mais a mesma, abalada diante de tantos ataques pela imprensa “Laurista” e pelo afastamento de muitos correligionários.

Além da crise política, com a efervescência dos embates político-partidários que ocasionaram a crise da oligarquia “lemista” que esteve no poder 14 anos, outra crise, esta de base econômica, abala o Estado com a queda da borracha¹⁷⁸ nos mercados internacionais, desgastando o suporte financeiro do governo de João Coelho.

Em junho 1911, com a saída de Lemos da intendência, o orfanato enfrenta o abandono. As obras do novo prédio pouco a pouco foram paralisadas. E o prédio antigo da instituição, localizado no bairro da cidade velha, na rua Dr. Assis, que permanecia em funcionamento passa por sérias crises que agravam sua situação, já que desde a década de 1910 sua

críticas, pelos os oposicionistas “Lauristas”. Cf. PARÁ, Governo do Estado. Atos dos governadores do Pará, 2022.

¹⁷⁷ João Antônio Luiz Coelho nasceu em 09 de julho de 1851, na Fazenda Conceição, Boa Vista, município do Acará, no Pará. Estudou em Paris, formando-se em engenharia, em 1876. De volta ao Brasil, em Belém, lecionou francês, no Liceu Paraense e Colégio do Amparo. Sendo o último governador eleito pela oligarquia lemista aos 58 anos. Filiado ao partido Republicano. Desenvolveu uma política e administração longe da interferência de Lemos. Governou o Pará, de 1909 até 1913. Cf. Ibid.

¹⁷⁸ “A queda da exportação da borracha silvestre amazônica para o comércio exterior causou um verdadeiro pânico nas finanças públicas durante o governo de João Antônio Coelho. A decadência se estabeleceu em 1911 na Amazônia quando esse produto, já cultivado pelos ingleses nas suas possessões asiáticas desde 1877, derrubava o preço. A quebradeira era geral, indicada pelo grande número de falências e concordatas de comerciantes.” Cf. PARÁ, Governo do Estado. Atos dos governadores, 2002, p. 163.

manutenção só era possível porque as religiosas Filhas de Santana junto com as meninas desvalidas, realizavam trabalhos manuais que, vendidos, mantinham o funcionamento da instituição.

O projeto de Antônio Lemos de uma bela instituição nos moldes de educação europeia ruiu junto com o seu poder. Em 1912, o orfanato muda de nome e passa a se chamar “Orfanato Municipal”. Seus opositores queriam abafar tudo que lembrasse e engrandecesse a figura de Lemos.

A grande derrocada da histórica política de Lemos, sem dúvida, foi a sua expulsão da cidade de Belém em 1912, que nos é relatado pela historiadora Nazaré Sarges:

Na véspera, em decorrência de um suposto atentado a Lauro Sodré, a multidão, insuflada pelos lauristas, e após um *meeting* realizado na praça da República, ateou fogo no prédio de “A Província do Pará”, o jornal lealista. Não satisfeitos, seguiram até a casa de Lemos, onde promoveram um verdadeiro saque às obras de arte e objetos de valor, para depois colocar fogo na casa. Lemos, encurralado pelos seus perseguidores, foi encontrado no dia seguinte em uma casa vizinha à sua, vestindo apenas um pijama, e, aos empurrões, foi arrastado para a rua até ser levado à casa de Virgílio de Mendonça, intendente de Belém, onde encontrou alguns de seus antigos correligionários. Por ironia do destino, Lemos saiu da casa de Virgílio sob a proteção de Lauro Sodré, que o levou para a casa de seu genro, o engenheiro Joaquim Gonçalves de Lalôr.¹⁷⁹

Após o dia trágico, o intendente Virgílio fez embarcar Lemos rumo ao Rio de Janeiro. No ano seguinte morre Lemos, permanecendo o mito, que até os dias atuais causa controvérsias nos escritos de historiadores.

As obras do orfanato só foram retomadas em 1926, passando por várias fases de interrupção, e concluída, totalmente, em 1937. O suntuoso projeto de Lemos embeleza, ainda hoje, a paisagem da cidade de Santa Isabel do Pará.

¹⁷⁹ SARGES, Maria de Nazaré, 2002, p. 15-16.

CAPÍTULO 4

INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT:
FORMANDO BOAS MÃES E ESPOSAS

No final do século XIX, muitos debates são promovidos por vários segmentos da sociedade civil e política no Brasil, em especial os médico-higienistas, que promovem campanhas para “sanear o país”. Conjugados, os projetos de higienização e urbanização das cidades brasileiras, propõem mudanças no campo da saúde e da medicina, vislumbrando a criação de uma nação moderna com indivíduos saudáveis, pelas boas práticas higiênicas e livres de vícios.

Em Belém do Pará, essas ideias encontram eco nas discussões promovidas nos meios políticos e intelectuais, no final dos oitocentos, quando essa visão saneadora vai se transformar na preocupação com a proposição de projetos de organização do espaço urbano, que inclui o embelezamento da cidade.

Algumas medidas serão tomadas para concretizar esses objetivos, como: o combate às epidemias; a reforma do serviço sanitário; o saneamento básico; e a regularização do abastecimento de água encanada. A essas medidas irão se juntar a construção de prédios públicos, pensados e projetados tendo em vista tal concepção saneadora da cidade, atendendo também aos valores estéticos, além da preocupação em criar espaços higiênicos e organizados.

É nesse sentido que, em 1893, através da Lei nº 86 de 25 de fevereiro, no governo de Lauro Sodré, o Congresso aprova recursos para a construção de um novo edifício para o Colégio do Amparo, “escolhendo para isso o melhor local, de maneira a preencher todas as condições higiênicas dos internatos e a comportar até trezentas alunas, distribuídas proporcionalmente pelos municípios, afora os corpos docente e dirigente”.¹⁸⁰

A partir dessa autorização, o governador Lauro Sodré mandou que fosse feita a planta do novo prédio, sob a responsabilidade do engenheiro civil Victor Maria da Silva, vinculado à secretaria de obras públicas.

O local escolhido para construção da instituição ficava numa parte nobre da cidade, na estrada da Independência, onde até então funcionava o Instituto Paraense de Educandos e Artífices, uma área extensa que possibilitava a edificação de um grande prédio.

A solenidade de lançamento da pedra fundamental para a construção aconteceu em 21 de abril de 1894, com presença de figuras ilustres dos meios políticos, religiosos, intelectuais e militares.

As obras acarretaram grandes gastos aos cofres públicos, ocasionando posteriormente, no governo de Paes de Carvalho, uma paralisação devido à aplicação de recursos em outras

¹⁸⁰ VIANNA. op. cit. p. 20.

construções¹⁸¹ também de custos elevados e que estavam sendo realizadas na sua administração. Foi retomada mais tarde, já no governo seguinte de Augusto Montenegro.

Outra medida importante adotada por Paes de Carvalho, logo no início de seu governo, em 1897, foi a mudança da denominação de colégio Nossa Senhora do Amparo para Instituto Gentil Bittencourt, homenagem ao Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt¹⁸², por toda dedicação e trabalho realizado em prol da causa pública, em especial, pelo empenho nos serviços prestados à instituição das desvalidas quando ocupou o cargo de provedor. No mesmo ano, através do decreto nº 448, de 06 de julho, reorganizou o Instituto, estabelecendo, como sua finalidade, dar instruções primária e educação moral e doméstica às órfãs desvalidas. E definindo ainda que a administração da instituição ficaria sob a responsabilidade de um diretor, com auxílio de seis membros de um conselho, além de uma regente que seria responsável pela administração interna.

Na virada do século, assume o governo do Estado do Pará Augusto Montenegro, em 1901, preocupado em retomar as obras do Instituto Gentil Bittencourt paralisadas no governo anterior de Paes de Carvalho, intenção já demonstrada na mensagem apresentada no início da sua gestão:

Destinado á educação de orphãs desvalidas o Instituto “Gentil Bittencourt” continúa a merecer da parte do governo a mesma attenção com que sempre foi olhado, em respeito ao humanitario fim da instituição (...) Era meu desejo realizar alguns melhoramentos que considero necessários para completar o plano de educação que ahi se de dar, pondo-a mais de harmonia com o que rigorosamente deve conhecer uma boa dona de casa, qualquer que seja a sua posição social, e muito especialmente a filha do povo na sua complexa missão de auxiliar o marido, ajudando-o, animando-o na lucta pela vida, cuidando da educação dos filhos, tratando, enfim, da economia domestica.¹⁸³

Augusto Montenegro, durante o seu primeiro mandato, também não mediu esforços para que as obras não fossem paralisadas, dando continuidade a elas no segundo mandato. A prioridade dada à instituição era evidente, uma vez que, por ser a mais antiga no atendimento de meninas desvalidas, trazia toda uma história de reconhecimento pela sociedade e, mesmo

¹⁸¹ Além da construção do prédio para as educandas, estava sendo construído um prédio novo para abrigar os meninos do Instituto dos Educandos e a penitenciária da cidade. Cf. VIANNA. op. cit.

¹⁸² Gentil Augusto de Moraes Bittencourt foi um importante republicano do Pará e um dos fundadores do Clube Republicano. Nasceu no município de Cametá (Pará), no distrito de Carapajó, em 22 de setembro de 1847. Em 1873 em Recife se formou obtendo o grau de bacharel em Direito. Era amigo de famosos republicanos como Justo Chermont, Lauro Sodré e Paes de Carvalho. Foi Vice-Governador de Lauro Sodré, no período (1891-1897). Foi presidente do Senado Estadual e por um período aproximadamente de dez anos foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Durante muitos anos foi provedor do colégio do Amparo, desempenhando com muita dedicação este cargo na instituição de meninas desvalidas. Cf. OLIVEIRA, Hércio. O sesquicentenário de Gentil Bittencourt. A Província do Pará, 1998, p. 10.

¹⁸³ MENSAGEM, 1 de fevereiro de 1901, p.57.

sofrendo críticas severas de diversos de seus segmentos ao longo do tempo, tinha conquistado um “status”, que se evidenciava nos relatórios do governo. Havia, por outro lado, a constante preocupação de registrar os gastos, os avanços nas obras e todas as medidas empregadas na organização e funcionamento da instituição.

Com a aproximação o fim das obras, Montenegro indica, na mensagem de 07 setembro de 1905, a necessidade de o instituto passar por uma reforma radical, que incluía as partes administrativa e técnica:

Com a mudança do collegio será ocasião de reformar a organização sobre a qual elle vive actualmente. Penso que esta reforma deve ser radical, não só na parte administrativa, como na parte thecnica. Não contesto os grandes e valiosos serviços que desde muito vem prestando a essa instituição o seu ilustre e dedicado provedor effectivo, os quaes lhe valeram a honra de dar nome ao estabelecimento; comtudo, desde muito que noto as insufficiencias da organização actual, quanto á vida interna do collegio.¹⁸⁴

Em linhas gerais, Montenegro expõe aos integrantes do Congresso a sua intenção, de entregar a administração interna do instituto a uma ordem religiosa, estabelecendo um contrato com o Estado. O instituto continuaria vinculado ao Estado e as aulas seriam ministradas pelo corpo de professores do ensino público, enquanto a parte do ensino referente às prendas domésticas seria da responsabilidade da ordem religiosa. A administração superior da instituição deveria ser subordinada ao secretário da Instrução Pública.

Depois da avaliação e aprovação das pretensões do governador, o Congresso do Estado, através da Lei nº 946 de 9 de outubro de 1905, autoriza o governador a dar nova organização administrativa e técnica ao Instituto Gentil Bittencourt. Desta forma, no dia 21 de novembro do mesmo ano, Montenegro baixou o decreto nº 1405, contemplando a reforma¹⁸⁵ do instituto.

A ordem religiosa escolhida para administrar a instituição foi a das Filhas de Santana, pela experiência e bom trabalho já desenvolvidos no Orfanato Antônio Lemos. Em 16 de novembro de 1905, o contrato foi assinado por Sórora Pierina Della Valle, Provincial da congregação de Santana para a prestação de serviço de 12 irmãs junto ao Instituto Gentil Bittencourt.

As cláusulas do contrato eram bem definidas quanto às obrigações e responsabilidades das religiosas no instituto, e estabeleciam também que as mesmas estariam subordinadas ao regulamento baixado pelo Secretário de Estado da Instrução Pública, bem como às demais determinações oriundas de sua secretaria.

¹⁸⁴ MENSAGEM, 1905, p. 53.

¹⁸⁵ As principais medidas adotadas pela Reforma serão abordadas no desenvolvimento do trabalho, a seguir.

Em 20 de junho de 1906, finalmente, o novo prédio do Instituto Gentil Bittencourt é inaugurado pelo governador do Estado Augusto Montenegro para atender mais 200 educandas, podendo ser ampliado o número de vagas de acordo com as necessidades.

4.1. O prédio: marcas simbólicas da formação

Bela instituição, majestoso edifício, brilhante legado, caprichosa instalação, belo palácio, são, entre tantos outros, os elogios dedicados à beleza arquitetônica do Instituto Gentil Bittencourt. A suntuosa obra de Montenegro mereceu destaque nos relatórios do governo, nas revistas de ensino, nos periódicos da cidade. A foto mostrada abaixo revela, na fachada monumental do prédio, um pouco do que ele representava para a cidade como sinal da modernidade e, compatível com o projeto de Montenegro e Lemos, de embelezamento do espaço urbano de Belém.



Figura 1 – Fachada do prédio do Instituto Gentil Bittencourt.
In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

Pela sua importância no cenário urbano da cidade, que permanece até os dias de hoje, a edificação merece uma pequena descrição. O prédio principal, tal qual é visto na fotografia, apresenta uma fachada em frente a um grande jardim, com uma escadaria em mármore

“Carrara”, apresentando duas alas com dois pavimentos, que tem o pé direito medindo de 6m e 30 cm a 07 metros de altura, possuindo um porão que serve de base para o prédio.

Mas não é apenas na fachada que o edifício se apresenta como uma construção digna de nota, o que nos anima a continuar descrevê-lo brevemente no seu conjunto. Ele ocupa uma área de 3.940 metros quadrados, em forma de “E”. Na parte principal do prédio, podemos encontrar um “terrace”, uma sala (recepção), a portaria, a secretaria, a capela e uma sala de costura.

Quanto às alas, na da direita encontram-se 03 salas de aulas de grande tamanho, a menor mede 6,60 por 8,10 metros, 01 escadaria, 02 salas para as latrinas, 01 salão para rouparia, 01 cômodo para depósito de roupas e, por último, 01 compartimento com 30 banheiros. Na ala esquerda, 06 salas grandes, 02 cômodos para as sentinas, enfermaria, sala para banho quente, farmácia, sala para banho com ducha e sala de banho comum. Todas as alas têm comunicação entre si e com o prédio principal através de galerias, e com os pátios, através de escadas.

Em outra parte do prédio ficava localizado o refeitório, sendo o maior salão da instituição, medindo 40 m e 60 cm por 11m e 80 cm, com ventilação exemplar cercado por 16 janelas. Próximo ao refeitório ficavam localizados os pátios para recreação. Na parte de trás estava a lavanderia, a horta, a dispensa, a copa, uma sala de refeições para as freiras e a cozinha.

O segundo pavimento do prédio possuía duas alas. Nelas ficavam o quarto das freiras, 4 pequenos cômodos, 02 privadas, 4 dormitórios bem amplos e ventilados para as educandas e 92 lavatórios.

Quanto ao acabamento do prédio, destaque para alguns materiais empregados, como o mármore utilizado na capela e nas escadarias; os mosaicos e azulejos, utilizados nos banheiros, cozinha, refeitório e galerias; o assoalho de madeiras nobres da Amazônia como o “acapu” e “pau amarelo”, que revestem os pisos das salas de aula e de outras salas.

Alguns materiais utilizados na obra foram importados da Europa e dos Estados Unidos da América, em especial o material empregado na capela, como mármore e mosaicos, e outros como duchas, candelabros, lavatórios, fogão, louças, talheres, roupa de mesa, e as 250 camas.

Porém, uma boa parte da mobília, como carteiras escolares, bancas da professoras, quadro preto, bancos para capela, guarda-louças, armários, mesas, foram fornecidos pelo Instituto Lauro Sodré¹⁸⁶

¹⁸⁶ O Instituto Lauro Sodré atendia a meninos desvalidos e desenvolvia diversas atividades em oficinas de profissionalização. A produção da instituição era considerada de alta qualidade.

Quanto aos cuidados com a higienização do prédio alguns aspectos foram considerados para atender os critérios estabelecidos pela Diretoria Sanitária vinculada à Secretaria de Justiça Interior e Instrução Pública. Como resultado, havia o fornecimento de água de boa qualidade para todos os compartimentos, além da devida atenção à instalação de filtros, lavabos, banheiros, latrinas com sifão e um tratamento adequado aos esgotos.

O problema da higiene tão criticado nos espaços anteriores do Gentil parece que finalmente tinha sido solucionado com o novo espaço. E essa preocupação com a higiene do prédio parece revelar a materialização de uma ideia republicana, configurada num projeto civilizatório de sociedade, no qual a higienização era uma das suas formas mais expressivas.¹⁸⁷

A quantidade de janelas, a largura dos corredores, a altura do pé direito, o tamanho dos cômodos, a quantidades de banheiros, também buscavam atender a esses preceitos higienistas.

Além da atenção dada ao prédio e a devida instalação de objetos e mobília, encontramos duas esculturas, a primeira situada na entrada principal do prédio, e a segunda, localizada no jardim, a revelar, ao que nos parece hoje, o significado de certas concepções correntes na sociedade da época sobre o acolhimento de excluídos.

A primeira é uma lápide comemorativa feita em mármore, na qual está sintetizada a história do instituto, relatando datas e fatos importantes, desde sua criação em 1804 até a inauguração do novo prédio em 1906.

A segunda, situada no jardim, à entrada do instituto, e é um monumento que reúne, claramente indicações simbólicas das concepções existentes na sociedade da época sobre a menina desvalida, bem como da importância do papel da educação vista como caridade. A fotografia dessa obra, mostrada a seguir, evidencia em seu registro tal concepção de infância e caridade, na qual a educação é vista como salvação e futuro das crianças, ou seja, não glorifica apenas o acolhimento, mas eleva o papel da educação como a saída para todos os males.

¹⁸⁷ Cf. Gondra, 2002.



Figura 2 – Monumento do Instituto Gentil Bittencourt.
In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

O significado deste monumento em mármore, que simboliza a educação e a caridade, é assim descrito por Vianna:

Sobre um embasamento arquitetural que se apóia em três degraus e que surge entre flores e folhagens, vê-se uma formosa mulher – a instrução pública – indicando a uma criança do povo o Instituto Gentil Bittencourt, onde lhe reservam educação e amparo. O aspecto da criança é de sofrimento e indigência: ela se arrima à grande imagem tutelar, símbolo de toda a civilização humana, como para invocar nesse abandono a graça do seu magnânimo e carinhoso acolhimento. Sôbre os degraus e perto das flôres, no plano mesmo do terreno, duas educandas, com as vestimentas próprias e regulamentares, juvenis e álares, levam uma coroa de flores e louros como tributo de seu agradecimento pela educação recebida. A concepção é, pois, a mais própria: esta obra d'arte completa a feição monumental do edifício.¹⁸⁸

¹⁸⁸ VIANNA. op. cit. p. 32.

A edificação do Gentil exigiu tempo e dedicação de Augusto Montenegro. E um custo altíssimo para época que, segundo Vianna, se calcula tenha ultrapassado o valor de 1.300:000\$000 réis. Registra, ainda, Vianna a importante localização do prédio:

O Instituto Gentil Bittencourt acha-se majestosamente colocado entre as duas mais belas avenidas desta capital, a Independência e a S. Jerônimo, completamente fechado por um muro de quatro metros de altura, que o separa, à esquerda, de prédios particulares, e à direita, dos imóveis pertencentes à companhia “Pará Electric”.

O terreno ocupa uma área de 20393 metros quadrados.

A sua posição é, pois, a mais desejável para um estabelecimento desta natureza: não está no centro nem fora da cidade, mas num dos bairros mais aristocráticos e higiênicos, sendo facilmente servido pelas duas espaçosas avenidas e por todos os bondes que, partindo da companhia já mencionada, seguem para os mais longínquos pontos da cidade de Belém.¹⁸⁹

A edificação finalizada por Montenegro estava de acordo com a suntuosidade de outras inauguradas na cidade, nesse período que coincide com a intendência de Lemos, parceiro do governador na administração da cidade, como já comentamos no capítulo anterior. E ajudava a imprimir um padrão de beleza e civilidade tão almejado pelas elites da época. Em vários documentos¹⁹⁰ foram registrados os avanços alcançados com o novo prédio, afinal, este era um dos principais problemas enfrentados na história da instituição, desde o primeiro espaço criado pelo bispo D. Manoel, em 1804.

Em síntese, a arquitetura adotada para as instituições educacionais, no início dos novecentos, revela a preocupação republicana dada à educação, e o desenho espacial do prédio busca atender às demandas dos interesses republicanos e das novas propostas educacionais. O ideal de ordem e progresso vinculadas às ideias positivistas se concretizam nas construções dessas instituições educacionais. O controle e a organização do espaço, quanto ao tamanho, distribuição e locais de atividades, área de circulação de ar e normas de higiene fazem parte de princípios essenciais do modelo republicano.

De um modo geral e de outro ponto de vista, poderíamos dizer que a estrutura do prédio estava adequada a uma arquitetura panóptica¹⁹¹, com corredores largos, muitas janelas, escadas que, no conjunto, dão visibilidade para as atividades de outros andares e para a área

¹⁸⁹ VIANNA, Arthur, 1906, p.23-24.

¹⁹⁰ Cf. MENSAGEM, 1906; 1907; 1908. VIANNA. op. cit.

¹⁹¹ O panóptico foi um termo utilizado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham no século XVIII, que consistia num modelo de arquitetura para as prisões. A ideia central do desenho arquitetônico era possibilitar a vigilância e observação dos prisioneiros. O modelo serviu de exemplo para outras construções como hospitais, fábricas, escolas e outros.

de recreação, permitindo às irmãs observar o que acontecia. O espaço propiciava a vigilância e o controle feito por elas em relação a cada atividade das meninas. Ou seja, isso a que Foucault¹⁹² chamou de panoptismo, com base nas ideias de Jeremy Bentham, como a possibilidade de observação total das atividades do observado, fazia parte do projeto realizado. E obedecia ao modelo segundo o qual várias instituições no Brasil vão ser erguidas, ao encontro dessa arquitetura, dita panóptica, na qual o olhar vigilante garante a ordem.

De todo modo, em se tratando de concepção de educação nesses espaços, a partir do Brasil republicano, as instituições para infância desvalida gradativamente ganham também outros significados, além de referências de espaços de cuidado e acolhimento, e se fortalecem e se organizam como instituições educacionais.

4.2. A organização e a administração

A partir da lei de 1905, Montenegro promove uma ampla mudança na organização administrativa e técnica do Instituto, para a qual, estabelece uma reforma¹⁹³. Por ela fica estabelecido que o instituto teria como finalidade dar a instrução primária e educação moral e doméstica a órfãs desvalidas, em número de 200 educandas, havendo a possibilidade do aumento desse número de vagas, desde que autorizado pelo Congresso.

O funcionamento do instituto seria fiscalizado pelo Secretário da Instrução Pública, já que a instituição fazia parte do Estado. Apenas a administração interna ficaria sob responsabilidade das religiosas Filhas de Santana, contratadas pelo Governo para prestação de serviços, sendo este corpo administrativo composto por freiras que ocupavam os seguintes cargos: uma diretora, uma subdiretora, uma farmacêutica, uma porteira e oito auxiliares.

O regulamento era bem claro quanto às obrigações e responsabilidades estabelecidas para cada função. Sendo de competência da diretora do instituto: cumprir e fazer cumprir o regulamento; executar as deliberações do Secretário de Estado da Instrução Pública; manter correspondência com o Secretário; zelar pela disciplina no estabelecimento; enviar ao Secretário relatório anual contendo todas informações necessárias das atividades desenvolvidas no Instituto; fiscalizar as aulas de ensino primário; contratar empregados

¹⁹² Michel Foucault em seu livro intitulado “Vigiar e Punir” utilizou o termo para abordar o tema “sociedade disciplinar”.

¹⁹³ A nova reforma foi regulamentada pelo Decreto nº 1405, de 21 de novembro de 1905. Abordaremos neste item a organização e a rotina da instituição, tendo em vista as novas determinações estabelecidas no Regulamento.

inferiores, segundo a autorização do Governo; organizar uma tabela de custos das obras de costura e prendas; ordenar as compras da administração; organizar uma tabela no final de cada ano, contendo os gastos previstos com alimentação e produtos de higiene; entre outros.

Quanto à subdiretora, teria sob sua responsabilidade o controle de alguns livros da administração, como o de receita e despesa anual, o de inventário de matrícula geral, e o dos termos de exames; o registro da correspondência; o diário do instituto; e por último poderia substituir a diretora no caso de seu impedimento.

A responsabilidade da farmacêutica seria a de dirigir a farmácia, cuidando da higiene do espaço, conservação dos medicamentos, e fazer o acompanhamento do receituário do médico.

A porteira seria a responsável pela portaria, mantendo-a organizada; zelar pelos móveis e utensílios do prédio; controlar o livro do ponto do pessoal; receber e registrar a entrada de documentos oficiais e mais alguns outros.

Quanto ao corpo docente, composto por quatro professoras normalistas e quatro adjuntas, todas vinculadas ao Estado, a elas competiria cumprir o programa adotado pelo Regulamento Geral do Ensino primário; comunicar e justificar as faltas à direção; informar à diretora qualquer irregularidade que ocorresse nas aulas.

A contratação de outros empregados, como cozinheiros, serventes e outros, seria feita mediante as necessidades da instituição, desde que sujeita à aprovação do governo quanto aos custos.

E por último, o pagamento do pessoal administrativo e docente seria de responsabilidade do Estado, como a definição dos valores estabelecidos por ele para os vencimentos.

A ideia principal do decreto era de fato transferir a administração dos serviços internos do Instituto às religiosas Filhas de Santana, apostando-se na sua longa tradição em administrar instituições educacionais. Mas o acompanhamento permanente se daria nas diversas áreas, desde administrativa e pedagógica até a moral e religiosa, favorecendo um maior controle de todo funcionamento do espaço pelo Estado.

As novas concepções sobre educação, que surgem no início dos novecentos, começavam a questionar a interferência e tutela religiosa nas instituições educacionais. Assim, o Estado ao contratar os serviços das irmãs, estabelecia normas que deveriam ser acatadas, não permitindo a interferência eclesiástica na condução do processo, e reafirmando que o instituto pertenceria essencialmente a ele. De modo que as religiosas tinham de trabalhar subordinadas a um regulamento interno baixado pelo governador do Estado, e também submetidas às orientações do secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. A permanência do pensamento positivista de ordem e progresso, imposta e perceptível em todas as áreas de funcionamento

do instituto, também fazia parte do rigoroso controle periódico e sistemático sobre a administração interna e externa da instituição.

4.3. O ensino e o programa curricular

O instituto estava organizado, prioritariamente, para atender meninas órfãs desvalidas, como ocorria desde o Colégio do Amparo, permanecendo a prevalência da ideia de que a educação oferecida deveria ser adequada a sua condição social. Por isso, e atendendo as determinações do regulamento, seria ofertado o curso primário, com o acréscimo de cursos de prendas e de serviços domésticos.

O curso primário seria desenvolvido no Instituto de acordo com o programa prescrito pelo Regulamento Geral de Ensino, objeto do decreto nº 1190 de 17 de fevereiro de 1903, o mesmo adotado nos grupos escolares, e seria ministrado pelas professoras do Estado, e inspecionado pelos inspetores escolares também do Estado.

Os cursos de prendas e serviços domésticos seriam ministrados pelas religiosas Filhas de Santana, de acordo com o programa determinado pela diretoria e aprovado pelo Secretário da Instrução Pública.

Vale ressaltar ainda mais uma vez que no Brasil republicano a educação popular era vista como sinônimo de progresso e, portanto, oferecer educação primária pública à população se definia como base do projeto político recém-inaugurado. Porém, em se tratando de educação para meninas desvalidas, para que em nossa análise não corramos o risco de cometer reducionismos históricos, como bem nos alertam os historiadores José Gondra e Alessandra Shueler¹⁹⁴, vale a pena tecer mais algumas considerações sobre as condições em que essas práticas educativas se davam e sobre as concepções pedagógicas que as norteavam.

. Certamente, durante o período republicano a administração pública do ensino se voltava para questões relacionadas ao aumento da oferta de vagas, aos métodos e à organização do espaço educativo. Porém, em se tratando de instituições de meninas desvalidas no Pará na virada do século, elas vivenciavam essas mudanças, de forma lenta e peculiar. Observamos, desde logo, que a importância dada ao curso primário era bem menor do que aquela dada aos outros cursos, como o de prendas e trabalhos domésticos, por exemplo. Ocorre que as noções de progresso se materializavam de forma diferenciada nesses

¹⁹⁴ Cf. GONDRA & SHUELER, 2008, p.9.

espaços, já que em plena república, a concepção de aprendizado escolar para a mulher, neste caso para a mulher desvalida, ainda era semelhante a dos oitocentos, com o currículo estruturado segundo sua condição social e direcionado para a formação e para o lar.

Mesmo no período em que José Veríssimo foi diretor geral da Instrução Pública, em 1890, era ainda enfatizada a necessidade de uma redução do plano de ensino para meninas desvalidas. Vianna relata em linhas gerais as ideias de Veríssimo sobre o assunto, com as quais ele concorda:

Decretou-se uma redução no plano de ensino, fazendo o abranger somente o ensino primário e cursos de prendas e serviços domésticos, isto é, o necessário de acordo com o futuro a que se destinam as educandas.

Se levarmos à conta a amplitude dos programas do ensino primário entre nós, tal qual se observa nos grupos escolares, ver-se-á que se ministram as educandas conhecimentos variados e indispensáveis.¹⁹⁵

É ainda Vianna, avalizando as ideias de Veríssimo, que conclui pelo equívoco que representou a oferta de algumas disciplinas para as educandas:

Vimos como andou errada a orientação neste assunto, levando os poderes públicos à criação de cadeiras de francês, inglês, piano e dança; é, pois, para louvar que hoje se faça o que desde tanto tempo era preciso fazer – restringir o ensino e ampliar a educação doméstica, cívica e moral.¹⁹⁶

A partir da avaliação de Vianna, percebemos que os objetivos apontados para a educação de meninas desvalidas no bojo do projeto republicano para a educação, embora partindo de interesses comuns, não eram únicos ou homogêneos, possuindo demandas e especificidades diferenciadas.

Retornando então às novas determinações estabelecidas para a organização do ensino, ficava o curso primário dividido em elementar, com a duração de quatro anos, e o complementar, com a duração de dois anos. Para cada turma haveria duas professoras, uma titular e uma adjunta, todas contratadas pelo Estado. Essa nova organização trouxe melhoras para o ensino do Instituto, segundo os relatórios do Secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, Augusto Olympio, encaminhados ao governador em 1909 e 1911. É que nesse caso, como o ensino mútuo – aquele em que um professor dava aula para várias séries na mesma turma - era ainda uma realidade muito presente à época, essa nova fase

¹⁹⁵ VIANNA. op. cit. p.40.

¹⁹⁶ Ibid.

representava poder contar com duas professoras por turma e deve ter trazido, realmente, bons resultados para a instituição.

No relatório¹⁹⁷ apresentado pela superiora, Sórora A. Titã Sbrili ao Secretário Augusto Olympio, podemos observar nos resultados de aprovação no ano de 1909 que os dados apontam progressos, em relação àqueles obtidos no Colégio do Amparo. O relatório da superiora, ao informar que a maioria das meninas fora aprovada, detalha as diferentes categorias nas quais se deu essa aprovação das 227 alunas: 87 foram aprovadas com distinção; 123 foram aprovadas plenamente e 16 foram aprovadas simplesmente. E, apesar de que os critérios de avaliação para classificação das categorias não tenham sido relatados, tudo indica que as irmãs estavam satisfeitas com o resultado.

Os relatórios do governo dessa época, diferentemente dos da província, fornecem poucos dados quantitativos, como, por exemplo, os de matrícula e saída das alunas da instituição. Mas indicam que as turmas chegavam a ter em média de 38 a 58 meninas nas séries do curso elementar, e quanto ao complementar, normalmente eles tinham 15 alunas.

Os cursos de prendas e serviços domésticos sob responsabilidade das religiosas eram levados com todo rigor, e as meninas tinham que se dedicar intensamente a cada atividade realizada, pois ali se acreditava encontrar o caminho que apontava para a formação de moças preparadas para serem boas mães e esposas.

Ainda no relatório de Sórora Titã estão registradas algumas avaliações das atividades desenvolvidas com as alunas, como na aula de flores, por exemplo:

Tendo estas alumnas de aprenderem costura, bordado, e o mais para que ellas têm disposição, vão n'estas aulas por turno de quinze em quinze dias. A aprendizagem de flores artificiaes é trabalho muito agradável para as meninas e deu bastante resultado. As encommendas foram poucas no anno passado, o lucro portanto foi sempre junto à renda dos trabalhos, como V. Exc. verá em seguida. Na occasião do funeral do Exc. Presidente da Republica, fizeram-se n'esta aula diversos trabalhos por ordem do Exm. Snr. Dr. Flexa Ribeiro.¹⁹⁸

O produto de todas as atividades de prendas realizadas pelas alunas era utilizado em parte para o uso da própria instituição, e outra parte disponibilizada para venda. Quando era feita uma encomenda especial, as educandas aumentavam a produção. A foto a seguir mostra as educandas na aula de flores, da qual, em média participavam 40 meninas.

¹⁹⁷ Cf. Relatório do Instituto Gentil Bittencourt referente ao ano de 1909.

¹⁹⁸ Ibid., p. 8.



Figura 3 – Aulas de flores. In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

As aulas de prendas domésticas eram divididas em dois grupos, um grupo de principiantes, e outro, das mais adiantadas. Todas as alunas frequentavam essas aulas, com exceção daquelas que ainda eram muito pequenas:

Estas creanças em aula separada apreendem os primeiros pontos de costura, de marca, algum pequeno objecto em palha, alternando o trabalho com cantos e ligeiros exercícios de gymnastica.

Na aula das principiantes aprendem costura á mão, confecções de roupas, rendas e bordados fáceis.

Na das mais adeantadas se aperfeiçoam nas costuras, confecções de roupas: trabalham rendas de diversos generos, bordados à branco e à matiz.¹⁹⁹

Tais atividades de prendas eram consideradas importantes para a formação feminina, uma herança cultural necessária de ser adquirida na preparação da boa esposa e boa mãe. E pela descrição das atividades em aula, percebe-se que havia uma rígida disciplina a ser

¹⁹⁹ Ibid., p. 9.

seguida em sua rotina, onde a alternância do trabalho, com o descanso, o canto e o exercício físico, estabelece um sistema de controle sobre os corpos, bem no sentido de que nos fala Foucault, quando ele vê o corpo como objeto e alvo de poder:

(...) corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (...) corpo útil, corpo inteligível (...) É dócil um corpo que pode ser submetido, pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.²⁰⁰

Isso que o relato escrito nos diz é reforçado pelo documento iconográfico mostrado acima, da observação do qual se depreende, a partir de fragmento de espaço e tempo retratado das educandas em atividade em sala de aula, com suas roupas em alinhado, sua postura corporal, assim como a ordem que reina no ambiente, que estes parecem operar como indicadores dessa disciplina e controle.

Abaixo, outro momento de atividade das compenetradas e obedientes educandas, em aula de bordado, onde se pode notar, ainda com maior clareza, o que vimos afirmando da imagem fotográfica anterior.



Figura 4 – Aula de prendas. In: Álbum do Estado do Pará, 1909.

²⁰⁰ FOUCAULT, Michel, 2009, p. 132.

Como dissemos anteriormente, nessas atividades de prendas a instituição aceitava encomendas particulares. Com a venda das peças, o dinheiro era revertido para compra de materiais para as aulas. As irmãs tinham um livro específico para as anotações de receita e despesa. Sempre que uma irmã viajava para a Europa levava as encomendas desses materiais, pois lá seu custo era bastante inferior. Em último caso se recorria ao orçamento do Instituto para a compra desses materiais.

Com relação às aulas de costura, estas aconteciam quinzenalmente, e nelas as meninas realizavam algumas tarefas, como fazer vestidos e aventais para o seu próprio uso. A fotografia abaixo registra um grupo de meninas realizando essa atividade de costura, em sala apropriada para tal.



Figura 5 – Aula de costura. In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

Quanto à aula de rouparia, é também da superiora o relato de como eram feitas as atividades e como se dá a participação das meninas nessa rotina:

Na Rouparia vão também por turma, apreendem a consertar roupa e a engommar. Este serviço da rouparia, como todos os serviços domésticos são feitos sempre pelas meninas, a exceção da lavagem. Visto ser este um trabalho muito pesado e prejudicial para a saúde, desde o primeiro anno que nos foi entregue o collegio, julguei melhor confiar este serviço a lavadeiras que ao presente são em numero de seis.²⁰¹

O serviço de cozinha, em que cada semana ficava um grupo de quatro meninas ou mais em rodízio, também fazia parte do currículo e tinha como objetivo principal, segundo as irmãs, ensiná-las a preparar o mais comum e necessário à refeição de uma família.

A rotina da cozinha era monótona e cansativa. Normalmente, eram as meninas maiores que realizavam as atividades no fogão. Em vários momentos tinham que contar com mais ajudantes, pois o volume de trabalho era grande para atender, em média, um número que ultrapassava o de 200 alunas em todas as refeições. Podemos avaliar que essa era uma tarefa árdua, já que a quantidade de comida para o consumo diário exigia que o trabalho tivesse disciplina, pois além do preparo das refeições havia a louça a ser lavada.

É ainda Foucault quem nos diz que a disciplina teria a função utilitária, o que parece ser o caso:

É preciso, além disso, que as disciplinas façam crescer o efeito de utilidade próprio às multiplicidades, e que tornem cada uma delas mais útil que a simples soma de seus elementos; é para fazer crescer os efeitos utilizáveis do múltiplo que as disciplinas definem táticas de distribuição, de ajustamento recíproco dos corpos, dos gestos e dos ritmos, de diferenciação das capacidades, de coordenação recíproca em relação a aparelhos ou tarefas.²⁰²

Vê-se na fotografia a seguir um momento das meninas em atividade na cozinha, onde o espaço é grande e organizado, os utensílios sobre o fogão também são de grande tamanho, a atestar o peso da tarefa. Esta era, essencialmente, controlada pelo tempo, pois todas as refeições tinham um horário rígido a ser obedecido.

²⁰¹ Ibid., p.10.

²⁰² FOUCAULT. op. cit. p. 207-208.



Figura 6 – Atividade na cozinha. In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

Todos os serviços domésticos realizados na instituição eram feitos pelas alunas com ajuda e supervisão rigorosa das irmãs, com exceção dos serviços considerados mais pesados, como a lavagem de roupa, a limpeza da área externa e do jardim. Todas as atividades tinham uma relação intrínseca com os resultados esperados para o processo educativo, daí o seu controle, com vigilância constante, fazer parte da rotina diária.

Outras aulas ainda eram realizadas na instituição, como música, canto e desenho, mas não tinham o caráter obrigatório. As meninas eram escolhidas para participar segundo suas aptidões e pelos critérios estabelecidos pelas irmãs.

A participação nas aulas de música e canto, e os critérios de participação assim são relatados pela superiora Titã:

A aula de musica foi durante o anno passado freqüentado por 34 alumnas, sendo: 24 de piano, 7 de bandolim e 3 de violino.

Adeantaram-se bastante estas meninas no anno passado, porquanto cada uma d'ellas não tenha mais de meia hora para o estudo da musica. Não é obrigatório este estudo no collegio; são sempre, portanto, escolhidas as meninas de boa familia, e mais distinctas no estudo e em comportamento.

A aula de canto, composta de 30 alumnas é dada meia hora todos os dias, à tarde.²⁰³

Observa-se que a escolha das meninas para participar dessas aulas envolvia critérios de valores morais e de comportamento. E o valor atribuído à aula tinha um caráter de prêmio pelo bom comportamento e esmero nos estudos, e, ao que parece, as mais pobres e desvalidas não se enquadravam no critério de “boa família”, daí resultando uma quantidade menor de alunas que participavam das aulas de música e canto.

Quando Foucault discute as formas de sanção normalizadora na escola diz que ela pode ser aplicada através de micro-penalidade, em casos, por exemplo, quando um aluno não se comporta segundo as normas estabelecidas ou não apresenta resultados esperados pelo educador nas atividades em que esteja envolvido. A punição pode ser aplicada através de processos sutis, como a privação de algo, que bem poderiam ser as aulas de música e canto, das quais muitas educandas eram excluídas por não se enquadrar nos parâmetros que orientavam as normas e os critérios estabelecidos pela instituição.²⁰⁴

Das aulas de desenho, tal qual ocorria nas de música e canto, poucas alunas participavam, pois segundo a irmã superiora, a maioria não atendia ao principal critério para fazê-lo:

A aula de desenho freqüentada no anno passado por 42 alumnas, é dada umavez por semana, das 2 ás 5 horas da tarde.

Porquanto todas as meninas demontrom a melhor vontade para apprender desenho e pintura, são poucas as que possuem verdadeira vocação artistica; alem disto o tempo é mui limitado para destrar a mão e o espírito para o desempenho de trabalhos que tenham os requisitos necessários para serem artísticos.²⁰⁵

Algumas alunas participavam de exposição de desenho promovida periodicamente pela Diretoria da Instrução Pública. No ano de 1908 a comissão do júri premiou o trabalho da aluna Maria Lima, que recebeu uma pena de ouro, tendo ainda outras alunas recebido menção honrosa pela participação.

²⁰³ Ibid., p.8.

²⁰⁴ Cf. FOUCAULT. op. cit.

²⁰⁵ Ibid., p. 8.

A atividade que menos despertava o interesse das meninas era a desenvolvida na oficina de tipografia, o que levou à redução da turma para 20 meninas.

A irmã Titã, ao concluir seu relato sobre o ensino na instituição, faz algumas avaliações sobre o currículo. Considerava-o adequado para atender às necessidades das educandas. Porém, apontava a necessidade de se incluir a aula de francês, pois avaliava fundamental que as meninas soubessem pelo menos uma língua estrangeira. E ressalta ainda a importância de incluir também aula de educação física, por considerar esta atividade um estímulo ao desenvolvimento intelectual das alunas.

4.4. A rotina: formação moral, religiosa e para a vida doméstica.

Como já dissemos, a rotina do Instituto era organizada, orientada e fiscalizada pelas irmãs, e desde a hora em que as alunas acordavam havia um controle rígido das suas tarefas, do seu tempo, dos seus passos, enfim, de toda a sua existência na instituição. Havia um tempo definido para acordar, refeições, dormir, rezar, estudar, serviços domésticos e tudo mais. É o que se pode observar no quadro abaixo, onde se estabelece o horário para as atividades de rotina na instituição para todos, sejam alunas, religiosas ou funcionários:

QUADRO 02 - Horário das atividades no Instituto Gentil Bittencourt

HORÁRIO	ATIVIDADE
5:00 - 6:00	Banho
6:00 – 6:30	Reza da manhã e missa
6:30 – 7:00	Café da manhã
7:00 – 8:00	Asseio da casa
8:00 – 11:00	Aula de estudo
11:00 – 11:30	Almoço
11:30 – 12:00	Recreio
12:00 – 13:30	Estudo
13:30 – 17:30	Aula de prendas
17:30 – 18:00	Jantar
18:00 – 19:00	Recreio
19:00 – 19:30	Reza da noite

Fonte: Relatório do Instituto Gentil Bittencourt, 1909.

As atividades seguiam rigorosamente os horários sob o controle das irmãs. As meninas logo quando acordavam seguiam para o banho. A instituição tinha água encanada e tratada, as instalações de banheiro eram suficientes para atender a demanda. Os chuveiros se encontravam instalados em boxes individuais na sala de banho, e não possuíam portas, mas apenas uma cortina a preservar a intimidade das alunas. As irmãs vigiavam esse momento do banho, e a inexistência de portas facilitava a fiscalização que elas julgavam necessária. Além do que, culturalmente, era hábito até os meados dos noventa, na maioria das instituições de religiosas, as alunas tomarem banho de combinação²⁰⁶.

A foto abaixo mostra uma sala de banho do instituto, onde se pode visualizar alguns desses elementos que vimos descrevendo.



Figura 7 – Sala de banho. In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

²⁰⁶ Combinação era um tipo de roupa fina usada embaixo dos vestidos.

Por outro lado, a fotografia também parece revelar aquilo que Foucault chama de “escrúpulos infinitos de vigilância que a arquitetura transmite por mil dispositivos sem honra”²⁰⁷, neste caso a vigilância sobre o corpo feminino considerado sagrado. E que, por isso, precisava ser preservado em sua pureza de todos os apelos sexuais e de pensamentos impuros, seguindo o exemplo de Maria, mãe de Jesus, pureza e maternidade que era preciso se espelhar.

Os horários das rezas e missa faziam parte do ritual religioso, juntamente com outras atividades, como o catecismo, o ato de confissão, as novenas, o terço e as homenagens aos santos.

As refeições eram feitas três vezes ao dia, momento compartilhado pelas alunas num grande refeitório cuja imagem é vista na fotografia abaixo, onde aparecem sentadas ordenadamente, com vestuário bem composto, inclusive de saias que chegavam ao tornozelo.



Figura 8 – Refeitório. In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

²⁰⁷ Ibid., p. 167.

O cardápio era preparado por um grupo de alunas sob a supervisão das irmãs. Era simples e estabelecia um tipo diferente de refeição para cada dia da semana, todas acompanhadas de pão e farinha. Pela manhã era servido café com leite, acompanhados de pão com manteiga. O quadro abaixo mostra o cardápio da semana para o almoço e o jantar:

QUADRO 03 - Cardápio do Instituto Gentil Bittencourt

DIA DA SEMANA	ALMOÇO	JANTAR
Domingo	carne fresca com legumes, arroz, creme de chocolate	sopa, carne fresca assada com batatas, frutas
Segunda-feira	carne seca frita com farofa e feijão	sopa, carne fresca guisada com legumes, frutas
Terça-feira	carne fresca picada, arroz doce	sopa, bife com molho, fruta
Quarta-feira	carne fresca guisada com legumes e batatas	sopa, cozido completo com grão de bico, fruta
Quinta-feira	bife de panela, feijoada completa	sopa, carne assada com batatas, fruta
Sexta-feira	Peixe assado de cebolada, arroz seco	sopa, bacalhau com feijão, fruta
Sábado	Carne fresca picada com legumes	sopa, cozido completo, fruta

Fonte: Relatório do Instituto Gentil Bittencourt, 1909.

A rotina das aulas estabelecia que pela manhã acontecessem as do curso primário e à tarde as de prendas. As alunas eram divididas por turma e por série. A partir de 1908 a mesma série seria dividida em duas turmas. As alunas mais adiantadas ficavam com a professora titular e as mais atrasadas ficavam com a professora adjunta. Esta medida foi adotada, segundo irmã Titã, para melhorar o rendimento das alunas de acordo com a dificuldade de cada grupo. A aula de desenho acontecia às terças-feiras à tarde, e a de canto nas quintas-feiras à tarde.

As alunas tinham dois horários para a recreação, brincavam nos pátios cobertos e na área descoberta. As irmãs ficavam observando as meninas também nessa ocasião. No final do dia tinha a reza da noite, em seguida as meninas iam para seus quartos, tocava a sineta, as luzes se apagavam. Não eram permitidas conversas e nem circulação nos corredores. Os quartos das freiras, assim como os das alunas, ficavam no segundo andar, e eram amplos e arejados. Na foto a seguir é possível observar a disposição do dormitório das alunas, notando-

se as camas dispostas enfileiradas, em perfeita ordenação no espaço, e todas com lençóis arrumados.



Figura 9 – Dormitório das alunas. In: Álbum do Estado do Pará, 1908.

Aos domingos a rotina era diferente, com um horário especial que se vê no quadro abaixo, com a destinação de um tempo maior para a recreação.

**QUADRO 04 - Horário de atividades no Instituto Gentil Bittencourt
(domingo)**

HORÁRIO	ATIVIDADE
10:00 - 10:30	Estudo
11:30 – 12:00	Almoço
12:00 – 13:30	Recreio
13:30 – 15:30	Lição de catecismo
15:30 – 17:30	Recreio
17:30	Jantar

Fonte: Relatório do Instituto Gentil Bittencourt, 1909.

Além disso, nos segundos e terceiros domingos de cada mês, as visitas poderiam ser realizadas, nos horários de 8:00 às 10:00 da manhã. Mas as alunas não tinham permissão para sair, pois era necessário evitar ao máximo o contato com o mundo externo, além dos muros da instituição, onde estava o pecado e os apelos de uma vida desregrada, segundo os valores morais da igreja, obedecidos pelas irmãs.

Poucas coisas aconteciam no Instituto, além dessa rotina estabelecida, que mantinha as meninas ocupadas, sem ociosidades. Vivia-se um regime semelhante ao do claustro de conventos para religiosas. Tornava-se necessário ocupar o tempo das meninas, o que significava ocupar seus pensamentos, evitar desejos e controlar seus corpos, com uma disciplina que os tornassem dóceis²⁰⁸. Aqui mais uma vez recorremos a Foucault, naquilo que ele compreende como “disciplinas” para explicar o rigor com o controle exercido sobre as atividades das alunas:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são os que podemos chamar as “disciplinas”. (...) Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.²⁰⁹

Apesar de toda a rigidez existente, a instituição era sempre elogiada pela sua organização, pela higiene e os progressos na formação das desvalidas. Sem dúvida, o Instituto Gentil Bittencourt não representou apenas a imponência do prédio em suas belas linhas arquitetônicas, inaugurou uma nova etapa para atendimento de meninas desvalidas com mais dignidade. A história do Instituto passa a ser referência para uma época, como na avaliação feita por Augusto Montenegro, no final de seu governo em 1909:

Quem escreve estas linhas visitou as melhores escolas da França, da Alemanha, da Holanda, da Bélgica, de Portugal e só encontrou na Inglaterra estabelecimentos, que em conforto, possam ser igualados ao Instituto Gentil Bittencourt do Pará.

Em França, só uma escola, o Lycée Montaigne, que um é estabelecimento onde o educando aliás paga cara a pensão, pôde comparar-se em confortáveis instalações ao nosso Instituto. Podemos asseverar que como escola gratuita em nenhuma parte do mundo se encontra tão primorosamente acabada e tão luxuosamente installada e mantida.²¹⁰

²⁰⁸ Cf. FOUCAULT. op. cit.

²⁰⁹ FOUCAULT. op. cit. p. 133.

²¹⁰ MONTENEGRO, Augusto. Álbum do Estado do Pará, oito anos do governo (1901 a 1909), p. 296.

A avaliação de Montenegro provavelmente tenha um tom de exagero, já que foi o governante responsável pela inauguração do instituto, porém, os elogios dedicados à instituição por vários segmentos da sociedade civil e política durante a sua história não deixam de ser relevantes.

Ao longo do tempo a instituição²¹¹ se modifica e busca alternativas de funcionamento. Na mensagem de 1911 do governador João Coelho, registra a sua preocupação em finalizar as obras da ala direita do prédio, com o objetivo de funcionamento de um externato e semi-internato para alunas pagantes:

Circumstancias superiores á minha vontade obrigam-me a dizer-vos que não pôde ser determinada a conclusão, por vós auctorizada, da aladireita do edificio occupado por este Instituto, a qual destinávamos ao funcioanamento de um externato e semi-internato para alumnas pagantes. (...) Vimos atravessando situação financeira melindrosa e, ao tempo que me esforçava por honrar os compromissos do passado e manter em dia os do presente, não devia esquecer o futuro, aumentando os encargos do thesouro sem que bem solida estivesse sua fortuna. (...) Continuo, porém, certo da sua utilidade e, se me não couber a satisfação de leval-a a effeito, possa outro fazel-o e prestará serviço relevante a esta sociedade, que sente a carência de um estabelecimento em pé de igualdade com este Instituto, para a educação das futuras mães de familia.²¹²

Mas o governo de João Coelho logo passou a enfrentar uma crise na esfera política e econômica. Os grupos políticos se enfrentavam, o clima era de agitação, ocasionando ataques pela imprensa, violência verbal da população, a que se juntavam os sinais da derrocada do ciclo da borracha na Amazônia, amplificando as dificuldades vividas pelo governador.

De todo modo, o instituto continuou atendendo por um longo período meninas órfãs e pobres, vendo crescer seu prestígio junto à opinião pública, a cada ano aumentando os pedidos de admissão, consolidando-se como referência na Amazônia paraense.

²¹¹ O Instituto Gentil Bittencourt com tempo começa gradativamente a reduzir o atendimento de meninas desvalidas, com a inclusão de alunas pagantes. A partir de 1958 as educandas pobres são transferidas para o Orfanato Antônio Lemos, no município de Santa Isabel. E a partir de 1972 passa a atender meninos e meninas. Atualmente o colégio atende desde a educação infantil, ensino fundamental e médio.

²¹² MENSAGEM, 1911, p. 35-36.

4.5. As educandas

As educandas, egressas de uma vida de pobreza ou de orfandade, eram meninas brancas, pardas, mestiças, caboclas que, ainda muito pequenas, buscavam no instituto acolhimento e proteção. Na sua maioria, oriundas de diferentes regiões do Pará, habitantes ribeirinhas, da floresta ou da cidade. São essas meninas que passarão anos de sua infância, adolescência e juventude vivendo e convivendo com tantas outras da mesma condição, no instituto.

Faz parte desse universo o grupo de meninas, mais de 200, agrupadas na fotografia a seguir, vestidas de maneira solene, posicionadas na escadaria do instituto numa atitude que evoca a formatura militar, num registro emblemático que parece expressar, resumindo, tudo aquilo que vimos falando sobre a ordem e disciplina adotadas na instituição.



Figura 10 – As alunas do Instituto Gentil Bittencourt. In: Álbum do Estado do Pará, 1909.

As educandas pobres e/ou órfãs que ingressavam no Instituto Gentil Bittencourt eram as chamadas desvalidas, condição estabelecida no seu Regulamento para o ingresso. No caso das meninas que não eram órfãs, tinham que ser filhas de pais completamente desvalidos, ou seja, num estágio extremo de pobreza. Entretanto, o número de educandas que não fossem órfãs, que também poderiam ter seu ingresso permitido, não poderia ultrapassar de 20 meninas.

Outros pré-requisitos também eram exigidos pelo regulamento para admissão na instituição: não sofrer de moléstia contagiosa; ser maior de 7 anos e menor de 12. A comprovação desses dados tinha de ser feita por autoridade judiciária, por médicos e pela certidão ou outro comprovante de idade.

As educandas quando ingressavam na instituição recebiam “seis mudas completas de roupas de casa e duas mudas de roupas para passeios; toalhas de rosto, de banho, lenços, calçado para casa e passeios, lençóis, cobertores, chapéus, escovas de dente, pentes”²¹³ (...) e tudo o que fosse essencial para sua rotina de higiene pessoal.

Após a entrada das educandas, elas eram examinadas e depois vacinadas ou revacinadas contra varíola. Como já dissemos, podiam realizar no Instituto o curso primário e o aprendizado de prendas e trabalhos domésticos. O período de férias ficava compreendido entre 25 de dezembro e o 07 de janeiro.

O regulamento estabelecia também em quais casos as educandas poderiam ser desligadas da instituição, a saber: “1º - por moléstia que as impossibilite de aprender; 2º - por mau comportamento; 3º - por falta de aproveitamento; 4º - por conclusão do tempo de estudo e de idade; 4º por conveniência de ensino; 5º - pelo casamento.”²¹⁴

As educandas não podiam permanecer na instituição após os 18 anos de idade. Nos casos específicos da educanda não ter parentes para recebê-la, o governo deveria se responsabilizar pelo futuro, providenciando um trabalho. Em certos casos, algumas alunas foram contratadas depois de concluir o curso primário com sucesso para serem professoras adjuntas na instituição. E os seus vencimentos eram recolhidos à Caixa Econômica, em cadernetas abertas em seus nomes.

²¹³ MONTENEGRO, Augusto. Álbum do Pará. 1909, p. 301.

²¹⁴ Cf. Regulamento autorizado pelo governador Augusto Montenegro, aprovado através do decreto nº 1405, de 21 de novembro de 1905.

Nesse novo regulamento, não se contemplavam mais o dote. Acredita-se que de fato ele tenha deixado de existir, pois os relatórios oficiais do governo e do instituto não o mencionavam mais.

Apesar de todo o excesso disciplinador, fruto das concepções religiosas, morais e políticas sobre a educação à época e, neste caso específico sobre a educação de desvalidas, pode-se entender que o Instituto Gentil Bittencourt representou um marco na ampliação do acolhimento dessas meninas. E mais ainda, com sua existência, estabeleceu um legado de inestimável valor para a história da educação no Pará.

CAPÍTULO 5

INSTITUTO LAURO SODRÉ: FORMANDO BONS TRABALHADORES

A partir de meados dos oitocentos, após a Cabanagem, a cidade de Belém tenta se reorganizar nas diversas esferas da administração pública. Nesse momento, a preocupação com meninos pobres da cidade também é alvo de atenção. Algumas experiências²¹⁵ vão se voltar para a implantação de espaços de acolhimento e educação de meninos oriundos da pobreza e orfandade. Entre elas, temos a criação da Casa de Educandos Artífices dos Pará em 1840, com objetivo de preparação para o trabalho, em ofícios comuns para época. Alguns anos mais tarde, em 1872, outra experiência surge com vistas a promover a educação pública primária e artística, com direcionamento para a formação em ofícios de homens pobres trabalhadores. É criado naquele ano o Instituto de Paraense de Educandos Artífices, que mais tarde, através do decreto nº 414, de 01 de fevereiro de 1897, passa a se chamar Instituto Lauro Sodré, também com a preocupação de formar bons trabalhadores.

5.1. Instituições para meninos desvalidos: um breve histórico

No período de 1840 a 1865, algumas instituições foram criadas no Brasil para atender meninos desvalidos em nove províncias, segundo Rizzini.²¹⁶ A primeira Casa de Educandos foi implantada na Província do Pará em 1840, na cidade de Belém, com o objetivo de oferecer formação em ofícios. A ideia, comum a todos os presidentes de província, era manter a ordem social com essa formação profissional, e, ao mesmo tempo, atender a demanda por mão de obra em ofícios necessários ao crescimento econômico das regiões. No caso de Belém, a atividade econômica na época, como comentado anteriormente, ainda era pequena e de lento crescimento, apesar de nela se sobressaírem um pouco mais o comércio e alguns outros serviços.

A Casa dos Educandos torna-se um espaço para meninos pobres, que ali, além do ofício, aprendiam a ler e escrever, além de submetidos à formação moral e religiosa. O discurso de agosto de 1840, do presidente da província João Antônio de Miranda, ressalta a importância da casa para a formação de meninos pobres:

Os educandos são rapazes pobres, que o Governo faz recolher a huma casa, regidos por um Militar, que se esmera em lhes dar a instrucção conveniente. Das seis horas da manhã até as oito passam o tempo na escola da casa, onde aprendem á ler, escrever, e contar. Á essa hora almoçam, e se distribuem pelas diversas repartições,

²¹⁵ As experiências que analisaremos são as instituições civis oficiais voltadas para formação profissional de meninos pobres e/ou órfãos. As instituições militares da província do Pará criadas nos oitocentos, a Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Guerra e do Arsenal de Marinha não serão objetos de estudo.

²¹⁶ Cf. RIZZINI, 2004.

e obras publicas, onde se entregão ao exercício de differentes officios, conforme a propensão de cada um.²¹⁷

No seu discurso, Miranda informa ainda que são atendidos 81 meninos, distribuídos nas seguintes oficinas: carpinas polieiros; carpinteiros de machado; pedreiros; serralheiros; tanueiros; calafates; enfermeiros; funileiros; corrieiros; alfaiates; ferreiros; ourives carvador; boticário.²¹⁸

O ingresso dos meninos era permitido a partir dos cinco anos de idade, porém, isso não era consenso, pois alguns presidentes achavam inadequado que crianças, ainda muito pequenas, fossem colocadas para aprender alguns officios. É o que se pode verificar no discurso do presidente Bernardo de Souza Franco, em 1841:

(...) providenciando a que na admissão se prefiraõ sempre os de idade de 12 a 16 anos, que estão mais aptos para aprenderem os officios mecânicos de Carpinteiro, Carpinas, Marcineiro, Polieiro, Calafate, Pedreiro, Ferreiro, e Serralheiro, os quaes são mais precizos nas Estações publicas (...).²¹⁹

As oficinas oferecidas, além de habilitar profissionais para esses ramos necessários à época, também visavam à ordenação do espaço urbano retirando meninos das ruas onde viviam entregues à ociosidade. Entendia-se que essas funções eram as mais adequadas aos meninos pobres, porque compatíveis com sua condição social.

A proposta da casa era então uma forma de corroborar sua função social, na medida, em que dava abrigo para meninos pobres, e, por outro lado, também ia ao encontro da intenção política dos governantes das províncias da educação e formação do trabalhador. E mais, tinha como um de seus princípios o retorno dos gastos na formação do educando, que teria que ressarcir os cofres públicos ao terminar o curso após sair da instituição, como ressalta o presidente Bernardo de Souza Franco, no mesmo discurso já citado:

Considerado sob seu verdadeiro ponto de vista he este estabelecimento não só uma Caza de caridade, e soccorros públicos; mais uma instituição de economia política, e que tende a preparar artistas habéis para as diversas obras da Cidade, e província, transformando em Cidadãos úteis a si, e ao Paiz, meninos a quem a falta de educação tornaria talvez Entes nullos ou perigozos a Sociedade, e procurando indemnizar com producto de seu trabalho as despezas, que fizerem ao Estado.²²⁰

²¹⁷ DISCURSO, 1840, p. 40.

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ DISCURSO, 1841, p. 31.

²²⁰ Ibid., p. 30-31.

A maioria das oficinas funcionava em locais fora da instituição, para onde os aprendizes eram encaminhados para aprender suas funções com os mestres de ofícios. As únicas que tinham funcionamento interno eram as de: alfaiate que forneciam fardamento para a polícia e exército; espingardeiro e sapateiro que também aceitavam encomendas de seus trabalhos. Todas as demais tinham funcionamento externo.²²¹

Os meninos eram encaminhados para trabalhar em oficinas, casas de comércio e outros estabelecimentos, onde desempenhavam atividades como aprendizes, não recebiam salários na maioria das vezes, e eram explorados em longas jornadas de trabalho por seus mestres de ofícios, recebendo castigos e punições quando não correspondiam às expectativas de produção. Esse cotidiano de maus tratos fazia parte da história desses meninos desvalidos.

No curto tempo de sua existência, a situação da Casa de Educandos foi se deteriorando rapidamente, envolvida com problemas de administração, falta de materiais e de suprimentos básicos, e pouco empenho nas formações dos alunos. Tal situação é confirmada no relatório de Gonçalves Dias em 1852 encaminhado ao Governo Imperial apresentando a situação em que se encontrava a instrução pública nas províncias do norte do país. Nesse relatório, ele aponta a Província do Pará como tendo sérios problemas, ao descrever a situação encontrada na sua visita em 1851:

Aponte algumas das causas da decadência daquele estabelecimento, de que eram, quanto a mim, as principais: - estar o diretor obrigado a prestar mensalmente contas das diárias, que recebe, restituindo as sobras; de modo que não é possível nem economia nem melhoramento, nem que se procure alguma comodidade para os Educandos. O interior da casa, em que se acham, está em ruínas; aos meninos faltam redes, camas ou tarimbas, e muitas vezes, roupa, uniforme e calçados, - despesa, que deveria ser deduzida das diárias. - São as frequentes deserções que passando impunes, continuam em maior escala. (...) É também que o temor de se haver de repetir os abusos, que no tempo do último Diretor se observaram, fez com que extintas as Oficinas, fossem os oficiais Educandos empregados em obras públicas, vencendo menos salário do que o que seriam em qualquer oficina particular o que era não só prejuízo para a casa, mas injustiça feita aos Educandos, que com os rendimentos do seu trabalho tinham de compensar os gastos da sua educação.²²²

Acrescenta Dias que toda essa situação seria responsável pela redução de educandos pela deserção, que em janeiro de 1850 contava com 53 alunos, em julho tinha 38, em dezembro apenas 25, e, em agosto do ano seguinte de 1851, apenas 13 alunos. Dessa forma, em 1852, a casa foi desativada.

²²¹ RIZZINI, Irma, 2004, p. 216.

²²² DIAS, Antonio Gonçalves, 1989 [1852], p. 354. Cf. A obra intitulada “História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889)”, 1989.

A província do Pará só teria outra instituição para atender meninos desvalidos a partir de 1872, com a criação do “Instituto de Educandos Artífices”, cuja trajetória veremos a seguir.

5.2. A origem do Instituto Lauro Sodré

A instituição que dá origem ao Instituto Lauro Sodré surge em 1872, o chamado Instituto Paraense de Educandos e Artífices. Apesar de criado pela Lei nº 660 de 1870 por Abel Graça, destinado a meninos desvalidos órfãos pobres, só entra em funcionamento em junho de 1872 em prédio²²³ localizado no bairro de Nazaré.

Em novembro de 1872, alguns meses depois do início de seu funcionamento, o presidente da província, Bonifácio Abreu, destaca a importância do Instituto em oferecer ensino primário, geometria prática e desenho linear, além do ensino das artes e ofícios mecânicos.

A Lei nº 660 definia que a instrução profissional seria dada nas oficinas do instituto observando as vocações, além do ensino de moral cívica e religiosa. A idade para ingresso seria de 7 a 12 anos e os alunos tinham que ser obrigatoriamente paraenses, não se aceitando os oriundos de outra província. Os alunos só tinham acesso à formação profissional após a conclusão do curso primário.

A instituição tinha como princípio se tornar autossustentável e, assim como a Casa de Educandos, buscou mecanismos para que isso se concretizasse. Algumas oficinas produziam e vendiam seus produtos para consumo externo, como acontecia com a produção de mobílias para as escolas públicas primárias. Do mesmo modo, outras oficinas também já funcionavam com esse objetivo, como as de carpina, funileiro, alfaiate, ferreiro e serralheiro. A educação física só foi introduzida no currículo a partir de 1874, considerada fundamental para os meninos, principalmente porque viviam em regime interno e precisavam de atividade para estabelecer a saúde mental e física.²²⁴

Os presidentes da província expressavam em seus discursos a concepção de meninos desvalidos que vigorava na época, bem como as expectativas que se tinha deles enquanto segmento marginalizado da sociedade, que só teriam salvação através da preparação para o trabalho e de uma sólida formação moral. A criação de um instituto dessa natureza daria essa

²²³ O prédio do Instituto dos Educandos ficava localizado onde foi construído o Instituto Gentil Bittencourt.

²²⁴ Cf. RELATÓRIO, 1875.

possibilidade da correção social a esses meninos, levando-os a ter uma ocupação e sendo úteis à sociedade com seu trabalho.

Em 1873, Domingos José da Cunha Jr., presidente da província, comentava que:

D'entre todas as instituições creadas no intuito de promover a instrucção publica, é esta sem duvida das poucas que se nos apresenta debaixo d'um ponto de vista mais útil á sociedade, pelos vantajosos resultados que della se deve esperar; porquanto, destinada principalmente á classe menos favorecida da fortuna, offerece-lhe não só uma bem entendida educação, robustecida nos hábitos do trabalho e nos vigorosos princípios da san moral, mas tambem uma instrucção profissional de que tanto carece o artista para dar ás suas obras de cunho da segurança e da perfeição ao lado da necessária economia no trabalho pelo emprego intelligente das forças de que dispõe.

Por sua parte a província arrancando do seio da ignorancia e da miséria essas crianças desvalidas, que mais tarde teriam de multiplicar a escala do crime, terá a gloria de vel-las trocando os hábitos desregrados em que viviam pela mais louvável emulação e decidido amor ao trabalho, concorrer, por sua vez, para o engrandecimento do paiz.²²⁵

Domingos Cunha, portanto, enfatizava em seu relatório os objetivos da educação para meninos desvalidos e o engradamento social do pobre trabalhador. E ele mesmo em outro relatório avalia que o número de educandos atendidos é pequeno, acusando apenas 44, quando o ideal seria aumentar este número para 70 e, posteriormente, para 100 meninos pobres. Porém, tal medida não foi implantada, por falta de acomodações para atender tal quantidade de alunos, o que só virá a acontecer quase no final do império.

O regime de funcionamento no Instituto era muito rígido, os alunos tinham uma rotina exaustiva para cumprir as muitas obrigações que constavam no regulamento. Acordavam às cinco horas da manhã e, logo após a revista, era o momento de oração na capela, seguindo-se a aula de primeiras letras. A da tarde era reservada para as oficinas, e para a aula de música.²²⁶

A vigilância e a rigidez do Instituto para meninos poderiam ser comparadas àquela vivida nas instituições femininas. Acreditamos que poderia ser até maior, segundo Irma Rizzini:

Esperava-se do corpo de educandos disciplina e obediência militares. Dirigir-se aos superiores sem a devida continência constituía falta grave. A hierarquia institucional iniciava-se com o respeito aos companheiros mais velhos. Todos os atos da vida diária dos educandos deveriam ser anunciados por toques de sinetas ou de tambor. Os regulamentos eram precisos quanto às possíveis faltas dos alunos, prevendo todo tipo de transgressão, como sair à noite, parar na esquinas, conversar no meio das ruas ou largos, acompanhar pessoa que não fosse educando, frequentar

²²⁵ RELATÓRIO, 1873, p. 28-29.

²²⁶ Cf. RIZZINI, 2004.

tabernas, se empenhar em atos reprováveis, como o jogo, e outros apenas insinuados pelos legisladores.²²⁷

Localizamos num relatório de 1874, do presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo, o apontamento da necessidade de o Instituto ter um quarto para prisão correcional, como forma de manter a disciplina na instituição. Porém, não sabemos se realmente houve a criação desse espaço no instituto. Mas ao que tudo indica, muitos mecanismos de correções foram implantados e, para aqueles considerados insubordinados e irrecuperáveis, o destino era o pior possível, pois eram enviados para Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Pará, instituição conhecida da população paraense pelo trato desumano de seus alunos. Tanto que era comum na época a polícia recolher meninos nas ruas e encaminhar para Companhia de Aprendizes, que funcionava como se fosse um estabelecimento correcional.

Em 1883, o instituto já contava com 92 educandos, com a meta de atingir 200 de acordo com o fixado na lei nº 1025, de 01 de maio de 1881. Oferecia então as oficinas de marceneiro, alfaiate, sapateiro, ferreiro, funileiro e serralheiro, procurando sempre observar a aptidão do aluno, já que acreditava-se ser fundamental adequar o aprendizado à vocação dos meninos. Estes passavam por exames anuais do ensino primário iguais aos das escolas públicas, como ocorria também nas instituições femininas.

O instituto ao longo do tempo permaneceu quase com a mesma estrutura, e não pode se expandir e nem alcançar a meta de 200 alunos, pois o prédio ocupado era inadequado para atender esse número e os recursos eram insuficientes para atender o funcionamento das oficinas frente a novas demandas.

Com a República, em especial no governo de Lauro Sodré, republicano fervoroso, houve uma mobilização política em prol da educação no Pará, resultando em aumento de escolas públicas, reformas educacionais e aprovação de verbas para a construção do novo prédio do Instituto dos Educandos, através da Lei nº 90, de 09 de março de 1893. Porém as obras só foram iniciadas em 04 de julho de 1894 e, enquanto o novo prédio não era inaugurado, a situação chegou a ficar insustentável com a superlotação, como expressa Lauro Sodré, 1897:

O corpo de educandos compõe-se de 123 menores, numero excessivo e que o estabelecimento não comporta.

Pretendo reduzi-lo a 92, não preenchendo as vagas que se forem dando com o desligamento dos educandos que por incapacidade physica ou qualquer outro motivo deixarem o estabelecimento.

²²⁷ Ibid., op. cit. p. 308.

Não é possível conservar ahi tão grande numero de menores, obrigados a dormirem no mesmo leito, aos dois e aos trez, contra todas regras da hygiene por falta absoluta de accomodações.²²⁸

O discurso assertivo de Lauro Sodré era representativo das condições extremas em que se encontrava o instituto. Para ele a República produziria a nossa regeneração moral pela educação e pela instrução, então, era fundamental programar melhorias nesse campo.

Lauro Sodré termina seu mandato como governador sem conseguir concluir as obras do novo Instituto. Em 1897, Paes de Carvalho assume o governo, e o seu primeiro ato administrativo editado foi o decreto²²⁹ nº 414, de 01 de fevereiro de 1897, que dispõe sobre a mudança do nome do Instituto Paraense de Educandos e Artífices, que passaria se chamar Instituto Lauro Sodré, como forma de prestar homenagem ao ex-governador pela dedicação à causa da educação e, particularmente, ao Instituto.

No seu governo, Paes de Carvalho, concretizava duas ações importantes no campo da educação. A primeira em 1898, através da Lei nº 602, que transformou o Instituto Lauro Sodré em colônia orfanológica, artística, industrial e agrícola. De acordo com a lei, o programa de ensino de artes e ofícios compreenderia: estenografia, tipografia, cartonagem (encadernação), fotografia, telegrafia e gravura. A área de agronomia seria de acordo com o programa da escola agrícola. E a parte do ensino prático e tecnológico seria de responsabilidade de professores das áreas afins. E o objetivo principal do Instituto era o de atender meninos desvalidos e órfãos.²³⁰

E a segunda, e mais grandiosa ação, foi a inauguração do novo prédio do Instituto Lauro Sodré, em setembro de 1899. Localizado no bairro do Marco, às margens da antiga Estrada de Bragança, atualmente avenida Almirante Barroso, o prédio representou uma grande melhoria para o funcionamento do Instituto. Destacava-se pela dimensão, pelo número de acomodações e conforto, pelas instalações para as diversas oficinas e área de recreação. As mudanças ocorridas no campo material vão se refletir no campo da educação promovida no espaço.

Nesse momento o país vivenciava a efervescência das ideias republicanas que postulavam o progresso da nação e a busca da identidade nacional, tendo a educação como sinônimo de civilidade e modernidade.

²²⁸ MENSAGEM, 1897, p. 17.

²²⁹ Este decreto, já comentado, foi o mesmo que mudou o nome do antigo colégio do Amparo para Instituto Gentil Bittencourt.

²³⁰ Cf. Atos dos governadores. op. cit.

A pesquisadora Irene Rizzini²³¹ comenta que o final do século XIX define uma nova etapa no que diz respeito à trajetória da legislação sobre a infância, onde o foco da preocupação passa gradativamente da esfera religiosa e caritativa para o âmbito, agora no Brasil Republicano, da esfera jurídica. Com novos modos de ver a família e definir novas normas sociais, torna-se necessário redefinir essa legislação²³² que incluía essas novas preocupações com a proteção da infância, agora vigentes. Apesar disso, a criança ainda era vista como “problema”, e a autora comenta, por exemplo, a tônica de um dos discursos do Senador Lopes Trovão em 1902, que demonstra uma oscilação constante entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra a ameaça dessa criança à ordem pública.

O Estado, portanto, via essa criança como precisada não só de caridade de acolhimento, mas de ser educada e disciplinada com rigidez para que fosse protegida dos males da sociedade, através da assimilação de normas e valores. A disciplina lhe proporcionaria princípios adequados para que se transformasse em um cidadão saudável e útil à sociedade.

É esse o contexto de ideias no qual surgem essas instituições que vimos citando, destinadas a cumprir esse papel que o Estado vislumbrava possível para corrigir as distorções e desvios daqueles que não contavam com o cuidado e proteção da família. E na sua grande maioria, elas tinham por missão essa formação profissional e agrícola para o trabalho, dentro de um modelo mais moderno de funcionamento e de concepção de educação.

5.2.1. Perfil do Instituto Lauro Sodré

O novo e suntuoso Instituto Lauro Sodré tinha capacidade para atender até 300 educandos num espaço dividido entre o prédio principal com oficinas e a área de recreação, entre outras. O prédio principal tinha 93 metros de frente por 88 metros de fundo. Nele funcionavam as salas de aula com 35 metros de comprimento por 13 metros de largura aproximadamente, o refeitório e os dormitórios medindo em média cada um 35 metros por 13 metros de largura. A foto a seguir dá uma noção da imponência do prédio e de suas dimensões.

²³¹ Cf. RIZZINI, 1995.

²³² A definição legal para a assistência à infância pobre é aprovada. BRASIL. Decreto nº 439, de 31 de maio de 1890. Estabelece as bases para organização da assistência à infância.



Figura 11 – Fachada do prédio do Instituto Lauro Sodré. In: Monografia Lauro Sodré, 1904.

Essa imponência do prédio é também uma outra mostra representativa da arquitetura de embelezamento da cidade no auge do *Belle Époque*. Construído em extenso terreno, na área de expansão da cidade que ganhava contornos de modernidade, como detalhes artisticamente construídos, como é o caso, por exemplo, dos seus portões de ferro.

A área externa do instituto, dividida em três recreios, para alunos maiores, médios e menores, era toda cercada por grades. Havia a preocupação de separar os alunos por faixa etária, sendo que até 1901 eram atendidos meninos em várias faixas menores de 11 anos, mas a partir de 1901 passou-se a aceitar apenas os que tinham mais de 10 anos.

No recreio foram instalados aparelhos de ginástica compatíveis com a concepção existente de saúde e higiene escolar, defendida por médicos, que consistia também na

promoção de outras atividades físicas, além daquelas entendidas particularmente como ginástica. A foto abaixo mostra uma área de recreação com alunos em atividade.



Figura 12 – Área de recreação (Instituto Lauro Sodré). In: Monografia Lauro Sodré, 1904.

Gondra²³³, ao discutir a questão da higiene e educação escolar, mostra como essas ideias que vimos apontando influenciaram as práticas e discursos nas escolas brasileiras. E como o pensamento de médico-higienistas propôs um projeto de escola dentro dos princípios da higiene, no qual um dos aspectos mais relevantes é a importância dada aos exercícios corporais, como forma de os alunos terem um corpo forte e sadio.

²³³ Cf. GONDRA, 2003.

Outro ponto de preocupação com a higiene, além daquela com a moral dos alunos, se traduzia na atenção dada à construção de banheiros em número suficiente para atender a todos os alunos, e de dormitórios amplos, ventilados, limpos e com uma cama para cada aluno. A foto abaixo revela essa amplitude e o sentido dessa disciplina e do conforto existentes nesses dormitórios.



Figura 13 – Dormitório (Instituto Lauro Sodré). In: Monografia Lauro Sodré, 1904.

Nos relatórios do período de existência do Instituto de Educandos e Artífices, umas das críticas levantadas em relação ao espaço, dizia respeito à falta de leito para todos os alunos, chegando, como já comentamos, a dormir mais de um na mesma cama. Neste caso, o aspecto da sexualidade era também motivo de preocupação nos relatórios.

Quanto à área dedicada às oficinas, estas ficavam na parte dos fundos do prédio, divididas por quatro galpões de madeira, construídos em acapu e maçaranduba, medindo 56 metros de comprimento por 34 metros de largura.

Outras dependências que faziam parte do Instituto eram: observatório meteorológico; enfermaria; lavanderia; posto zootécnico e estábulo; banheiros (42 chuveiros); chalés, que serviam de residência para o subdiretor, mestre de oficinas, adjunto, inspetores e outros empregados; uma leiteria; uma fábrica de gelo; um estábulo; horta e pomar, onde eram colhidos diariamente frutos para consumo na instituição.²³⁴

De modo geral, os espaços arquitetônicos estavam adequados para atender à formação educacional, profissional, moral e física dos alunos.

5.2.2. A reorganização pedagógica e administrativa

O instituto foi reorganizado pelo governador Augusto Montenegro através do decreto nº 986, 26 de março de 1901, com o sentido de adequá-lo às novas demandas de ensino e profissionalização que vinham desde sua inauguração. A partir do decreto, algumas medidas pedagógicas e administrativas foram incrementadas.

O Instituto Lauro Sodré continuaria a ser mantido pelo Estado e voltado exclusivamente para formação profissional da mocidade. Atenderia a 250 alunos internos, sendo que 200 vagas deveriam atender, gratuitamente, a população carente oriunda dos diversos municípios do Estado e os 50 restantes seriam alunos pagantes. O número de vagas oferecidas poderia ser ampliado até 300, de acordo com as condições orçamentárias existentes. Os alunos pagantes não deveriam ter maiores privilégios em relação aos demais.

Quanto ao critério de admissão por gratuidade, o aluno teria que ser órfão ou filhos de pais comprovadamente pobres; ter boa saúde, ser vacinado e não ter moléstia contagiosa; ser maior de 10 anos e menor de 16 anos. A preferência para essa admissão às vagas gratuitas seria para órfãos filhos de funcionários do Estado, de oficiais da força Estadual e de operários do estabelecimento.

Alguns critérios foram definidos como motivo para desligamento do aluno, gratuito ou pagante: moléstia que os impossibilite de aprender; mau comportamento; falta de aproveitamento; conclusão de tempo de estudo; falta de pagamento e por pedido dos pais,

²³⁴ Cf. PARÁ. Monografia do Instituto Lauro Sodré, 1904.

tutores ou protetores no caso dos pagantes.²³⁵ Todo e qualquer motivo de desligamento seria feito segundo a autorização do governador. No geral, o aluno só poderia permanecer na instituição até os 20 anos, independentemente de ter concluído ou não os estudos.

O sistema de avaliação do instituto era bem rígido, cada professor registrava o desempenho de seus alunos numa caderneta, onde deveriam constar as notas das lições e exames, e a classificação correspondente a uma escala de 0 a 10, sendo esta assim entendida: de 0 a 4, nota má; de 5 a 6, nota sofrível; de 7 a 9, nota boa; e 10, nota ótima. Além do sistema intervalar de avaliação, havia o exame final, bastante rigoroso, consistindo de prova escrita e oral, sendo estas feitas diante de uma banca composta de dois ou mais professores. Nos exames práticos os alunos eram avaliados pelos mestres de oficinas.

O instituto promovia todos os meses a premiação em dinheiro para o aluno que tivesse realizado um trabalho com “perfeição” ou que tivesse tido a maior “produção” numa oficina. Esses prêmios em dinheiro só seriam recebidos pelo aluno quando ele se diplomasse como operário de 1ª ou 2ª classe²³⁶. Outras premiações eram previstas, como era o caso de ficar isento da realização de serviços de limpeza no instituto. Por outro lado, se o aluno tivesse um mau comportamento estaria impedido de receber qualquer premiação.

A premiação pela produção era incentivada na instituição e sempre citada nos relatórios, junto com a indicação dos dados numéricos da produção de cada oficina. Nos documentos, normalmente, os governantes gostavam de enfatizar os resultados da produção no instituto, como faz Augusto Montenegro, em sua mensagem de 1904:

O Instituto Lauro Sodré continúa a realizar as brilhantes esperanças que sempre nelle depositei, sob a direcção do provecto funcionario que tão devotadamente lhe entregou todas as energias do seu cérebro e do seu coração. Constitue a nossa escola profissional um estabelecimento modelo no gênero e satisfaz aos intuitos que presidiram sua remodelação. Assim é que, alem do acostumado fornecimento de mobílias escolares que neste anno foi muito abundante, os fornecimentos ao Regimento Militar montam á grande cifra, extendendo-se a todo o calçado de que elle carece, e fardamento de linho e de panno, excepção feita sómente dos artigos que são importados da Europa já manufacturados.²³⁷

É importante destacar que essas oficinas se constituíam em fonte de grande economia para os cofres públicos, pois forneciam materiais para várias repartições públicas do Estado.

²³⁵ Cf. PARÁ. Decreto nº 986, 1901, art. 8.

²³⁶ A 1ª classe correspondia àqueles alunos que já tinham concluído o curso primário, e a 2ª classe, aos que tinham concluído o curso complementar.

²³⁷ MENSAGEM, 1904, p. 54.

Também aqui, a noção de corpo dócil, formulada por Foucault, e utilizada por nós para explicar situações vividas nas instituições femininas da época, parece ser útil a fim de compreender a imposição das regras e obrigações no instituto que se configuravam no poder exercido sobre os corpos, em todas as ocasiões, inclusive na atividade produtiva nas oficinas.²³⁸

O sistema de recompensa e punição balizava muitas ações no instituto, empregando-se uma gradação que ia desde pequenas punições até as mais severas. O artigo 84 do decreto 986 estabelecia quais penalidades disciplinares seriam aplicáveis aos alunos: 1º) admoestação particular; 2º) repreensão diante de todos os alunos e seu registro; 3º) prisão em lugar apropriado, privação de recreio e de saída; 4º) desligamento do instituto. As três primeiras penalidades seriam aplicadas pelo diretor da instituição, e a última, pelo governador.

Poderíamos ainda avaliar que o sistema na instituição se aproximaria da rigidez dos espaços prisionais estudados por Foucault, pois a escola era vista como um lugar de castigo, penalidades e punições, as chamadas sanções normalizadoras, com objetivo corretivo, que eram oficializadas em forma de regulamento, regimento e regras, algumas muito detalhadas, como no caso do Instituto.

Para manter a ordem na instituição havia um sistema de vigilância sob a responsabilidade do inspetor. Funcionário encarregado, nos termos da lei do “policiamento” do instituto e em especial dos educandos e de todas as atividades realizadas por eles.

Algumas dessas competências estabelecidas no artigo 25 merecem ser comentadas. O inspetor tinha obrigação de manter a ordem e o sossego entre os educandos, em vários momentos, como à noite nos dormitórios, no banho, na rouparia, nos locais próximos das aulas, fiscalizando o comparecimento dos alunos nas aulas. Fiscalizar todas as dependências do instituto, e avisar ao diretor das faltas dos educandos e empregados subalternos. Pernoitar no dormitório sob a sua responsabilidade. Manter a higiene e limpeza da instituição. Nos sábados ou véspera de feriados, às 15 horas, atribuir uma nota circunstanciada ao diretor do comportamento dos educandos, em relação às várias atividades, o comportamento na hora do recreio, nos refeitórios, nos dormitórios. Determinar, segundo a ordem do diretor, a turma de educandos que deveria fazer a limpeza diária na instituição, escolha que recaía, preferencialmente, sobre os alunos de mau comportamento e pouco estudiosos. E, finalmente, era também o responsável pelo toque de sineta nas horas de atividades de rotina, como na

²³⁸ Cf. FOUCAULT. op. cit.

hora de acordar, do banho, das refeições, das aulas, dos estudos, das formaturas, das oficinas, dos recreios, dos ensaios de música, do recolher e do silêncio.²³⁹

Esse acompanhamento de todas as atividades vigiadas pelo inspetor representava sempre uma ameaça para os alunos por saberem eles que o sistema de penalidades era duro. Mas, por outro lado, a direção entendia que essa era única forma de evitar rebeliões e insubordinações. E é ainda de Foucault que nos valem para entender a posição da direção do instituto, quando ele nos diz que “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.”²⁴⁰

Os alunos eram vigiados pela direção, por seus professores, por seus mestres de oficinas, pelos inspetores e outros integrantes do corpo funcional, havendo um sistema de vigilância hierárquica e, dependendo do local e hora da atividade, sempre existia um olhar disciplinador sobre o aluno.

5.1.3. O ensino: cursos, oficinas e atividades

O ensino no Instituto Lauro Sodré era dividido em curso primário e profissional. O primário correspondia ao curso elementar com duração de quatro anos e complementar de dois anos, obedecendo currículo e programa seguidos em todas as escolas do Estado.

A formação profissional era ofertada através dos cursos, agrícola e industrial, com duração de seis anos, sendo quatro de estudos básicos, e dois, de especialização. Os cursos agrícolas eram os de agricultura, pecuária e zootecnia; e os da área industrial consistiam na formação em artes, ofícios, através de sete diferentes tipos de oficinas, a saber:

- a) carpinteiro, marceneiro, e torneiro;
- b) tipógrafo e impressor;
- c) encardenador;
- d) serralheiro mecânico;
- e) funileiro;
- f) sapateiro, surrador curtidor e corrieiro;
- g) alfaiate.

²³⁹ Cf. PARÁ. Decreto nº 986. op. cit. art. 25 a 32.

²⁴⁰ FOUCAULT. op. cit. p.164.

Todos os cursos oferecidos no Instituto eram ministrados por professores do Estado, com exceção dos cursos industriais, que ficavam sob a responsabilidade dos mestres de oficinas que contavam ainda com a ajuda de contramestres.

Além dessa oferta, o programa contava também com o ensino de música para os alunos que se mostrassem aptos para tal aprendizado. E a instituição tinha uma banda que sempre era convidada para solenidades do governo em datas comemorativas.

Sem dúvida, o aspecto de maior orgulho do governo em relação à instituição era a formação profissional oferecida aos alunos nas oficinas, já que, como ficou dito antes, a concepção de educação no Brasil República vislumbrava um futuro em que meninos e meninas tivessem formação, vista esta como essencial na sua noção de progresso. E, em se tratando de meninos, representavam o futuro de uma nação moderna, de homens trabalhadores, sadios e produtivos. Nos discursos políticos, jurídicos e educacionais era constante a afirmação da necessidade de enquadrar essa população pobre à serviço das demandas sociais de trabalho e de organização do espaço urbano.

E, particularmente, isso se tornava importante em Belém do Pará, no momento em que o auge do ciclo da borracha fazia com que a cidade vivenciasse o “glamour” de uma cidade moderna, na oferta de vários serviços, inclusive bondes movidos à eletricidade, espetáculos teatrais e musicais, na suntuosidade da sua arquitetura, na higienização da cidade, na circulação de vários jornais, entre outros sinais dessa modernidade.

Por outro lado, as contradições relacionadas ao desenvolvimento urbano e econômico afluíam também no cotidiano da cidade, fazendo a cidade conviver com situações como a do grande número de crianças e adolescentes que vagavam no centro urbano, sem que as inúmeras instituições²⁴¹ criadas para acolhê-las fossem suficientes para atender a demanda, que crescia a cada dia.

Foi nesse cenário que as instituições profissionalizantes acabaram consideradas como propulsoras de boa formação e garantia de um futuro mais digno para classe pobre. No caso do Instituto, nos espaços das oficinas, os alunos, além de aprenderem os mais diversos ofícios, algumas delas tinham uma produção em grande escala, cujo resultado era bastante elogiado

²⁴¹ Algumas instituições menores foram criadas fora da cidade de Belém, entre elas: a) **Instituto da infância desvalida Santo Antônio do Prata**, criado em 1903, para atender crianças de ambos os sexos, entre seis e nove anos, que fossem órfãos pobres e filhos de réus condenados, com limite de permanência na instituição até 13 anos. b) **Instituto Orfanológico do Outeiro**, criado em 1904, para atender meninos órfãos, e de pais que fossem desvalidos, entre cinco e até oito anos, só poderia permanecer na instituição até 12 anos. c) **Instituto de Ourém**, criado em 1906, para atender crianças de ambos os sexos, de seis a nove anos, que fossem filhos de índios, órfãos pobres, abandonados e filhos de réus condenados, só podiam permanecer na instituição até os 13 anos. Algumas crianças dessas instituições quando atingiam em média 12 anos eram transferidas para o Instituto Lauro Sodré e Instituto Gentil Bittencourt. Cf. Atos dos Governadores. op. cit. 2002.

pela qualidade dos objetos, roupas, materiais e utensílios, o que também se constituía em motivo de orgulho para os governantes. É o que se pode observar na mensagem de 1906 de Augusto Montenegro, ao falar do instituto:

A feição eminentemente pratica que tem sido imprimida a esta escola profissional cada vez mais se accentúa. Todos os annos a sua força productora augmenta de modo notável. *Ensinar produzindo*, poderia ser a divisa a inscrever na fachada dessa casa de instrução que não encontra igual em nosso paiz.²⁴²

O estabelecimento contava, em 1903, com 86 máquinas, e em 1907, seu número já atingia 110, distribuídas por todas as oficinas que atendiam encomenda de muitas repartições públicas. A rotina seguida no trabalho dos alunos nessas oficinas é o que comentaremos a seguir.

A oficina de alfaiate era bem produtiva e recebia uma grande quantidade de encomendas, e em 1903 contava com 13 máquinas que, segundo o administrador do instituto, eram insuficientes para dar conta dos pedidos. As encomendas atendiam o Regimento Militar do Estado, as guardas da cidade e do interior, a cadeia de São José, além dos alunos do Instituto e de particulares. Entre as peças produzidas, estavam blusas, calças, capas, ceroulas, camisas, bonés, gorros, fardas militares, paletós e outros.²⁴³

A foto a seguir registra um momento dos meninos em atividade na oficina de alfaiate.

²⁴² MENSAGEM, 1907, p. 35.

²⁴³ Cf. MENSAGEM, 1902; 1903; 1907; 1908.



Figura 14 – Oficina de alfaiate (Instituto Lauro Sodré).
In: Monografia Instituto Lauro Sodré, 1904.

Devemos observar que, mesmo podendo se encontrar alunos com pouca idade, nos relatórios não se faz referência à faixa etária dos meninos que ali trabalhavam. É interessante registrar que, embora a atividade de costura fosse uma função atribuída ao gênero feminino na época, a atividade de alfaiate era considerada uma função masculina, como acontece até hoje.

A oficina de tipógrafo e de encadernação tinha uma produção extensa, atendendo várias repartições e instituições públicas, como também particulares. Em 1903, encerrou o ano com 58.839 impressões e 1.480 encadernações. O resultado desse serviço, era sempre elogiado nos relatórios e comparado, por sua qualidade²⁴⁴, à produção gráfica de outras grandes cidades. A fotografia a seguir mostra um aspecto da oficina de tipografia e de encadernação.

²⁴⁴ Tivemos o prazer de manusear algumas obras que foram impressas e encadernadas nesta oficina. Localizadas no Arquivo Público do Pará e na Biblioteca Arthur Vianna.



Figura 15 – Oficina de tipógrafo e de encadernação (Instituto Lauro Sodré)
In: Monografia Instituto Lauro Sodré, 1904.

A oficina de marceneiro representava a de maior receita para o instituto, devido ao volume de encomendas, como também, ao custo por peça produzida, que era superior ao das demais oficinas. Também era a oficina com o maior número de alunos, sempre com lotação total. Dessa oficina saíam carteiras escolares, quadros negros, cadeiras, mesas, pranchetas, armários, estantes, cabides, entre outros. Na fotografia a seguir, vemos alunos trabalhando na oficina de marceneiro.



Figura 16 – Oficina de marceneiro (Instituto Lauro Sodré).
In: Monografia Lauro Sodré, 1904.

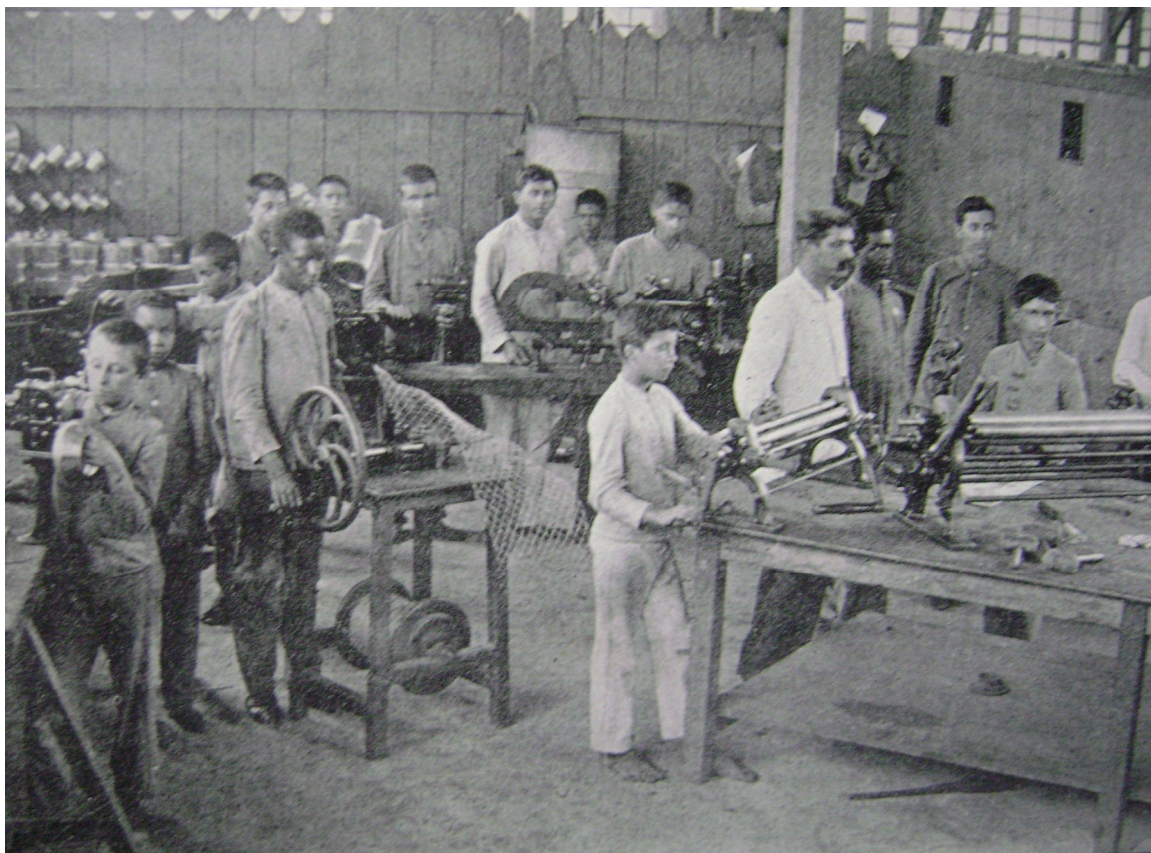


Figura 17 – Oficina de funileiro (Instituto Lauro Sodré)
In: Monografia Instituto Lauro Sodré, 1904.

A oficina de funileiro a que trazia a menor receita para o instituto, com produção bastante inferior em relação às demais, sendo que a maior parte de suas encomendas era de peças de metal em folha.

Finalmente, a oficina de sapateiro ocupou no Instituto, com o tempo, o segundo lugar em geração de receita, depois da oficina de marceneiro. A maior parte de sua produção era destinada às instituições educacionais, à Brigada Militar do Estado e para atender algumas encomendas particulares. A fotografia a seguir mostra alunos em atividade na oficina de sapateiro.



Figura 18 – Oficina de sapateiro (Instituto Lauro Sodré).
In: Monografia Lauro Sodré, 1904.

De um modo geral, todas as fotos mostradas registram os alunos em atividades, e foram feitas especialmente para compor obra encomendada pelo Governo sobre o Instituto Lauro Sodré, e isso é importante considerar em sua leitura. Em algumas imagens, percebe-se a preocupação dos alunos em “posar” para o fotógrafo, algo previsível nessas situações, ainda mais quando as mesmas estariam ilustrando publicações que seriam vistas por muitos. Por isso, entendemos que tal situação tenha se configurado num dia atípico para os meninos, acostumados numa rotina rígida e sem grandes novidades. Porém, de qualquer modo, nos parece que as imagens podem dar conta, significativamente, de alguma coisa daquilo do que podem ter sido as vivências desses alunos nas oficinas.

No decorrer dos anos seguintes, o Instituto passa por algumas mudanças e começa a enfrentar problemas. Logo no início dos novecentos, em 1905, é suprimida a formação agrícola por dificuldades financeiras e por falta de professores qualificados. O número de

alunos já atingia então os 300, o que tornava impossível o atendimento por apenas quatro professores primários, sendo esta uma das maiores reclamações do diretor.

A partir de 1910, o instituto sofre os impactos no seu orçamento, decorrente do abalo econômico produzido pelo declínio do ciclo da borracha amazônica e paraense. Disso resultou a necessidade de redução gradativa de alunos matriculados. Em 1908 se atendia apenas 257 alunos, e em 1911 esse número foi reduzido para 240, ocasionando sérias críticas, uma vez que a procura por vagas no instituto era incessante, os pedidos de admissão, então se avolumavam.²⁴⁵

Uma avaliação sobre a situação crítica em que se encontra o instituto é publicada na “Revista do Ensino”²⁴⁶ em 1911, baseada nas informações contidas no relatório do diretor da instituição, encaminhadas ao governador do Estado João Coelho e reproduzidas por ele em seu próprio relatório. O governador inicia seu relatório demonstrando sua indignação:

Não seria verdadeiro se dissesse que é satisfactotio o estado em que se encontra o nosso internato destinado a ministrar aos orphãos e desamparados, a par da instrucção primaria, o ensino profissional.

Desde o primeiro momento em que a respeito delle tive de manifestar-me, expuz com franqueza o meu modo de pensar.

Em meu relatório do anno passado advoguei a necessidade de reforma que lhe infiltrasse novos elementos de vida, de que elle se vae sentido exausto. (...) Nenhum ensino mais que o profissional é proficuo e compensador dos sacrificios que o Estado fizer para mante-lo em condições vantajosas, e nenhum deixa mais avultados proveitosos.

Se o primário é de resultados elevados para ordem moral e social, elle só se completa com o profissional, pois neste se affirma todo progresso material e o bem estar da collectividade. (...) Assim, dever primordial não deixar que a nossa escola profissional, que chegou a occupar lugar distincto entre as congêneres da America do Sul, perca aquelles foros e retrograde.²⁴⁷

Em continuidade, João Coelho evidencia no relatório os problemas financeiros que sua administração vem enfrentando, o que e por tal motivo o tem impedido de realizar alguns projetos, como ampliar algumas oficinas que têm apresentado bons resultados em sua produção, caso, por exemplo, dos trabalhos de impressão e encadernação. E acrescenta ainda, que haveria necessidade de se ter mais de um funcionário responsável exclusivamente para acompanhamento e direção do setor de aprendizagem de ofícios.

O instituto por várias décadas permaneceu sendo a referência na formação de meninos pobres e/ou órfãos, mesmo enfrentando problemas financeiros, até a metade do século XX,

²⁴⁵ Cf. MENSAGEM, 1908; 1910; 1911.

²⁴⁶ Cf. Revista do Ensino, 1911, p. 324-328.

²⁴⁷ Ibid., p. 324-325.

quando se transforma em Colégio Lauro Sodré, destinado também ao ensino profissional. Hoje seu imponente prédio, depois do colégio ser transferido para outras instalações e passar por processo de restauração, é atualmente a sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerações Finais

A proposta da presente tese consistiu em investigar o surgimento e a existência, numa perspectiva histórica, das instituições para meninos e meninas desvalidas no Pará, com destaque para sua capital Belém, durante o século XIX e início do século XX.

Neste estudo é dada atenção a aspectos sócio-culturais e políticos da história da própria cidade de Belém, por compreendermos que o contexto do desenvolvimento da cidade nestes diversos aspectos foram determinantes para a definição da natureza das instituições criadas para o atendimento dos desvalidos. Do mesmo modo que o foram também para compreensão e identificação das categorias de desvalido a serem atendidos.

Com esse balizamento, procuramos também desvelar a origem do atendimento de crianças bem pequenas pobres, órfãs e abandonadas (estas, embora não tenham sido uma categoria central dentro do trabalho, estiveram presentes em nossas preocupações por serem fundamentais para compreensão das origens das instituições para atendimento às crianças maiores desvalidas, o que terminou se confirmando em seguida).

Por várias razões apontadas em nossa investigação, foi incipiente o interesse pela organização de espaços para atender crianças abandonadas, ainda bebês, na província do Pará. Entre os motivos identificados, estariam: o descaso da Coroa; o costume da população indígena de não abandonar seus filhos pequenos; a curta duração da Casa de Expostos no Pará, ao que parece pela sua reduzida procura, segundo as informações contidas nos relatórios provinciais; e o papel fundamental desempenhado pela Santa Casa de Misericórdia Paraense que assumiu, em parte, a assistência às crianças desvalidas nos oitocentos, inclusive as enviadas para casas particulares aos cuidados de uma *ama de fora*, sob o acompanhamento da instituição.

Uma outra forma de assistência à criança abandonada ainda foi localizada pelo nosso estudo, e diz respeito ao sistema de tutela, no qual o Estado, responsável legal pela criança órfã ou abandonada, poderia passar para uma família a guarda dessa criança mediante o pagamento de um soldo. Esse regime, dito de soldada, estabelecia que um valor em dinheiro deveria ser depositado em conta bancária. Também havia o sistema de soldada informal no qual as famílias pobres entregavam os seus filhos diretamente às famílias para criação, em troca de alimento e moradia, o que resultava, na maioria das vezes, na exploração da força de

trabalho dessas crianças. O estudo indicou que esse sistema, estabelecendo tal forma de tutela no Pará, começou a ser utilizada desde os setecentos.

A conclusão a que chegamos em relação a esse período, em concordância com vários autores, é a de que não teria funcionado no Pará a chamada Roda dos Expostos, como aconteceu em outros lugares do Brasil. O que houve em Belém, funcionando por pouco tempo como dito antes, foi a Casa dos Expostos para acolhimento de crianças desvalidas, com características diferentes em relação à Roda.

Através da análise dos documentos oficiais da província do Pará, como relatórios e mensagens dos governos provinciais, discursos, falas, entre outros, conjugadas às fontes secundárias, tornou-se possível recuperar parte do que foi a existência das instituições de acolhimento aos desvalidos no Pará.

A pesquisa privilegiou as instituições femininas, verificando sua origem, organização, currículo, concepções adotadas nos discursos oficiais e o papel do poder público no atendimento às desvalidas.

Verificamos que as instituições para atender meninos e meninas desvalidas no Pará só aparecem no século XIX. A primeira delas, Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas, criada inicialmente para assistir meninas índias, teve uma trajetória repleta de percalços, principalmente em relação ao aspecto financeiro. Mesmo quando se transforma em Colégio do Amparo, contando com alunas pensionistas pagantes, a situação da instituição sempre permaneceu instável, com problemas de acomodação, conforto e alimentação. A instituição tinha como prioridade a formação da mulher para o lar e prendas domésticas, com a preocupação de encaminhar as meninas no futuro para o casamento ou para um trabalho doméstico. Apesar da criação do dote como forma de garantir um possível casamento para as meninas, isso pouco contribuiu, tendo em vista, entre outras coisas, o seu baixo valor, e a discriminação social em relação às desvalidas.

. As meninas eram vigiadas em todas as suas atividades na Casa das Educandas, uma característica peculiar a todas instituições até meados do século XX, tanto para o gênero feminino quanto para o masculino. A instituição tinha uma rotina rígida, pois era necessário proteger o corpo feminino para conservá-lo na pureza e na castidade.

O Colégio do Amparo, que o substituiu, apesar de contar com uma subvenção maior dos cofres públicos, enfrentou os mesmos problemas vivenciados pelo Recolhimento das Educandas, especialmente pelo aumento considerável de categorias não subvencionadas pelos cofres públicos, como as “encostadas” e “agregadas”.

A insatisfação dos governos provinciais com o descaso da Coroa no que diz respeito à situação da instituição e as críticas em relação à moradia e insalubridade vividas pelas meninas eram constantes, e estão refletidas nos documentos que analisamos.

Quanto à questão educacional, alguns presidentes da província entendiam que a formação dada na instituição deveria ser voltada especificamente para as prendas do lar, compatível com a situação social e econômica das meninas desvalidas. Ao mesmo tempo, uma formação mais esmerada com ensino de língua estrangeira e música seria adequada à condição social das pensionistas pagantes. Com o tempo, o Colégio do Amparo passou a atender prioritariamente meninas desvalidas, como era o desejo acalentado por muitos políticos da época.

No final do século XIX, as transformações por que passa Belém, ocasionadas pelo ciclo econômico da borracha, influenciará no seu desenvolvimento em áreas como a organização urbana, higienização da cidade, ofertas de serviços, crescimento urbano e populacional e, por decorrência, na preocupação do poder público com as instituições para acolhimento dos desvalidos. E é nesse contexto, no governo de Lauro Sodré, que se aprova a destinação de recursos para a construção de um novo prédio para o Colégio do Amparo, que passa a se chamar Instituto Gentil Bittencourt, dentro de padrões de higiene, beleza e tamanho para atender mais de 200 meninas desvalidas.

O novo e suntuoso prédio do Instituto Gentil Bittencourt, com espaço amplo e confortável, foi inaugurado no início dos novecentos, agora sob a administração das Filhas de Santana. Mas a educação oferecida pelo novo colégio era composta ainda do curso primário segundo o programa do Estado, prendas domésticas e orientação religiosa, constatando-se aqui que, apesar de estarmos num modelo de Estado republicano no qual a educação era considerada sinônimo de progresso, a formação feminina ainda dava ênfase e importância aos predicados da boa mãe e esposa. Todavia, Gentil Bittencourt se diferencia pela quantidade de meninas desvalidas inscritas e pela qualidade do atendimento no novo prédio, que foi comparado às instituições de países adiantados. O colégio tornou-se referência no Pará e como todas as outras instituições dessa natureza, havia a preocupação do controle rígido e da vigília sobre as meninas, através de regimento que cobrava cumprimento de horários e rotina de todas as atividades.

Outras instituições femininas surgiram no final dos oitocentos também com a preocupação de atender meninas desvalidas, porém com alguns aspectos diferenciados em relação ao Colégio do Amparo, no que diz respeito à forma de organização e prioridades.

O Asilo e Colégio Santo Antônio é uma dessas instituições, que surge por iniciativa de D. Macedo Costa, em 1873, para atender meninas órfãs e pobres, mais tarde passando a assistir também meninas pensionistas e desvalidas e, sob a direção das irmãs Dorotéias, foi a primeira administrada por religiosas no Pará, já que as anteriores foram administradas por senhoras com a função conhecida como regente da instituição.

Em alguns aspectos, o Asilo Santo Antônio se diferenciou das demais instituições, primeiro porque separava as meninas em categorias, ficando num prédio as desvalidas, e em outro, as pensionistas. O currículo também era diferente, contendo o ensino de música, artes, língua estrangeira e prendas para pensionistas; enquanto o destinado às desvalidas contemplava o ensino de prendas e serviços domésticos, com um pouco de aritmética, gramática, leitura e escrita. E, para todas as educandas, o catecismo. Ou seja, havia uma intenção de adequar a organização e funcionamento da instituição à posição social das alunas e, portanto, à sua função no seio da sociedade.

Houve ainda uma outra instituição, surgida no final dos oitocentos, o “Orphelinato Paraense” que mais tarde, no início dos novecentos, passou a se chamar Orfanato Antônio Lemos. Criada pelo governador Lauro Sodré e depois transferida para a administração municipal do intendente Antônio Lemos, era destinada a meninas pobres, órfãs e moradoras de rua, se coadunando com o objetivo da chamada *Belle Époque*, de revitalizar a cidade com a organização de seu espaço urbano.

O orfanato, que teve uma trajetória de poucos recursos e descaso do poder público, se manteve funcionando por causa da caridade pública e dos cuidados das irmãs Filhas de Santana só recebendo maior atenção quando passou à administração de Lemos, que tinha como meta transformá-lo em um projeto de educação agrícola, para as meninas desvalidas, segundo modelos europeus. Todavia, o prédio que projetou para o orfanato teve sua construção conturbada, e só uma parte dele foi inaugurada, já no final de sua gestão.

Quanto a instituições para meninos desvalidos, embora não tenha sido a nossa prioridade no trabalho, se constituíram em objeto de nossa pesquisa. Essas instituições revelaram uma educação, com algumas diferenças em relação a das meninas, no ensino, na organização, nas prioridades e na forma de educá-los.

A primeira instituição criada para meninos desvalidos, a Casa dos Educandos, em 1840, tinha como meta meninos pobres e órfãos. Ali os alunos aprendiam a ler, escrever, um ofício, além de receberem formação moral e religiosa. Aqui, como sempre acontecia na época, a intenção principal dos presidentes da província era a correção disciplinar e a possibilidade de torná-los úteis à sociedade, através do trabalho.

As oficinas da Casa dos Educandos funcionavam fora da instituição, tendo os alunos de ressarcir os cofres públicos dos gastos com sua formação, após sua saída. O sistema da instituição era bastante rígido, controlado através da administração de um militar. A Casa dos Educandos não durou muito tempo, por problemas na administração e devido às péssimas condições de funcionamento, onde faltavam alimentação, roupa, cama e, especialmente, atenção, o que ocasionou seu fechamento em 1852.

Foi só a partir de 1872 que a província do Pará tem uma nova instituição para meninos desvalidos, o Instituto de Educandos Artífices que no final dos oitocentos, passa se chamar Instituto Lauro Sodré. Nesse instituto os meninos recebiam instrução profissional, aprendiam um ofício e recebiam o ensino de moral cívica e religião. Sua trajetória, em alguns aspectos, apresentou algumas semelhanças com aquelas enfrentadas pelo Colégio do Amparo, com relação aos problemas de prédio e condições gerais de funcionamento para abrigar um número grande de alunos.

Um novo prédio, construído para abrigar mais de 200 meninos só foi inaugurado em 1899, já com o nome de Instituto Lauro Sodré, dentro dos novos moldes republicanos de beleza, de qualidade e suntuosidade, para dar sustentação à boa formação de homens para o trabalho. O currículo consistia de ensino primário, música, educação física, moral e os ofícios segundo a aptidão do educando. Esses ofícios, específicos de formação profissional, agrícolas e industriais, eram ofertados por intermédio das oficinas de carpinteiro, tipógrafo, encadernador, serralheiro, funileiro, sapateiro e alfaiate.

Todas as atividades desenvolvidas tinham o controle rígido dos inspetores, professores, mestres de oficinas e outros profissionais, realizado através de sistema severo, cujo regulamento previa uma série de penalidades e punições, inclusive detenções, para alunos considerados insubordinados. Mas apesar de todo o rigor, a instituição representou no campo da educação e da formação do trabalhador um avanço, tendo em vista a qualidade da formação recebida ali. Os elogios de diversos segmentos foram constantes quanto ao trabalho realizado nas oficinas, com o produto (objetos, materiais, roupas e móveis) atendendo encomendas de várias instituições e particulares, suprimindo demandas existentes na cidade e ajudando com a renda na manutenção do instituto.

Finalmente, temos a considerar algumas observações inferidas de nossa pesquisa e análise. Em relação aos documentos oficiais analisados, percebemos que, a partir do final do Império e início do período republicano, as informações relacionadas às instituições tornam-se mais escassas, só sendo retomadas em maior proporção e detalhes no início dos

novecentos. Acreditamos que tal fato tenha ocorrido dado os momentos conturbados da política local que se refletiram na qualidade dos relatórios.

Outro aspecto significativo diz respeito à importância dada à educação no início dos novecentos, percebida quando da retomada das informações educacionais mais detalhadas dos relatórios. Os termos desvalido e desvalida utilizados nos documentos gradativamente vai sendo substituído por educando (a), aluno (a). Porém o que inferimos é que a mudança de fato se deu mais no registro dos documentos, pois na esfera social e moral reinante, as meninas e os meninos eram vistos como algo desvalido (a), o que se comprovava nas formas de ensinar, nas escolhas do currículo e nas formas de tratamento como o sistema de vigilância e punição, por exemplo. Em relação a este último aspecto, vale destacar que a forma de vigiar e punir nas instituições se diferenciava sendo que dos meninos se aproximava de um regime prisional, com penalidades por vezes extremamente severas. No caso das meninas, quando as referências aparecem, percebe-se que as punições têm um caráter mais brando.

Outra constatação feita pelo nosso estudo se refere ao fato de que, na virada de regime no país, as instituições passaram a ter uma organização e destinação de caráter mais educacional, e menos caritativo e filantrópico. Isso, sem dúvida, está refletido num modelo mais “escolarizante” destinado principalmente aos meninos. Mas, de qualquer modo, havia também nessa escolarização uma distinção já referida que previa para os meninos uma formação para se tornarem bons trabalhadores, enquanto que para as meninas estava destinado a função de boas esposas e mães.

Os documentos apontaram também para algumas questões de gênero, quando se percebe que os meninos foram foco de menor preocupação no atendimento por instituições para desvalidos. Avaliamos que isso tenha ocorrido por se tratar da existência da concepção, até hoje ainda presente em muitos casos, do sexo considerado forte e que tudo pode, bem menos vulnerável que a mulher, e que não precisa de tanta proteção.

Nos registros fotográficos pudemos observar também uma diferença de composição étnica nas instituições, havendo, nas destinadas à população masculina, uma maior incidência de negros e pardos, do que naquelas de atendimento às meninas, o que carece de avaliação conclusiva, pois a quantidade de fotografias a que tivemos acesso foi pequena.

Enfim, nos resta dizer que as instituições para meninos e meninas desvalidas são registros de memórias, de vivências, de um tempo já há muito passado, que tentamos recuperar, pelo menos em parte, através de documentos e outros materiais. Uma tarefa delicada, se considerarmos que os sujeitos dessa trama não tiveram como se expressar, mesmo se tratando de parcelas em maioria na sociedade da época. E, como acontece quase sempre

com a história dos oprimidos, aquela que conteria a sua voz é feita de fragmentos, pistas e sinais que não puderam ser silenciados. Mas alguns desses fragmentos, pistas e sinais, sem dúvida estão presentes em nosso estudo, ajudando a comprovar a importância que as instituições de acolhimento e educação tiveram na vida de meninos e meninas desvalidas no Pará.

Referências

ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALMEIDA, José Ricardo P. de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889)**. Trad. Antonio Chizzotti. São Paulo: INEP, PUC/SP, 1989.

ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na história. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ARIÈS, Philipe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.

ANDRADE, Paulo de Tarso. **Belém e suas histórias: de Veneza Paraense a Bellé Époque**. Belém: Kanga, 2007.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, original (1844), 1969.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Infância tutelada e educação: história, política e educação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Belém de outrora, em tempo de Cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores**. In: ANAIS do Arquivo Público do Pará. Belém: Secult, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, vol. 1: magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouunet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BICUDO, M^a Aparecida V. **Tempo, tempo vivido e história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORDALO, Alípio Augusto B. **A Misericórdia Paraense: Ontem e Hoje**. Belém: Sagrada Família, 2000.

BORGES, Ricardo. **Vultos notáveis do Pará**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1986.

BORGES, Vany P. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHAMBOULERYON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Del Priore, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, pp. 173-191, 1991.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DUARTE, Antonio Valdir Monteiro. **Memórias invisíveis**: narrativas de velhos sobre suas infâncias em Belém do Pará (1900-1950). Dissertação de Mestrado (Educação). Belém, UFPA, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias de infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FILHO, Augusto Meira. **Contribuição à Histórica de Belém**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Alunos rústicos, arcaicos e primitivos.** São Paulo: Cortez, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

_____. & KUHLMANN, M. (orgs.) **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Iconografia da pesca ribeirinha e marítima na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

GOELDI, Emilio. **Alexandre Rodrigues Ferreira.** Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

GÓES, José Roberto de & FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. e VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONDRA, J. G. Modificar com brandura e prevenir com cautela. Racionalidade médica e higienização da infância. In: MARCOS, C. F. e OYSES, K. (org.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

GONDRA, J. G. & SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILSDORF, M^a Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

KUHLMANN, Moisés. Jr. **Infância e educação infantil - uma abordagem histórica.** Porto Alegre-RS: Mediação, 1998.

_____. A circulação de idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: MARCOS, C..F. e MOYSES, K. (org.) **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOMBARDI, J. C. & NASCIMENTO, M^a I. M. (orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados; PUCPR; UNICS; UEPG, 2004.

LOPES, Aberto & FARIA FILHO, Luciano M. FERNANDES, Rogério. (org.). **Para compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARANHÃO, Haroldo (org.). **Pará, Capital: Belém: memórias & pessoas & coisas & loisas da cidade**. Belém: FUMBEL, 2000.

MARCÍLIO, M. Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726 – 1950). In: FREITAS, M.C. (org.). **História social da infância no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **História Social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARIANO, H. Alexandre. **A infância e a lei: o cotidiano de crianças pobres e abandonadas no final do século XX e suas experiências com a tutela, o trabalho e o abrigo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 2001.

MEIRA, Octavio Augusto de Bastos. **Memórias do quase ontem**. Rio de Janeiro: Lidador, 1975.

MONCORVO FILHO, A. **Histórico da protecção á infância no Brasil, 1500-1922**. 2. ed. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica, 1926.

MONTEIRO, Benedicto. **História do Pará**. Belém: Delta/O Liberal, 2001.

MOURA, Esmeralda B. B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4^a ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NETO, José M. B. & GUZMÁN, Décio A. (orgs.). **Terra matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka – Tatu, 2002.

NETO, José M. Bezerra. **As Luzes da civilização**: Instrução Pública, e Asylos Católicos na Província do Pará (1870/1889). Monografia. (Especialização em Teoria Antropológica). Belém, UFPA, 1993.

NEVES, Fernando A. de F. & LIMA, M^a Roseane P. (orgs.). **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paka – Tatu, 2006.

PARÁ. **A Educação no Pará**: documentário. Belém: SEDUC, 1987.

_____. **Álbum do Pará** (1901 – 1909: A. Montenegro). Paris: Chaponet, 1908.

_____. **Atos dos governadores**. Belém: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Monografia do Instituto Lauro Sodré** (Escola Profissional do Estado). Belém: Typografia e Encadernação do Inst. Lauro Sodré, 1904.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará**: Estudo de Geografia Urbana. Belém: UFPA, 1968.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do Adolescente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PESAVENTO, S.J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2008.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Índios e a Civilização – a integração das populações indígenas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Santa Úrsula, 1993.

_____. **O cidadão polido selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese de doutorado (História Social). Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

_____. & PILOTTI, F. **A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto

Interamericano del Nino/editora Universitária Santa Úrsula – CESPI/USU / AMAIS Livraria e Editora, 1995.

_____. (org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil** (Cenas da Colônia, do Império e da República). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

_____. Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobras/MinC – USU Ed. Universitária –Amais, 1997.

_____. (org.). **Olhares sobre a criança no Brasil. Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1997a.

_____. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822-2000). 2ª ed. Brasília-DF: UNICEF; Rio de Janeiro: Ed. Universitária Amais (USU), 2002.

_____, Irene e Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**, percursos históricos e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC, 2004.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época**. História Política do Pará. Belém: Amada, 1973.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. ver. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SAMARA, Euni de M. e TUPY, Ismênia. (org.). **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAMPAIO, Elizabeth de Aquino. **Orfanato Antônio Lemos (1930-1940)**. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Belém, UFPA, 2006.

SANTOS, Marco Antonio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SARGES, Mª de Nazaré. **Belém: Riquezas Produzindo a Belle – Época (1870 – 1912)**. Belém: Paka – Tatu, 2000.

_____. **Memórias do Velho Intendente**. Belém: Paka-tatu, 2002.

SAVIANI e outros. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SHUELER, Alessandra M. F. Crianças e escolas na passagem do império para a república. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: USP, vol. 19, n. 37, set. 1999.

_____. A infância desamparada no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886). **Educação e Pesquisa**. São Paulo: USP, vol. 26, n. 1, jan./jun. 2000.

_____. Os Jesuítas e a educação das crianças – séculos XVI ao XVIII. In: RIZZINI, Irma. (org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil** (Cenas da Colônia, do Império e da República). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VEIGA, Cyntia. G. & FARIA, L. M. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas**, assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999.

_____. Os aprendizes de guerra. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense**: notícias históricas (1650/1902). 2. ed. Belém: SECULT, 1992.

VIEIRA, M^a do Pilar.A. e outros. **A Pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp. 1993.

LEVANTAMENTO DAS FONTES PRIMÁRIAS:

a) Impressos de textos legais²⁴⁸

PARÁ. **DISCURSO** recitado em 2 de março de 1838 na abertura da 1ª sessão da Assembléia Provincial, pelo Soares D'Andrea. Província do Pará: Impresso na Typografia Restaurada de Santos, 1838.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1839 na abertura da Assembléia Provincial, pelo Dr. Bernardo de Souza Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1839.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1840 na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Dr. João Antonio de Miranda. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1940.

_____. **DISCURSO** recitado em 14 de abril de 1841 na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. Bernardo de Souza Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1941.

_____. **DISCURSO** recitado em 14 de abril de 1842 na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. Bernardo de Souza Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1942.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1843 na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. Jozé Tomaz Thomaz Henriques. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1943.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1844 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembléia Provincial, pelo Snr. Desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1844.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1845 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembléia Provincial, pelo Snr. vice-presidente João Maria de Moraes. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1845.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1846 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembléia Provincial, pelo Snr. vice-presidente João Maria de Moraes. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1846.

_____. **DISCURSO** recitado em 15 de agosto de 1847 na abertura da primeira sessão da quarta legislatura da Assembléia Provincial, pelo Snr. vice-presidente João Maria de Moraes. Província do Pará: Typografia de Santos & menores, 1847.

²⁴⁸ Os Discursos, Relatórios, Mensagens, Falas e Exposições, do período de 1830 até 1930 da Província do Pará estão todos microfilmados e disponíveis na Universidade de Chicago, no site WWW.crl.edu/content/Brazil/Para.HTM

_____. **EXPOSIÇÃO** de 8 de abril de 1839 no ato de entrega que fez da Presidência o Exmo Marechal Francisco Joze de S. Soares de D"Andrea ao Exmo Dr. Bernardo de S. Franco. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1839.

_____. **EXPOSIÇÃO** de 29 de maio de 1856 no ato de entrega que fez da Presidência o Exmo Sebastião de Rego Barros ao Exmo Dr. Henrique de Beaurepaire Rohau. Província do Pará: Typografia de Santos & menor, 1856.

_____. **FALLA** dirigida em 1 de outubro de 1848 na abertura da sessão ordinária da sexta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1848.

_____. **FALLA** dirigida em 1 de outubro de 1849 na abertura da sessão ordinária da sexta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1849.

_____. **FALLA** dirigida em 15 de agosto de 1853 na abertura da sessão ordinária da legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. José Joaquim da Cunha. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1853.

_____. **FALLA** dirigida em 15 de agosto de 1854 na abertura da sessão ordinária da legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. Sebastião do Rego Barros. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1854.

_____. **FALLA** dirigida em 1 de outubro de 1859 na abertura da segunda sessão da XI legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. Manoel de Frias e Vasconcellos. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1859.

_____. **FALLA** dirigida em 15 de fevereiro de 1877 na abertura da segunda sessão da XX legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1877.

_____. **FALLA** dirigida em 15 de fevereiro de 1877 na abertura da primeira sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, pelo Snr. José Joaquim do Carmo. Província do Pará: Typografia de Santos & filhos, 1878.

_____. **FALLA** dirigida em 16 de junho de 1879 na abertura da 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Dr. José Coelho da Gama e Abreu. 1879.

_____. **FALLA** dirigida em 15 de janeiro de 1883 na abertura da 2ª sessão da 23ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Barão de Marajú, 1883.

_____. **FALLA** dirigida em 7 de janeiro de 1884 na abertura da sessão extraordinária da legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Barão de Marajú, 1884.

_____. **FALLA** dirigida em 15 de outubro de 1884 na abertura da sessão extraordinária da legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Presidente Silveira de Sousa, 1884.

_____. **FALLA** dirigida em 18 de abril de 1885 na abertura da 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Dr. João Silveira de Souza, 1879.

_____. **FALLA** dirigida em 5 de novembro de 1885 na abertura da sessão extraordinária da legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, Conselheiro Cristão Alencar Araripe, 1885.

_____. **FALLA** dirigida em 25 de março de 1886 na abertura da 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Dr. João Silveira de Souza, 1886.

_____. **FALLA** dirigida em 20 de outubro de 1887 na abertura da 2ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Dr. João Silveira de Souza, 1886.

_____. **FALLA** dirigida em 4 de março de 1888 na abertura da 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Gram-Pará, pelo Dr. João Silveira de Souza, 1886.

_____. **FALLA** dirigida em 02 de fevereiro de 1889, na abertura da 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará, pelo Dr. Miguel José D'Almeida. Província do Pará: Typ. de A. F. da Costa, 1889.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 01.08.1850 pelo presidente Jerônimo Francisco Coelho. Província do Pará, 1850.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 20.08.1852 pelo presidente José Joaquim Cunha. Província do Pará, 1852.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.08.1855 pelo vice-presidente Pinto Guimarães. Província do Pará, 1855.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.08.1856 pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohau. Província do Pará: 1856.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na segunda sessão de 15.08.1857 pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohau. Província do Pará: 1857.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.08.1858 pelo presidente Ambrosio Leitão Cunha. Província do Pará: 1856.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na segunda sessão de 01.08.1859 pelo Coronel Manoel de Frias e Vasconcellos. Província do Pará: 1859.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão de 17.08.1861 pelo Snr. Presidente da província Dr. Francisco de Araujo Brusque. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1861.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 1.09.1862 pelo Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão de 01.11.1863 pelo Snr. Presidente da província Dr. Francisco de Araujo Brusque. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1863.

_____. **RELATÓRIO** com que exc. Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da Província do Pará ao 1º vice-presidente, o Barão de Arary em 09.04.1867. Província do Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 16.08.1868 pelo Dr. Raymundo de Lamare. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1868.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 18.10.1868 pelo vice-presidente Siqueira Mendes. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1868.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.08.1869 pelo vice-presidente Antonio Pinto Guimarães. Província do Pará: Typografia de Federico Carlos Rhossard, 1869.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.08.1870 pelo vice-presidente Dr. Abel Graça. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1870.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.10.1871 pelo vice-presidente Dr. Abel Graça. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1871.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.02.1872 pelo vice-presidente Dr. Abel Graça. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1872.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 05.11.1872 pelo presidente Bonifácio Abreu. Província do Pará: Typografia de Frderico Carlos Rhossard, 1872.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 01.07.1873 pelo Dr. Domingos José da Cunha Jr. Província do Pará: Typografia do Diário do Gram-Pará, 1873.

_____. **RELATÓRIO** com que exc. Dr. Domingos José da Cunha passou a administração da Província do Pará ao 3º vice-presidente, o exc. Dr. Guilherme Francisco Cruz em 31.12.1873. Província do Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.02.1874 pelo presidente Pedro Vicente de Azevedo. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1874.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 17.01.1875 pelo presidente Pedro Vicente de Azevedo. Província do Pará: Typografia de Frderico Carlos Rhossard, 1875.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 17.01.1876 pelo presidente Francisco Corrêa Sá de Benevides. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1876.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 18.07.1876 pelo presidente Francisco Corrêa Sá de Benevides. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1876.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 09.03.1878 pelo presidente José da Gama Malcher. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1878.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na primeira sessão de 15.02.1880 pelo presidente José Coelho da Gama. Província do Pará: Typografia de Frederico Carlos Rhossard, 1880.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 15.02.1881 pelo João Coelho da Gama e Abreu. Província do Pará: Typografia do Diário do Gram-Pará, 1881.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 15.02.1882 pelo Manoel Pinto de Sousa Dantas Filho. Província do Pará: Typografia do “Liberal do Pará”, 1882.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 06.12.1883 pelo Ferreira Carneiro. Província do Pará: Typografia do “Liberal do Pará”, 1883.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 24.06.1884 pelo Visconde de Maracajú. Província do Pará: Typografia de Francisco da Costa, 1884.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 16.09.1885 pelo vice- presidente João Lourenço Paes de Souza. Província do Pará: Typografia de Francisco da Costa, 1885.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 06.10.1886 pelo presidente Freitas Henrique. Província do Pará: Typografia de Francisco da Costa, 1886.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 06.05.1888 pelo presidente Francisco José Cardoso Júnior. Província do Pará: Typografia Diário de Notícias, 1888.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão de 18.03.1889 pelo presidente Almeida Pernambuco. Província do Pará: Typografia Diário de Notícias, 1889.

_____. **RELATÓRIO** apresentado à Congresso Legislativo do Pará, em 24. 03.1891. pelo presidente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes. Pará: Typografia Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1891.

_____. **MENSAGEM** dirigida em 1 de julho de 1892 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1892.

_____. **MENSAGEM** dirigida em 1 de fevereiro de 1893 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1893.

_____. **MENSAGEM** dirigida em 7 de abril de 1894 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1894.

_____. **MENSAGEM** dirigida em 7 de abril de 1895 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1895.

_____. **MENSAGEM** dirigida em 1 de fevereiro de 1896 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1896.

_____. **MENSAGEM** dirigida em 1 de fevereiro de 1897 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1897.

_____. **MENSAGEM** dirigida em 15 de abril de 1898 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo José Paes de Carvalho. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1898.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 15 de abril de 1899 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1899.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 5 de fevereiro de 1900 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo José Paes de Carvalho. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1900.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 1 de fevereiro de 1901 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo José Paes de Carvalho. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1901.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 10 de setembro de 1901 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Augusto Montenegro. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1901.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Augusto Montenegro. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1892.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Augusto Montenegro. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1903.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Augusto Montenegro. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1904.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1905 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Lauro Sodré. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1905.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1906 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Augusto Montenegro. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1906.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de julho de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Augusto Montenegro. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Augusto Montenegro. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1909 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo João Antonio Luiz Coelho. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo João Antonio Luiz Coelho. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo João Antonio Luiz Coelho. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911.

_____.**.MENSAGEM** dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo João Antonio Luiz Coelho. Governo do Estado do Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912.

ANEXOS

ANEXO - A

REGULAMENTO

O Presidente da Província, tendo em toda a consideração o Recolhimento das Educandas, cuja sorte dezeja melhorar, empregando os meios, que se acharem á sua disposição, para que seja elle um asilo profícuo ás infelizes desvalidas, á quem tem o Governo por obrigação rigorosa subtrahir ás desamparo, e á mozeria, para que, por meio da educação conveniente, venhaõ a ser para o futuro úteis á si e a Sociedade, á quem não devem servir de pezo, ou de vergonha, mas ao contrario de apoio, e gloria, há por bem, em quanto a Assemblêa Provincial outra coiza não decretar, determinar o seguinte.

Art. 1º O Recolhimento das Educandas continua á ser regido por um administrador, e uma Regente, ambos da livre escolha do Governo. Esta é subordinada á aquelle, e é especialmente incubida da execução do Regulamento interno, que nesta data se publica. Aquelle tem por dever inspeccionar a execução do referido Regulamento, e providenciar sobre tudo, que respeitar á administração externa do mesmo Recolhimento.

Art. 2º O fim do Recolhimento é a subsistência, educação, e instrução das Orfaãs e desvalidas.

Art. 3º O Recolhimento garante a instrucção primaria, e ensino de costura, bordado, renda, e o mais que tiver relação com estes ramos. Garante outro sim, logo que haja mestres idôneos, o ensino da muzica, lingua Franceza, e dezenho.

Art. 4º Nelle se dá asilo as desvalidas, que forem addmittidas por despacho do Governo, á quem só compete a admissão, sob informação do Administrador; ás Orfaãs, que se acharem debaixo da tutela das Camaras Municipaes; ás filhas famílias, cuja entrada de seus pais ou parentes requererem, pagando uma modica mesada, as quaes terão a denominação de Pencionistas.

Art. 5º Fica ao arbítrio do Governo o juízo sobre a idade, circumstancias, e merecimentos da pretendente, sendo regra invariável, que nenhuma será recolhida com idade superior á quatorze annos.

Art. 6º Pelas Educandas das Camaras Municipaes pagarão estas a mesada de oitenta mil reis annuaes; por cada pencionista pagar-se-haõ cento e cincoeta mil reis tambem annuaes. Aquelle, que fizer recolher tres filhas, pagará a penção correspondente á duas: o, que fizer recolher quatro, pagará em relação a tres, e assim em diante.

As pensoens assim fixadas principiaõ a correr desde a publicação deste Regulamento, devendo os respectivos pais ou tutores, no cazo de terem adiantado alguns quarteis, entrar em devido tempo com o quantitativo, que faltar.

Art. 7º O Presidente da Província mandará recolher á Thezouraria Provincial toda importancia resultante da subscripção, que promoveo em favor das Educandas, e bem assim o resultado do beneficio em protecção das mesmas feito.

Art. 8º De todos estes productos se deduziraõ as quantias necessárias para o arranjo extraordinario, de que ellas necessitarem, assim como tambem as quotas precisas para com as quantias consignadas pela Lei se fazer face as despesas ordinárias do Estabelecimento.

Art. 9º O Administrador do Recolhimento receberá na Thezouraria, precedendo Portaria do Governo, a quota indispensavel para as despesas do mez, e bem assim as que se fizerem precisas para algumas despesas imprevistas.

Art. 10º Terá um livro, em que com precizaõ, e clareza organize as suas contas que no fim de cada mez prestará ao Presidente da Província, devendo nessa occasiaõ dar conta do que houverem rendido os bens pertencentes ao recolhimento.

Art. 11º Quando houver algum rendimento em caixa, a Portaria, de que trata o artigo 9º, mandará somente pôr a disposição do Administrador o, que faltar para complemento da quantia orçada para as despesas.

Art. 12º Continua á abonar-se á Regente D. Maria das Neves, em attençaõ aos longos annos de serviços prestados ao Estabelecimento, a pensão anual de cincoenta mil reis; e á actual Regente D. Maria Carlota a de cem mil reis tambem annuaes. Palácio do governo do Pará 30 de Maio de 1840.

João Antonio de Miranda

O Presidente da Província ordena, que no Recolhimento das Educandas provisoriamente se execute o seguinte.

REGULAMENTO

CAPITULO 1º

Artigo 1 º As cinco horas da manhã irá uma criada tanger o sino por algum tempo, a fim de despertar as educandas, e, feito isto, irá pelas portas de seus quartos, principiando pelo da regente, batendo e dizendo= Louvado seja o Nosso Senhor Jesus Christo = até que de dentro lhe respondão = para sempre.

Artigo 2º Logo que as educandas se levantem, lavarão os seus rostos, vestir-se-ão, e compostas que sejam (para o que se lhes dará meia hora) se encaminhando á Capela, á levar seus respeitos á Deos por meio da oração.

Artigo 3º Acabado este acto, trarão de varrer seus quartos, depois do que irão para o seu jardim recrearem-se com suas flores, até as sete horas da manhã.

Artigo 4º As sete horas servir-se-há o almoço, devendo comparecer todas em uma só meza, incluzive a regente. Na sua falta, que só deverá ser por motivo de doença, será presidido este, bem como todos os demais actos, por uma das educandas mais velhas.

Artigo 5º Acabado o almoço, que durará um quarto de hora, irão para os seus deveres. Ás dez horas, as classes que freqüentarem as escolas, se unirão ás costureiras, e com ellas trabalharão até onze horas e meia.

Artigo 6º Ao meio dia deverá ser o jantar, assim como foi o almoço, conservando-se todas no maior silêncio, e com o maior respeito. Se alguma necessitar de alguma coisa, dará uma pancada na mesa, á cujo som acudirão as, que estiverem de semana, afim de satisfazerem o pedido.

Artigo 7º Acabado o jantar, encaminhar-se-hão á Capella á dar graças, findo cujo acto irão para o seu repouso.

Artigo 8º Ás duas horas irão para as suas costuras, e escola, assim como no artigo 5º, devendo durar a escola até as quatro, e a costura até as cinco horas da tarde, no fim de cujo tempo se levantarão e irão para o recreio de seu jardim.

Artigo 9º Depois do toque das Trindades reunir-se-hão na Capella, afim de rezarem a oração ou orações, que a regente determinar, no fim do que irão fazer serão todas juntas nas suas costuras, que durarão até as oito horas.

Artigo 10º As oito horas e meia será a ceia, regulada como se acha no 6º, no fim de cujo acto retomarão á Capella a dar graças.

Artigo 11º As nove horas tocará á silêncio, com o qual todas se recolherão á seus quartos sem mais poderem sahir até o dia seguinte ao toque de despertar.

Artigo 12º Para todos estes actos serão chamadas pelo toque do sino, de cuja obrigação será encarregada, por turno, que durará uma semana, uma das meninas, que terá o título de campista, ficando só isenta do desperto das cinco horas da manhã, o qual será feito por uma criada da casa, como está dito no artigo I.

Artigo 13º Assim mais por turno todas as semanas se nomeiarão duas Educandas para o cargo de refeitoreiras, as quaes tem por dever cuidar dos arranjos e aceio da mesa, para todos os actos da refeição, e estas são as que farão obrigadas á servir as outras nestes actos.

Artigo 14º Depois do toque de silêncio, a regente será obrigada á cruzar algumas vezes os corredores, e, achado fora de seo quarto alguma menina, dará parte ao Administrador do Recolhimento, para providenciar como for justo.

Artigo 15º Os Domingos e dias Santos são consagrados á religião, ao recreio do jardim, e á leitura de livros de instrucção, que ficão á escolha do Administrador.

CAPÍTULO 2º

Artigo 16º As Educandas são obrigadas á confessarem-se de três em três mezes, ficando livre á cada uma o confessar-se as mais vezes que quizer. A mesma obrigação incumbe á Regente.

Artigo 17º Devem ser uniformes em seos vestuários, usando todas de vestidos de lila, "ou fazenda preta semelhante (a escolha do Administrador) lenço branco, e meias brancas, sendo as pensionistas impreterivelmente sujeitas á este mesmo regimen.

Artigo 18º É prohibido ás Educandas escrever, ou receber cartas, dar ou receber recados. Se por algum motivo alguma delas for procurada, a Regente ouvirá primeiro o pretendente, e o despachará sem audiência da Educanda, se achar que é capaz disso.

Artigo 19º É proibida a entrada de quem quer seja no Recolhimento, e a penas permitida á quem por objecto de serviço ao mesmo se dirigir, para o que precederá ordem da Regente. Esta prohibição se estende as próprias mães e parentes, cujas visitas não passarão da sala. Exceptua-se desta determinação o caso de moléstia, no qual será permitida a entrada aos parentes tão somente, precedendo consentimento do Administrador. Exceptuando-se também as vizitas do Medico e do Capellão para actos de seus officios.

Artigo 20º É permitido receber o Recolhimento materiaes para costura, ou satisfazer as encomendas, que se fizerem relativamente ás costuras, rendas, bordados, doces && Qualquer que tenha pretensões semelhantes, tratará com a Regente, a qual distribuirá os trabalhos pelas Educandas, preferindo sempre as filhas do Recolhimento ás pensionistas. O producto será para a menina, que tiver feito a obra, e no fim de cada semana dará a regente conta ao Administrador dos trabalhos, que se houverem feito, e do producto, que se houver recebido.

Artigo 21 ° Sobre todo, quanto respeitar ao Recolhimento, e ás Educandas, não poderá a Regente entender-se com pessoa alguma, que não seja o Administrador.

CAPÍTULO 3º

Artigo 23º As Educandas não devem faltar ao respeito á suas superiores, ou á aquelas, que fizeram as suas veses. Não devem também faltar ao respeito ás mais velhas, nem usar palavras

ásperas, ou offensivas. Devem ouvir com os olhos baixos os conselhos ou repreensões, que suas superiores lhes derem, porque fazem as vezes de suas mães, e por isso tem direito á serem tratadas com todo respeito, carinho e delicadeza.

Artigo 24° O Recolhimento reconhece os seguintes castigos:

§ 1 ° Conselho ou rehepreção em particular.

§ 2° Conselho ou rehepreção em presença de todas as educandas.

§ 3° Dobrar o serviço de campista, ou de refeitoreira, ou faze-Lo quando não lhe compita.

§ 4° Exclusão do comparecimento á mesa, por uma vez somente, declarando a regente ás mais no acto da reunião o motivo do castigo.

§ 5° Exclusão do Recolhimento.

Artigo 25° É prohibido todo o castigo corporal, qualquer que seja a sua natureza.

Artigo 26° Os castigos dos § 1°,2°, 3°,e 4° são applicados pela regente, conforme julgar mais conveniente. O 5° é da attribuição privativa do Presidente da Província.

DISPOZIÇÕES GERAES

Artigo 27° Haverá no Recolhimento um livro rubricado pelo Administrador, o qual será entregue á Regente, depois de nelle serem transcriptos o Regulamento Externo relativo ao Recolhimento que nesta data se publica e o presente.

Artigo 28° Este livro terá três distribuições.

§ 1 ° A primeira servirá para fazer-se honroza menção de todos os que por qualquer modo beneficiarem o Recolhimento, sendo permitido aos bemfeitores assignar aos seus nomes nos lugares, em que de seus benefícios se fizer menção.

§ 2° A segunda servirá para se fazer nota dos castigos de N° 2, 3, 4, e 5, que receber qualquer Educanda, para correção própria, exemplo e estímulo das mais, devendo no caso do castigo 5° serem transcriptas as Portarias do Governo.

§ 3° A terceira servirá para notar-se a visita do Presidente da Província, e das pessoas que o acompanharem, todas as vezes que for ao Recolhimento, escrevendo-se as notas que o mesmo fizer em abono ou desabono do aproveitamento das Educandas, e todas as ordens que acertado expedir.

Artigo 29° A Sua Excellencia Revendissima competem dentro do Recolhimento e em Relação ao seu interior todos os poderes e prerrogativas, que exerce o Presidente da Província.

Palácio do Governo do Pará, 30 de maio de 1840.
João Antônio de Miranda.